



Regresso ao campo: quem são os “novos rurais?”

Ana Carolina Cardoso Luís

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Empreendedorismo e Inovação Social
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alcides A. Monteiro

junho de 2020

Folha em branco

Folha em branco

Folha em branco

Folha em branco

Resumo

A temática relacionada às transformações ocorridas nas áreas rurais, é, sem dúvida uma questão contemporânea pertinente. O enfoque pretendido neste estudo privilegia uma abordagem múltipla sobre as novas formas de encarar estes espaços, destacando as experiências vivenciadas por indivíduos que decidem neles habitar, assim como essas experiências se cruzam com outras esferas do social.

Cada vez mais o bem-estar emocional e as relações com a natureza são entendidas como um elemento central na vida dos indivíduos e, simultaneamente, com o espaço de interação e de construção social.

Dada a relevância destes aspetos, acreditamos ser de grande pertinência perceber o que leva diversos indivíduos na procura destes espaços, como efetuam esse percursos e que formas de vida perspetivam, tal como são por eles percebidas.

Pretende-se discutir e investigar em que medida as novas formas de sentir os espaços poderão contradizer o despovoamento e contribuir para o desenvolvimento dos locais.

A presente investigação apresenta os resultados de um estudo exploratório, realizado com diversos indivíduos que trocaram as suas vidas urbanas por experiências em meio rural. Tendo-se optado por uma metodologia qualitativa, foram realizadas 8 entrevistas. A análise das diferentes dimensões enunciadas resultou da elaboração de um corpo teórico que serviu de base às questões realizadas nas entrevistas.

Palavras-chave (Rural; Contraurbanização; Desenvolvimento

Local; Neorrural; Neorruralidade)

Folha em branco

Abstract

The issue related to the transformations that have occurred in rural areas is undoubtedly a relevant contemporary issue. The focus of this study privileges a multiple approach on the new ways of seeing these spaces, emphasizing the experiences lived by individuals who decide to live in them, as well as these experiences cross with other social areas.

More and more the emotional well-being and relationships with nature are understood as a central element in the life of individuals and, simultaneously, with the space of interaction and social construction.

Given the relevance of these aspects, we believe it is of great pertinence to perceive what drives several individuals in the search for these spaces, how they carry out these journeys and how they envisage this lifestyle, as they are seen by them.

We intend to discuss and investigate in what way the new ways of feeling the spaces around them can contradict depopulation and contribute to the development of the places.

This study aims to present the results of an exploratory study carried out with several individuals who exchanged their urban lives for experiences in rural areas. Choosing a qualitative methodology, 8 interviews were conducted. The analysis of the different opinions resulted in the elaboration of a theoretical structure that served as a basis for the questions asked in the interviews.

Keywords

(Rural; Anti-Urbanization; Development Local; “Neorrural; Neorruralidade”)

Folha em branco

Índice

Lista de Figuras	xiv
Lista de Tabelas	xvi
Lista de Acrónimos	xviii
Introdução	1
Parte I – Enquadramento Teórico	3
Capítulo 1- O rural e o urbano: análise de contexto	3
1.1. A oposição urbano-rural.....	3
1.2. A longa evolução da relação urbano-rural	5
1.3. Portugal: situação demográfica e apontamentos de contextualização	8
1.3.1. Os espaços rurais em mudança: a nova ruralidade	10
Capítulo 2 - Fluxos migratórios e inversão dos paradigmas dominantes	12
2.1. Contraurbanização e fluxos migratórios	12
2.1.1 A questão do desenvolvimento local.....	15
2.2. Contributo dos novos habitantes do campo para o desenvolvimento local	17
2.2.1. Coesão, conexão e sentimento de pertença.....	20
Capítulo 3 - Novo rural e novos habitantes do campo	23
3.1. “Neo-rural” e “Neorruralidade”	23
3.1.1. Neo-rurais como um conjunto heterogéneo de grupos sociais	27
3.1.2. “Neorruralismo” e práticas de dinâmicas sociais.....	33
Parte II- Análise empírica	35
1. Objetivos da investigação.....	35
2. Metodologia de Investigação	35
3. Técnicas de recolha de dados	38
4. Contextualização da recolha dos dados empíricos	41
4.1. Unidades Amostrais.....	41
5. Leitura e Interpretação dos dados recolhidos	46
5.1. Leitura e análise compreensiva dos dados recolhidos	46
5.2 Síntese das principais ilações retiradas das entrevistas	74

Considerações Finais	77
Bibliografia	79
ANEXOS	86

Folha em branco

Lista de Figuras

Figura 1. Gráfico da evolução demográfica em Portugal entre 1961 e 2003.....	8
Figura 2. Portugal - Densidade demográfica do grupo etário dos 0 aos 14 anos no litoral e no interior.....	9
Figura 3- Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório. Onde há maior e menor diferença entre o número de nascimentos e de mortes e entre o número de imigrantes e de emigrantes?	13

Folha em branco

Lista de Tabelas

[1 linha de intervalo]

Tabela 1. Abordagens ao conceito de “Neorrural” e “Neorruralidade”	24
Tabela 2. Tipologia de Neo-rurais.....	28
Tabela 3. Conceitos e Dimensões de Análise	40
Tabela 4. Caracterização Sociodemográfica dos Entrevistados.....	44

Folha em branco

Lista de Acrónimos

[1 linha de intervalo]

GRP	Gabinete de Relações Públicas
UBI	Universidade da Beira Interior
...	

Folha em branco

Introdução

O meio rural português tem nos últimos anos, sofrido grandes mutações, acentuadas pelo despovoamento, mas também pelo envelhecimento desses territórios. Estas alterações, retratadas nas transformações sociais, económicas e institucionais, acarretam inúmeros desafios para o seu desenvolvimento. O despovoamento considerado um tipo de problema estrutural é consequência de um modelo de sociedade rural alicerçado em sistemas agrícolas, cuja sobrevivência apenas era possível com base em situações extremas de pobreza e dureza das condições de vida. O início do processo de desruralização em 1960 conduziu a uma atrofia socioeconómica desses territórios que apenas no ano de 1980 através de políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento local se tentou reverter a situação. Associado a este processo está uma queda demográfica, sentida em primeiro lugar em áreas onde as comunidades locais perdem a capacidade de dar resposta e contribuir para uma nova relação entre ecologia, comunidade e economia, os três pilares para uma dinâmica demográfica positiva.

No entanto, se no século passado as áreas rurais reconheceram um fluxo migratório no sentido rural-urbano, investigações atuais, afirmam a inversão desse movimento, verificando que diversos indivíduos têm procurado o campo para viver com mais qualidade de vida e menos preocupações.

Quem são essas pessoas e de onde vêm? O que as levou a mudar o seu modo de vida? Como é que esta mudança alterou as suas vidas? Como se integraram numa nova comunidade? Quais os impactos que pensam ter no território onde agora vivem? Que opiniões têm sobre o despovoamento dos meios rurais e que medidas adotariam para o combater? O que pensam sobre a condição de “Neo-rural”?

Tanto estas, como outras questões, conduziram à realização desta investigação, e adotando um vasto trabalho de campo, procuraram-se testemunhos de pessoas que a certa altura da sua vida decidem mudar-se da cidade para o campo, quer para aí permanecer quer para desenvolver alguma atividade económica. A ambição em desenvolver esta investigação, foi travada em parte pela dificuldade em encontrar/identificar o público alvo que nos favorecesse no que toca à obtenção de resultados fiáveis e fidedignos, e fazer com que os mesmos se disponibilizassem para a participação no estudo.

A presente dissertação realizada na área de estudos de Empreendedorismo e Inovação social, desenvolveu-se em diferentes etapas. Deste modo, inicialmente, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica sobre os temas associados a esta problemática, tentando perceber-se o que mudou nos espaços rurais para que este movimento se processe.

Prontamente passou-se à identificação de possíveis participantes no estudos, pessoas que optam pela vida no campo em detrimento das áreas urbanas, aos quais foram feitas entrevistas com o objetivo de “ouvir as suas histórias e trajetos de vida”, isto é, perceber as verdadeiras motivações que os levaram a trocar as cidades pelo campo.

Nestas circunstâncias, o presente documento estrutura-se em duas partes. A primeira parte, maioritariamente teórica, e a segunda essencialmente metodológica e empírica, onde se apresenta o trabalho de campo e posteriores análises.

De modo a tornar esta investigação e tudo o que ela incorpora, mais perceptível, o enquadramento teórico divide-se em três capítulos, iniciando com uma análise sobre os espaços rurais e a forma como ao longo do tempo a visão sobre eles tem vindo a ser mudada; o segundo capítulo teórico, aborda os fluxos migratórios e o modo como estes têm vindo a servir de base à inversão dos paradigmas dominantes; no terceiro capítulo, exploram-se os novos rurais e a sua introdução no campo, discutindo e analisando as suas potencialidades e obstáculos durante a transição para modos de vida distintos.

No que concerne à parte empírica, esta comporta toda a parte metodológica e trabalho de campo desenvolvido, servindo de sustento às diversas análises teóricas. Nesta discute-se teoricamente as várias opções metodológicas disponíveis aquando o começo de uma investigação, explicitando as razões e os contextos das opções tomadas.

Seguidamente, é efetuada uma análise detalhada dos resultados obtidos durante o trabalho de campo tendo como base os objetivos propostos para esta investigação. Finda-se com a apresentação das considerações finais, as quais não se consideram conclusões do tema, mas sim análises de perspetivas futuras.

Este é, assim um estudo de carácter exploratório, o qual pretende contribuir para a perceção dos fluxos migratórios e o impacto que os novos rurais podem ter nos espaços mais pobres e despovoados através do testemunho de casos reais. E ainda que esta problemática seja recente, esperamos contribuir para posteriores investigações, prevendo-se que esta proporcione ainda mais desafios.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1- O rural e o urbano: análise de contexto

1.1. A oposição urbano-rural

Analisar a realidade rural no presente, torna-se numa tarefa mais árdua comparativamente ao passado, encontrando-se as justificações para tal, numa série de dinâmicas históricas ocorridas pelo mundo. Se anteriormente era perceptível uma quase unanimidade quanto ao que definia o espaço rural, devido a uma série de avanços, as perceções individuais e coletivas tornam-se mais diversas.

Assim, antes de uma análise a essas transformações, importa esclarecer como é que estes processos tiveram o seu início.

Apesar das evidentes transformações, Arcila e Silva (2013: 26), demonstram que quando cada país é analisado em profundidade, é com base no número de populações rurais que estes são caracterizados, observando a sua sobreposição em comparação com as opostas áreas urbanas. Relativamente ao contexto europeu, os espaços rurais opõem-se aos espaços urbanos tendo em conta a existência de diferenças de ordem natural. Assim, é com base nas atividades e funções, nos grupos sociais que cada um contém e o próprio aspeto da paisagem, que a associação do rural como área uniforme, produtiva e dependente dos recursos naturais, prevalece (Ferrão, 2000: 46).

Diversos sociólogos clássicos há muito que têm vindo a desenvolver os seus trabalhos à volta das questões que opõem um rural a um urbano, quer para afirmar uma queda ou desaparecimento do rural, quer o renascimento de um novo rural. Assim, Renato Carmo (2009), baseando-se em Tönnies, Durkheim, Burgess e Weber, chama a atenção para três perspetivas distintas acerca da oposição urbano-rural.

Numa primeira perspetiva, denota a existência desta oposição entre rural e urbano, através de conceitos como “comunidade e sociedade”. Se do lado do conceito de comunidade evidencia um tipo de “harmonia social” na qual todas as relações estabelecidas são produzidas a pensar na coletividade, sendo mais íntimas e afetivas, o conceito de “sociedade” é referido como oposto, em que as relações são mais individualistas e menos focadas na coletividade (in Carmo, 2009: 253). Perante este aspeto, salienta-se a associação do conceito de “comunidade” ao espaço rural, e “sociedade” ao espaço urbano, confrontando-nos assim com a existência de uma

“sociedade dualista” (Nunes, 1963: 408). Estas observações dão conta da existência de um meio urbano ligado à modernização, visto como o núcleo ou o centro, e o rural mais ligado às tradições e mais periférico. Ainda que estes critérios confinem os espaços ao seu aspeto físico, separando o rural e o urbano em termos geográficos e associado a um lado quantitativo, este é o fator que mais se tem vindo a desenvolver para classificar o que é o rural e o que se lhe opõe. No entanto, determinar os espaços à volta deste prisma quantitativo, percebe a existência de uma barreira física, não dando abertura a outro tipo de investigações que evidenciem a realidade.

Deste modo, uma segunda perspetiva, defende que é na noção de “meio interno” que se definem as duas dimensões que caracterizam os espaços, tendo em conta tanto a questão da densidade espacial fornecida através do número de habitantes, como a sua densidade dinâmica, ou seja, o maior ou menor grau de relações individuais e grupais para esses espaços. Analisar os espaços desta forma, reduziria as próprias relações sociais que aí se vão desenvolvendo às lógicas do seu tamanho, e assim, um maior tamanho representaria uma maior diversidade de relações e, portanto, uma maior heterogeneidade, enquanto um menor tamanho, apresentaria menor diversidade nas relações e um caráter mais homogêneo (in Carmo, 2009: 255). Também nesta perspetiva, observa a oposição dos espaços, no entanto propõe antes uma definição de cidade. Assim indica que enquanto esta representa o lado heterógeno pela separação dos seus espaços, o lado homogêneo é característico do rural, representado pelas suas características de autossuficiência, concentração de tamanho e delimitação da organização da vida (in Carmo, 2009: 257). A este propósito confirma-se a existência de mais do que uma diferença para opor os espaços, tendo o rural na sua base aspetos ligados à ocupação do espaço, às atividades primárias, ao ambiente diferenciador e aspetos da população, enquanto a cidade é representada pela “existência de fortificações por oposição a aldeia”.

Uma outra perspetiva encontra-se, elencada em novas formas assentes numa tipologia, distinguindo entre, “estritamente económicos”, “político-administrativos”, e de ordem “associativa”. No critério “estritamente económico” faz referência às atividades desenvolvidas, em que nos espaços urbanos estas compilam diversas áreas; no critério “político-administrativo”, são aspetos ligados ao espaço, considerando o campo mais aberto e oposto ao espaço fechado da cidade, e por último o critério associativo, referindo a ordem das relações. No entanto, estas perspetivas de análise, ao invés de demonstrarem claramente a realidade, definem apenas o seu oposto (in Favareto, 2007: 161).

Neste âmbito, reconhecem-se os espaços rurais, como os primeiros a iniciar o processo de desenvolvimento, identificando-os como motor dos diversos aglomerados humanos. No entanto, Jane Jacobs verificou exatamente o contrário, dando às cidades o papel de motor de desenvolvimento. Nesta visão, destaca que apenas num espaço que consiga suportar mudanças é que o desenvolvimento poderá ocorrer, apontando a Revolução Industrial, o capitalismo e as economias de poder, como aspetos que obrigaram ao crescimento dos aglomerados que hoje conhecemos como cidades (in Favareto, 2007: 167).

Os diversos aspetos sobre os quais nos fomos deparando, indicam uma evolução das perspetivas sobre a forma como o rural e o urbano têm vindo a ser opostos. Primordialmente, os espaços opunham-se meramente quanto ao seu aspeto natural, ou geográfico, cingindo as suas características às de ordem física. No entanto, esta forma de ver os espaços, tem vindo a ser esbatida, principalmente através dos processos históricos ocorridos. Assim, estes novos traços, vão desde as diversas atividades às características de ordem social, reconhecendo que provavelmente o presente pode estar em mudança, e é perante este facto que seguidamente investigamos a nova relação entre a cidade-campo.

1.2. A longa evolução da relação urbano-rural

Diversos autores, dedicam o seu tempo na análise de diferentes perspetivas acerca do espaço rural. Reconhecendo que hoje em dia, a sobreposição destes espaços em relação aos espaços urbanos se tem sentido oposta, observa-se uma necessidade de compreender esta relação como não fazendo mais parte de uma visão de dicotomia.

Segundo as estatísticas e censos observadas por Arcila e Silva (2013: 28), a maneira como o rural é visto em cada país, difere nas suas perspetivas, demonstrando que a compreensão destes espaços está agora mais virada para um tipo de construção social. Neste âmbito, refere que os conceitos de espaço e tempo, passam a ser fração de uma construção social, na qual fazem parte um conjunto de processos históricos que determinam um certo tipo de sociedade. Um desses processos, é referente não só às lógicas do capitalismo, mas a uma série de acontecimentos iniciados no século XX aquando da Revolução Industrial, transferindo consigo uma série de modificações para os territórios e para a maneira como cada um se desenvolve. Se antes o meio rural era associado ao tradicional e à agricultura como atividade monopólio, com o avanço do capitalismo uma série de atividades e modificações nos estilos de vida dos indivíduos

tiveram o seu início. Exemplo disso, é referido como nascimento de um meio “técnico-científico-informacional” (Candiotto e Corrêa, 2008: 214) o qual modificou as dinâmicas existentes, tornando mais difícil separar o que se considera rural e urbano, apelando a uma conexão urbano-rural.

Se esta nova visão poderia pôr desde logo de parte todas as averiguações construídas acerca da oposição dos espaços e da sua dualidade, reduzir análise a uma só perspectiva reduziria de igual forma a percepção da realidade. Neste ponto de vista, deparamo-nos com a existência de duas formas distintas de construir esta relação. De um lado, uma perspectiva que encara os espaços como espaços autónomos, na qual a dualidade se mantém, do outro lado, uma perspectiva que revela a conexão dos espaços, através de um processo apoiado no conceito de “continuum” (Candiotto e Corrêa, 2008: 217). Este conceito representa o elo de ligação entre um espaço urbano e um espaço rural, expondo que é através do surgimento de fenómenos como a urbanização, que os espaços se ligam numa conexão sem reais delimitações. No entanto, ao invés de representar o desaparecimento rural, nesta ligação a especificidade de cada território será tida em conta. Nestas circunstâncias, apercebemo-nos que a perspectiva dicotómica e o desaparecimento rural deixam de fazer sentido, em detrimento do “continuum”, representando uma pluralidade de espaços tendo em conta a maior ou menor proximidade entre eles (Candiotto e Corrêa, 2008: 223).

Reconhecendo que é através das transformações económicas, justificadas nas mudanças demográficas e políticas, o motor de mudança da antes conhecida ruralidade, sucedem-se uma série de transformações nas diferentes áreas resultando numa nova etapa e forma de observar as relações entre o rural e o urbano. O rural ligado à agricultura dá lugar a um rural contendo outros serviços e atividades, e o êxodo rural ocorrido durante a Revolução Industrial pode estar a encontrar o caminho oposto. Assim sendo, são desenvolvidas uma série de sociabilidades distintas, que possibilitam o desenvolvimento de novas identidades e perfis sociais diversos responsáveis por novos aspetos da relação rural-urbano (Kieling e Silveira, 2015: 136).

É com base nestes fatores, que afirmamos a importância de analisar os diferentes espaços adaptados às lógicas reais.

Por exemplo, segundo Carmo (2009: 271), não se pode comparar as lógicas brasileiras com as diversas lógicas do espaço europeu, pois é necessário ter em conta não só as dimensões de cada um como as distintas maneiras de se terem desenvolvido. No que refere a Portugal, foi após o 25 de abril e com a adesão à Comunidade Económica

Europeia no ano de 1986, estas mudanças têm vindo a ocorrer. Nesta perspetiva, Luís Nascimento (2018: 180), defende a existência de um Portugal aberto a novas questões, a um comércio mais europeu e mais global, ligando as áreas rurais a um constante processo de urbanização. No entanto, convém relembrar, que mesmo num contexto mais próximo a um diálogo de mudança, estas não ocorrem de forma generalizada pelo território, delimitando o espaço quanto à sua coesão interna.

Como pudemos observar, a nova relação entre o urbano e o rural, parte de duas leituras distintas, uma que encara cada polo como autónomo e outra que valoriza sobretudo a perspetiva de continuum. Se por um lado, autores como Rivera e Campos (2008: 79) destacam “Nueva Ruralidade” como o termo que descreve as mudanças nas novas formas de organização e funções desenvolvidas nos espaços rurais gerais, Luís Nascimento (2018: 183) dá conta que ainda é necessário compreender os indicadores convencionais de ruralidade.

1.3. Portugal: situação demográfica e apontamentos de contextualização

Portugal comparativamente a outros países da Europa, possui uma série de especificidades que são causa e consequência do que se conhece hoje como território.

O processo de emigração iniciado ainda na década de 50 do século XX, trouxe consigo uma série de modificações na sua dinâmica populacional, as quais apenas experimentaram uma inversão próximo dos anos 70. Neste período, observou-se um certo crescimento populacional maioritariamente urbano, justificado no regresso de uma série de indivíduos das ex-colónias (Matos, 2012: 1283). No entanto, este aumento e distribuição da população não se deu nos mesmos moldes pelo território em geral, e enquanto a população urbana continua a aumentar, os territórios do interior continuam a assistir a perdas significativas. Para auxiliar a explicação vejamos a Figura 1.1.

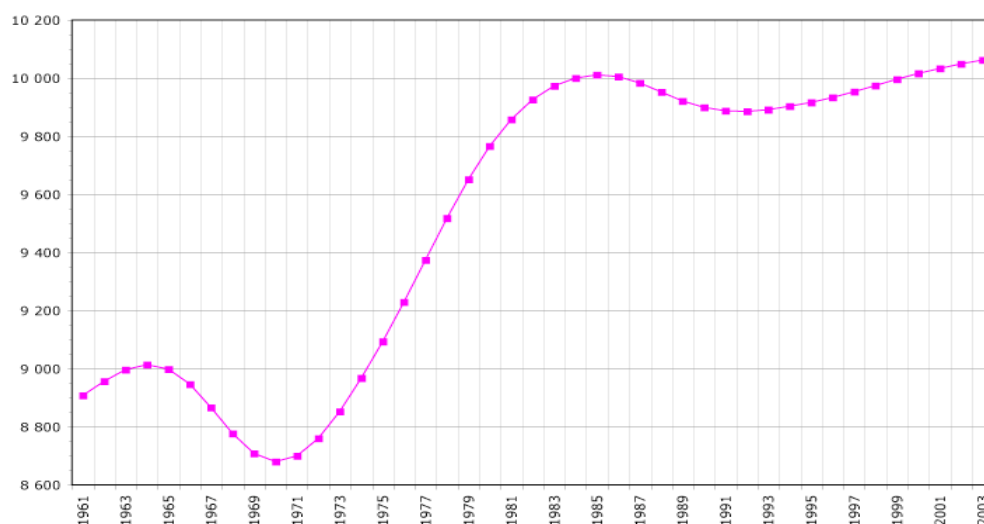


Figura 1^a. Gráfico da evolução demográfica em Portugal entre 1961 e 2003.

Fonte: Data FAOSTAT, year 2005, updated 11th february 2005

Segundo António Barreto (1995), ainda que neste período os espaços urbanos observem um aumento da sua população, constata-se perspectivas de inversão próximas aos anos 90. É com a integração de Portugal na União Europeia e com a iniciação da fase de modernidade demográfica, que esta sociedade se tem tornado cada vez mais aberta ao mundo, aproximando Portugal das lógicas europeias. Apesar destas aspetos, comparativamente aos restantes países, a sua evolução foi feita com maior esforço e num período bem mais curto da história. O desenvolvimento efetuado de forma tão rápida e curta, fez com que Portugal não se desenvolvesse no seu ritmo, adotando particularidades de diversificados países. Esta fase de progresso, indica a falta de

generalidade territorial, sendo que regiões como Lisboa e o Algarve mantêm o seu aumento, ao contrário da região centro que perde parte da sua população contribuindo assim para o seu despovoamento. Se os municípios do litoral mantêm ou reforçam a capacidade para fixar e atrair população, os concelhos do interior junto à fronteira e situados em áreas de montanha, continuam com perdas significativas (Matos, 2012: 12840). Estes indícios, corroboraram um território contrastante na sua realidade, mostrando o desequilíbrio na distribuição da população e uma visível assimetria entre o litoral e o interior. Para auxiliar a concretização da explicação vejamos a Figura 1.2, elucidando-nos da dos contrastes territoriais, explicitando-os posteriormente.

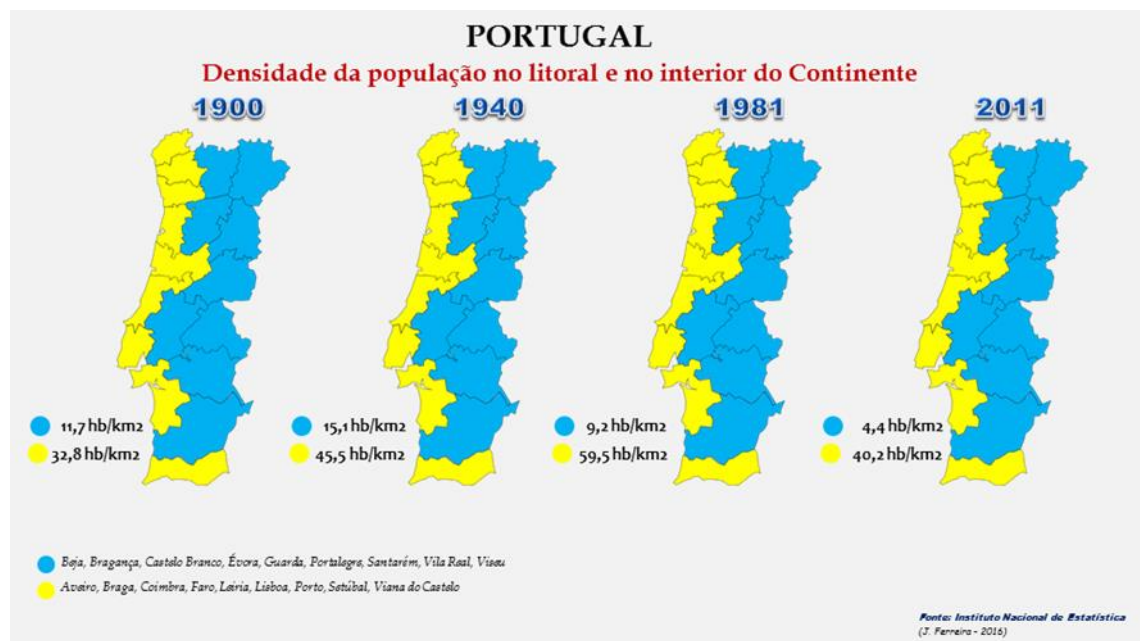


Figura 2^a. Portugal - Densidade demográfica do grupo etário dos 0 aos 14 anos no litoral e no interior. ¹
 Fonte: Joaquim Ferreira, *censosdeportugal*, 2016

Segundo Luís Nascimento (2018: 180), o interior e o litoral opõem-se tendo em conta as diferenças neles observadas, indo desde as suas próprias características físicas, ao despovoamento desmedido, envelhecimento da população e fraca densidade populacional. Estas disparidades territoriais e populacionais são visíveis tanto pela localização das vias de comunicação mais importantes, bem como pela existência ou não de um conjunto de infraestruturas e equipamentos importantes do ponto de vista económico e social (Teixeira e Oliveira, 2006: 3). Estas abordagens ao que parece, fazem

ainda sentido quanto à classificação interna de Portugal, identificando um país que se desenvolve a ritmos diferentes.

Na perspetiva de Jordi Nofre e Domingos Vaz (2017: 79), é através de dados do INE, que se pode referir o interior de Portugal pelas áreas de “Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Guarda e Viseu”, reconhecendo-lhes uma certa potencialidade dos seus recursos, mas que nem sempre são exercitadas da maneira correta.

Na base do que ao longo do tempo se desenvolveu para tipificar os territórios rurais portugueses, esteve uma perda de significado da agricultura como atividade monopólio (Candiotto e Corrêa, 2008: 216). Este processo, identificado como “desruralização” (Silva, 2008: 9), justifica a necessidade de abandonar os espaços numa procura de novas formas de vida, conduzindo a um processo de perda demográfica. Apesar destes fatores, no presente os territórios rurais enfrentam perspetivas de mudança, e contrariamente a um vasto período de emigração, os anos que sucederam reconhecem fluxos em sentido contrário (Candiotto e Corrêa, 2008: 216).

Estas mudanças sentidas maioritariamente no período da descolonização, demonstram que as lógicas económicas em Portugal seguiam de forma igual as linhas de outros países, estando agora ligadas às atividades que se desenvolvem nos espaços rurais (Barreto, 1995 [2000]: 846). Inerente a estas questões reconhece-se no presente, a necessidade de implementação de políticas futuras que revertam a situação num caminho de coesão interna. Assim, é na possibilidade de cooperação entre os vários atores de cada um destes locais, apoiada no reforço dos recursos endógenos e na nova envolvência que uma série de reversões poderá iniciar, contradizendo a falta de empreendedorismo e inovação (Nofre e Vaz, 2017: 80).

Estes dados, permitem perceber não só as particularidade de Portugal, como as dificuldades sentidas num caminho de coesão. Desta forma, será necessário avançar num conjunto de políticas que minimizem o desequilíbrio territorial e o aumento do envelhecimento, elevando Portugal a níveis de desenvolvimento social, cultural e económico da maioria dos países da União Europeia. Este novo facto, abre portas a novas formas de perceber as áreas e as suas potencialidades, sugerindo que inerente às novas dinâmicas que se vão desenvolvendo, estes espaços possam ser redefinidos e revalorizados, comportando transformações económicas e sociais.

1.3.1. Os espaços rurais em mudança: a nova ruralidade

A forma como os territórios rurais têm vindo a ser representados no presente, traz consigo novos contornos, quer em termos identitários quer nas suas funções e na própria economia. Podemos desde já afirmar que essas transformações não são só de agora, dependendo maioritariamente de dois grandes acontecimentos. Em primeiro lugar, as transformações ocorridas em meados do século XX, dando conta de políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento local em meio rural. Em segundo lugar, a dissociação entre rural e espaço agrícola produtivo, identificada como “desruralização” (Silva, 2008: 7). Na ótica de Elisabete Figueiredo (2012: 69), são estes aspetos que estão na base da ligação dos espaços rurais a um novo reconhecimento, onde cabem agora uma diversidade de funções mais ligadas ao turismo e ao recreio, assumindo o espaço como multifuncional. O que sucede são novas formas de o representar, e com elas, palavras como reajustamento, reconfiguração, redefinição e rearranjo, salientam a existência de um rural como “novo” (Figueiredo, 2012: 70).

Segundo as observações de António Covas (2007 in Nofre e Vaz 2017: 78), os espaços rurais são caracterizados pela sua baixa densidade por terem inerentes uma série de fatores, tais como os baixos níveis de qualificação e uma dificuldade de empreendedorismo e inovação por parte das empresas. Contudo, apesar de que atualmente $\frac{3}{4}$ da população da união europeia ainda seja consideravelmente urbana, estas são caracterizadas pela sua pequena ou média dimensão, e se à partida este poderia ser tido como um fator negativo, o seu capital territorial, isto é, as suas atividades, paisagens, património e conhecimentos, têm vindo a contribuir para atração de turistas e novas atividades, contribuindo para a evolução dos territórios rurais de baixa densidade.

Nos países do sul da europa estes territórios encontram dinâmicas que envolvem estruturas rurais e estruturas urbanas, afirmando a sua coexistência num mesmo espaço, e especificamente no interior de Portugal, estas dinâmicas são já visíveis, reconhecendo-se as cidades médias aquelas que se podem tornar em meios inovadores e empreendedores revertendo problemas aí existentes (Nofre e Vaz, 2017: 78). Perante esta envolvimento, as novas atividades são responsáveis pelas transformações a nível económico e social, definindo os espaços como “idílios consumíveis”, representando um rural agora como “pós-rural” (Silva, 2008: 20). Assim, o património e o turismo são agora espaços de consumo, contribuindo para a promoção do desenvolvimento local (Figueiredo, 2012: 75).

Posto isto, não significa uma total reversão dos fenómenos de êxodo rural, mas sim, modificar o que se encontra no presente. O importante não é “trazer algo novo”, mas

antes promover o interesse das populações preservando o que é cultural e histórico com base em aspetos positivos determinados pela tradição e pelas relações harmoniosas entre Homem e natureza. Na ótica de José Eli Veiga (2006: 343), as investigações que analisam um possível nascimento rural, apontam, para fatores ligados ao espaço e às tradições que permanecem nesta nova ruralidade, conjugando atividades endógenas e exógenas à agricultura (Veiga, 2006: 348).

Estas representações partem agora de indivíduos e contextos distintos. A melhoria do bem estar geral, a crescente mobilidade, a disseminação das tecnologias de comunicação e informação, e ainda a perceção de ruína do modo de vida urbano, conduziram a uma certa valorização e redescoberta de um rural, associado ao lazer. Assim sendo, o rural de antes deu espaço ao rural adaptado às dinâmicas presentes, moldando-se num território de múltiplos atores, com ocupações de expressão múltiplas, modificando a apropriação do espaço e as dinâmicas de desenvolvimento (Figueiredo, 2012: 71).

Neste contexto notamos que as transformações rurais assentam nos diversos significados que os indivíduos dão ao espaço natural, o que nos leva afirmar que analisar a realidade como homogénea parece não fazer sentido. Deste modo, esta nova ruralidade, para além de focar os atores como parte da influência dos territórios, aponta para investigações assentes numa interdisciplinaridade.

Capítulo 2 - Fluxos migratórios e inversão dos paradigmas dominantes

2.1. Contraurbanização e fluxos migratórios

As diversas alterações demográficas ocorridas no mundo e na europa, têm vindo no presente a conhecer um novo sentido, reconhecendo este aspeto como justificação na inversão de diversos paradigmas dominantes. No que respeita ao contexto português, foi perante a Agenda da Comissão Europeia, que se desenvolveu uma necessidade de inversão destes paradigmas, abrindo espaço para o desenvolvimento rural/local (Roca, 1999: 37).

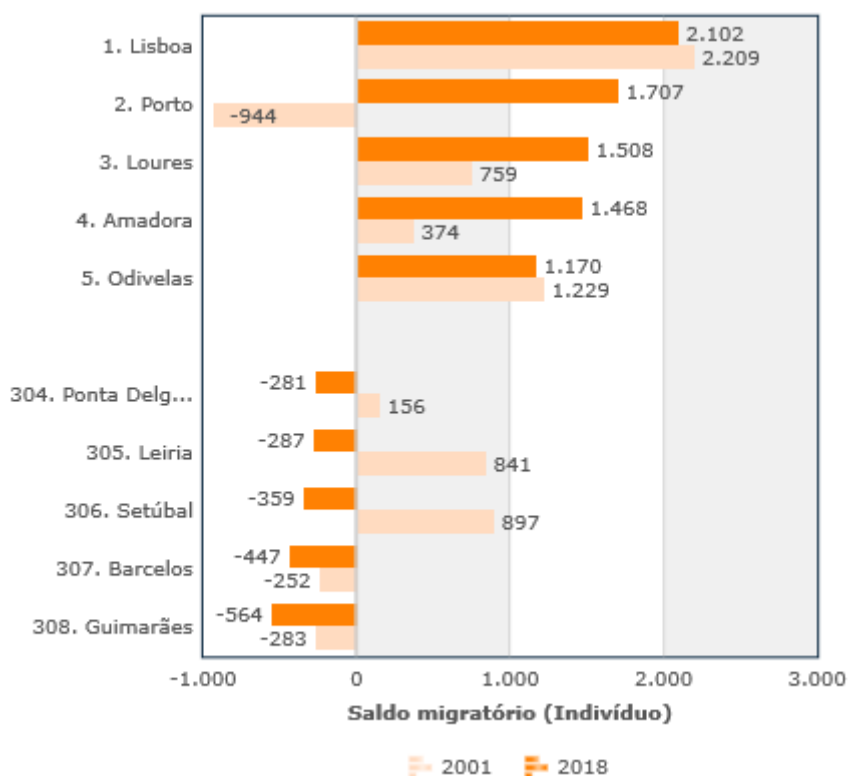


Figura 3- Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório. ³Onde há maior e menor diferença entre o número de nascimentos e de mortes e entre o número de imigrantes e de emigrantes?

O processo de “Contraurbanização” (Calheiros e Duque, 2012: 5), iniciado próximo aos anos 70, é referente a um tipo de movimento envolvendo um certo declínio ou mesmo queda da demografia das áreas consideradas urbanas em detrimento dos espaços rurais do mundo desenvolvido. Na sua base está a insatisfação dos indivíduos pela vivência nos centros urbanos, ou seja, “a falta de emprego, inflação, congestionamento em quase todos os aspetos e deterioração da qualidade do ar” (Calheiros e Duque, 2012: 8). Este processo, conduz uma série de indivíduos a escapar destas dificuldades, sentindo no rural um espaço de oportunidade. No mesmo sentido, Paulo Ribeiro (2013: 18) defende antes, o conceito de êxodo urbano, explicitando, no entanto, que contrariamente ao fenómeno de êxodo rural, esta nova tendência migratória não é desenvolvida da mesma forma. Contrariamente a um passado onde não havia margens para dúvida de que estes espaços não teriam mais quaisquer possibilidades de desenvolvimento, hoje em dia, supõem-se uma ligação do conceito de Contraurbanização como fator de contribuição na inversão destas lógicas. Assim, o rural visto por novos indivíduos como espaço de valor,

³ Fontes/Entidades: INE, PORDATA
Última atualização: 2020-04-02

permite afirmar possibilidades de um desenvolvimento local (Calheiros e Duque, 2012: 10).

Tanto em contextos próximos aos Estados Unidos, como em diversos países europeus, observa-se que residentes de maiores concentrações populacionais invertem os seus ideais de vida deslocando-se para áreas menores (Mitchell, 2008: 118). Uma vez que antes a máxima que dominava as sociedades do mundo reconhecia um fluxo em massa de pessoas que sai do rural para o urbano, hoje em dia esse aspeto não é tão fácil de notar, mesmo na época em que o êxodo rural ainda prevalece. E se anteriormente estes espaços foram palco de grandes transformações e de alterações na sua demografia, hoje com o rápido avanço tecnológico, todas as indústrias sofreram um declínio, tornando o espaço urbano num lugar mais disperso e difuso.

Fazer a ligação do movimento de Contraurbanização a um possível desenvolvimento local, é aceitar os indivíduos como parte integrante de cada um dos processos, mas ainda assim, “continuará a ser valorizada a diversificação produtiva (agrícola e não agrícola), a multifuncionalidade, atividades que assegurem rendimentos, realização pessoal e sustentabilidade nos seus diferentes sentidos e por isso permitam a satisfação das aspirações de qualidade de vida e fixação das populações em comunidades rurais (Cavaco, 1999 in Roca, 1999: 36).

Entenda-se que apesar do êxodo urbano representar a saída de população das cidades para o meio rural, este não se considera o processo inverso do êxodo rural, pois para além de ser muito menos linear, abrange a gentrificação rural que em termos sociais representa o movimento de pessoas para os meios rurais, com conhecimentos suficientes para dinamizar e diversificar o ambiente em que se inserem (Gkartzios e Scott, 2012: 254).

2.1.1 A questão do desenvolvimento local

As questões que envolvem os processos de desenvolvimento local, surgem agora, após o reconhecimento de entrada de novos indivíduos em meios rurais. Assim, o facto de no presente estes indivíduos possuírem visões distintas sobre os modos de vida, apela à releitura sobre os modos de governança e de coesão territoriais como prática de gestão de programas de desenvolvimento. A abordagem a estas questões é um assunto que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos tempos e com visões distintas, propondo duas leituras para este processo. É no confronto com as abordagens de Domingos Santos (2011), que nos deparamos com duas perspetivas distintas para o desenvolvimento local. Por um lado, a perspetiva/modelo territorialista de desenvolvimento, do outro lado, o modelo funcionalista.

Deste modo, apesar da clara evidência de existência de disparidades territoriais no interior de Portugal, este facto, não foi suficiente para o reconhecimento de necessárias conceções que favorecessem o desenvolvimento territorial, o que segundo Almeida (2009), pode ser justificado no reconhecimento quanto à importância da variável “território”.

A dicotomia de posições em relação às questões de desenvolvimento, tem-se como algo que não é recente, salientando entre uma visão “funcionalista”, em que dominam os conceitos de crescimento polarizado e os modelos tipo “centro-periferia”, e um paradigma “territorialista”, que aponta para a mobilização do “potencial endógeno” das regiões (Braga, 1993; Friedmann e Weaver, 1979). Esta dicotomia parte em grande maioria do facto de o modelo funcionalista conhecer o território como algo plano, em que a redistribuição dos impulsos de desenvolvimento partem do centro para as periferias por iniciativa das administrações centrais, valorizando o fator capital em detrimento do fator humano (Almeida, 2009:). Deste modo, uma das grandes limitações apontadas a este modelo, é o facto de este identificar o território como mero recetor, o que contribui para as disparidades territoriais ao não disseminar os impulsos de desenvolvimento de forma igual por todo o espaço, penalizando as “periferias” mais distantes.

Pelo facto de o desenvolvimento local ser um processo efetuado localmente, na perspetiva de Santos (2011) é agora com base nas identidades múltiplas e exclusivas de cada local, e num apelo à história e aos diversos recursos materiais e imateriais que o desenvolvimento local se processa. No entanto, mesmo com a inversão dos modos de como o desenvolvimento se tem vindo a processar no presente, autores como Almeida

(2009), observam que ainda não se devem desvalorizar nem as políticas nacionais e europeias, nem o investimento em infraestruturas e serviços públicos. Assim, ao invés da consideração destes modelos como totalmente opostos, a abordagem territorialista distingue-se da anterior, pela importância que confere à identidade e às dinâmicas de cada território na promoção do seu próprio desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento endógeno é aqui referido para caracterizar o processo territorialista, reconhecendo-lhes as primeiras bases teóricas no início dos anos 70/80, após uma ineficácia do modelo funcionalista assente nas lógicas económicas. A crítica ao modelo desenvolvido até então, pressupondo que o verdadeiro desenvolvimento estava baseado na máxima eficácia económica e externa aos locais e aos indivíduos, sugeriu que esta nova conceção deve agora partir da ideia do território como sujeito ativo de desenvolvimento. Se até então o espaço era apenas o suporte onde as diversas economias atuavam, passa no presente a ator local, transportando-se como variável estratégica de desenvolvimento, deixando uma visão de mero recetor de estratégias alheias e exteriores (Santos, 2011).

O ponto fulcral passou a ser o desenvolvimento dos locais com base nos recursos endógenos, deixando para trás as lógicas do modelo funcionalista. Os novos contextos socioeconómicos dão abertura a novos caminhos de desenvolvimento, “a questão fundamental para o desenvolvimento deixou de ser a capacidade da região para atrair novos projetos, para ser a das capacidades das regiões para gerar internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas” (Baptista, 1985: 25 in Santos, 2011). Este novo paradigma, afasta assim a ideia de que o desenvolvimento económico exterior e alheio ao espaço, seja considerado desenvolvimento, reconhecendo-o agora como o principal motor das disparidades territoriais ao não dar espaço de decisão aos indivíduos, deixando o poder local de base territorial fora dos contextos desenvolvimentistas. Coloca-se então a questão da mobilização dos recursos dos diferentes territórios, desenvolvendo os espaços e contribuindo para a satisfação das necessidades populacionais através da participação coletiva de atores centrada no maior grau de autonomia e governança (Stöhr 1984:467 e Henriques, 1990: 51 in Santos, 2011).

A lógica desta perspetiva assenta na sua grande maioria em dois princípios, de um lado que os processos de desenvolvimento sejam vistos a ‘partir de baixo’, e a aceitação da existência de um ‘interesse territorial’, o qual reúne a população de um dado espaço pelo seu grau de identificação e contradição com os interesses de outros espaço (Almeida, 2009: in Pedroso, 1998). Assim segundo (Almeida, 2009: 120), “o desenvolvimento deve ser integrado, exigindo a participação dos interessados, “... “que os participantes tenham

o máximo controlo possível durante a ação e eles mesmos devam adquirir uma capacidade duradora para atuar”.

Ainda neste campo de ação Santos (2011), destaca o papel que têm tido as autarquias locais na tomada das decisões, considerando que o seu papel centralizado não dá espaço para o envolvimento coletivo, e apenas a inversão destes padrões se pode tornar caminho mais oportuno para os processos ocorrerem. No entanto, com base em Geffre Lopes ressalta, que o que se pretende não é a desvalorização do seu papel, mas um espírito de caráter associativo que valorize quer os padrões culturais, quer os laços comunitários existentes numa compenetração entre estes diversos campos da ação (in Santos, 2011). Na prática, mostra um processo que não é considerado estático, revestindo-se quer de categorias comunitárias quer de categorias democráticas em que o acesso ao poder seja feito de forma igualitária.

As perspetivas acima mencionadas, assumem o desenvolvimento baseado nos pressupostos territorialista, interpretando de diferentes formas, o modo como os territórios se podem dinamizar, demonstrando não existir uma única formula para a sua concretização.

Apesar destes notórios avanços, segundo Almeida (2019), esta abordagem endógena ainda não é aceite por todos, demonstrando-nos que contrariamente ao pensado, em muitos aspetos o paradigma funcionalista ainda não desapareceu, continuando a ser dominante. E a alternativa territorialista não passa em muitas vezes de uma mera ilusão ou de uma aspiração em construção.

2.2. Contributo dos novos habitantes do campo para o desenvolvimento local

Considerando que os locais possuem diversos recursos e diversas identidades, podemos constatar que é respeitando essas diversidades históricas, culturais, institucionais e naturais de cada local, que o verdadeiro desenvolvimento tem o seu início. Recorrendo aos pressupostos do modelo territorialista, damos conta da importância que os atores locais têm vindo assumir no planeamento estratégico.

Segundo Gilson Oliveira e José Lima (2003: 30), as teorias clássicas de desenvolvimento, valorizavam um paradigma “centro-abaixo”, excluindo setores fundamentais da sociedade local e da sociedade civil, entre os quais, a própria população. Face a estas questões, punham de parte qualquer tipo de envolvimento da comunidade na resolução

dos seus próprios problemas, justificando que esta nada tem a dizer ou ensinar, mas que apenas deve ser “doutrinada” (Oliveira e Lima, 2003: 30). O facto de as abordagens funcionalistas apenas reconhecerem os recursos exógenos como promotores de desenvolvimento, ao invés de resolver os problemas efetivos, mantinham o fosso entre ricos e pobres.

Porém, os avanços destacados, têm sugerindo perspectivas inversas, e se antes a comunidade nada tinha a dizer sobre os locais ou os modos como estes se desenvolviam, os novos paradigmas dão-lhes a ênfase como promotores do próprio desenvolvimento. Deste modo, o desenvolvimento local parte agora de uma perspectiva endógena traduzida nos fatores internos às regiões, nomeadamente o envolvimento das comunidades. É assim que se encontram os impulsos para transformar os espaços, reconhecendo a necessidade de um paradigma efetuado “desde baixo” (Oliveira e Lima, 2003: 31). Contrariamente ao paradigma clássico, este novo, afirma que as populações locais devem “ser ouvidas”, pois o facto de o desenvolvimento significar satisfação das necessidades do indivíduo, torna-se imperativo o seu papel no planeamento. A fórmula para o sucesso parte das potencialidades e habilidades humanas em detrimento da potencialidade exógena e económica, apontando que as políticas macroeconómicas devem privilegiar e aproveitar os recursos locais, tanto humanos, como ambientais e institucionais de cada região.

Nesta perspectiva, Juliana Rocha e Maria Bursztyn (2005: 45), abordam o conceito de participação, referindo uma conexão entre o indivíduo e a sociedade. Tal como outros autores, apontam que o processo de descentralização seria a forma mais eficaz de agilizar a participação de baixo para cima, assumindo-o como um processo onde o poder é distribuído de forma igualitária, favorecendo indivíduos que geralmente a este não têm acesso. Apesar destes aspetos, Artur Cabugueira (2000), realça que à partida os indivíduos não possuem por si só as competências essenciais para que o desenvolvimento ocorra desta forma, explicando, no entanto, que estas podem ser desenvolvidas e aprendidas através dos processos de ensino, contribuindo para um ato de consciencialização cívica. É através do ensino que os indivíduos tomam consciência do seu papel como atores locais, levando à sua participação e auto organização, permitindo o diálogo e encontrando estratégias de desenvolvimento coletivo. Portanto, a participação dos atores locais tornou-se o ponto fulcral para os processos nas diferentes fases, autenticando as reais necessidades, e sustentando as aspirações da sociedade através da identificação de políticas sustentáveis e estratégias de desenvolvimento.

Inerente a este facto, está a questão do processo de deliberação, isto é, a necessidade de existência de debates e reuniões que permitam motivar e conectar a comunidade na procura de um consenso para que todos possam usufruir dos benefícios (Rocha e Bursztyn, 2005: 46). Observamos deste modo, uma conexão entre o processo de participação e consciencialização, permitindo o reconhecimento de autonomia por parte das populações. Ainda assim, não podemos esquecer a questão da entrada de novos indivíduos nos locais, pressupondo que estes à partida não reconhecem os seus recursos, nomeadamente a cultura. Ora, é nesta questão que se apela a uma ajuda por parte dos poderes públicos, os quais se apropriam dos atores para dinamizar os recursos e as capacidades locais a partir das características e necessidades endógenas. E ainda que, os processos de desenvolvimento resultem da mobilização dos indivíduos não importando qual a sua origem, não implica a negação da tradição pois é esta que confere relevância ao poder local como ator de processos de promoção do desenvolvimento com base territorialista (Cabugueira, 2000:119).

Em contexto europeu, observa-se a existência de agências de desenvolvimento como órgãos intermediários entre o Estado, o mercado e a sociedade. Estas por sua vez, estão mais aptas para recolher os impulsos baixo-cima e reconhecer as condições do meio pondo em prática os processos de desenvolvimento. É assim que nos apercebemos da necessidade de estruturas de apoio que conjuguem esforços locais, com apoios exteriores e a participação dos agentes de desenvolvimento, processando o desenvolvimento endógeno e colmatando os problemas das comunidades, sobretudo rurais (Cabugueira, 2000: 119).

O conceito de sustentabilidade, pressupondo o atendimento das necessidades básicas dos indivíduos sem comprometer as gerações futuras, é aqui referido em virtude de uma proposta de desenvolvimento. Encontra-se ligado ao processo de participação, considera-se um método consciente no modo pelo qual o indivíduo explora a capacidade de se desenvolver e defender a sociedade. Consequentemente, encontra-se ligado à existência de capital humano e capital social, estando as agências de desenvolvimento como mediadoras desse capital. O que se denota é uma necessidade em fortalecer o tecido social, corroborando que uma boa gestão é fundamentada na governança, no poder partilhado ou na ação coletiva gerenciada (Fisher, 2002 in Rocha e Bursztyn, 2005: 48). Quanto maior for a capacidade da rede para criar ligações horizontais e verticais entre as pessoas e as instituições, e mais democrático o modo de resolução de conflitos, maior é a probabilidade de se obter um resultado efetivo. Em face, Gilson Oliveira e José Lima (2003) afirmam que o desenvolvimento efetuado “desde baixo”, apenas terá eficácia se seguir as dimensões do desenvolvimento sustentável. Nesta ótica,

o desenvolvimento parte fundamentalmente de três forças distintas, mas interdependentes. Salientando a disponibilidade dos recursos no meio, a ação das políticas macroeconómicas (governo), e a capacidade de a região em criar mecanismos que direcionem o crescimento por forças exógenas.

Estes pressupostos vão de encontro à abordagem inicial, demonstrando que não existe uma regra única associada ao desenvolvimento, pois as relações de confiança e cooperação, estão presentes nos valores e na cultura de cada local. É reforçando essas relações através de mecanismos de debate que promovem a confiança que os indivíduos colaboram. Uma das questões fundamentais para o processamento do envolvimento coletivo, é modificar interesses e opiniões divergentes numa decisão consensual para o benefício da coletividade (Rocha e Bursztyn, 2005: 36).

Podemos concluir assim que, apesar da necessidade e consciência de intervenção dos indivíduos na tomada de decisão local, as políticas ou forças exógenas continuam a fazer parte dos discursos. Todavia, reforçamos a que estes tenham em atenção os pensamentos das populações e façam deles parte da sua estratégia, pois o contrário, ao invés de promover a inclusão, reforça mecanismos de exclusão da sociedade.

2.2.1. Coesão, conexão e sentimento de pertença

O conceito de capital social, tem vindo a ser abordado por diversos autores face aos processos de desenvolvimento. Segundo Eduardo Duque (2013), este é um recurso indispensável ao promover a interação entre os sujeitos tendo em conta o maior ou menor grau de pertença a certos grupos e redes sociais. A ideia subjacente a este princípio, é a de que numa sociedade com maior expressividade de capital social, o compromisso cívico, propulsionará uma atitude de reciprocidade e, dessa forma, o fortalecimento da confiança mútua. Neste caso, o conceito de capital social é notavelmente importante nas áreas rurais tendo em conta a inserção de novos atores, pois o facto de cada um destes atores representar uma entidade individual, com as suas visões e os seus objetivos, este conceito é a resposta mais inteligente para inverter esta situação.

Bourdieu analisa o conceito de capital social ligando-o às questões de poder e conflitos de classe, onde a posição de cada indivíduo é um meio de fazer valer os seus interesses pessoais, sendo o capital social o modo mais inteligente de superar esta luta. Nesta lógica, o capital social é uma qualidade produzida por meio das relações estabelecidas, não sendo um dado natural nem um dado social, mas produto dos investimentos que os

indivíduos constroem nas relações de sociabilidade. Esses investimentos individuais, partem da ideia de disposição, isto é, os indivíduos devem estar dispostos a adquirir e manter determinado capital social (in Carmo, 2008: 3).

Semelhantemente Coleman, refere que este conceito representa as relações de lealdade e confiança, mas ao invés de ter em conta apenas relações individuais, abrange o seu campo de ação às associações ou grupos locais. Enquanto Bourdieu está preocupado na forma como a partir da disposição o indivíduo pode adquirir e manter capital social, Coleman analisa as questões perspetivando a forma como o capital social pode ser usado como recurso para os indivíduos atingirem os objetivos (in Duque, 2013: 2).

Mesmo denotando a contribuição do capital social para o envolvimento coletivo e desenvolvimento dos locais, revelamos que em muitos casos pode ser um entrave. Damos especial atenção aos casos em que o capital social se pode reverter numa situação negativa “intra” e entre grupos. Exemplo disso é a questão cultural, definindo-se pelas atitudes, comportamentos, hábitos e tradições dos atores, assegurando, que estas resultam do capital social, mas que não o constituem. Nesta perspetiva, este determina a facilidade com que os indivíduos colaboram uns com outros, mas no caso de indivíduos oriundos de diversos locais, estes possuem uma cultura própria, gerando um choque entre culturas, ou uma certa intolerância em relação a outros que se queiram aproximar (Figueira, 2011: 22). Estas condições também evidenciadas por Paula Reis (2014: 9), mostram que o facto destes indivíduos se mudarem para o campo não significa que deixem de ter os seus hábitos, consumos e modos de vida urbanos, podendo muitas vezes significar formas de sociabilidade nem sempre pacíficas.

Putnam determina que ao capital se podem atribuir duas formas distintas, uma de carácter exclusivista, outra inclusivista. Para o primeiro caso, estas fortalecem a identidades sociais e mantêm a homogeneidade entre pessoas que vivem situações idênticas, a segunda por sua vez, tende a atrair indivíduos e grupos de diferentes meios e contextos sociais com as quais não se estabelecem ligações. Ora, assim, o forte investimento no capital exclusivista, leva ao fechamento social em relação ao exterior, mas o excesso de capital social inclusivo, pode levar a situações de crise identitária e de carência no nível das relações (in Carmo, 2008: 162).

A questão que se coloca, é a seguinte: quais são de facto as contribuições do capital social para os indivíduos e para o desenvolvimento sustentável?

Segundo Duque (2013), o desenvolvimento sustentável expressa um processo contínuo, no qual a comunidade procura uma melhoria da qualidade de vida, estando a viabilidade do processo dependente do maior grau de envolvimento coletivo. Se o desenvolvimento sustentável é efetuado localmente, está dependente do espaço e dos seus indivíduos, sendo a própria comunidade que precisa de se mobilizar e associar em prol desses objetivos comuns. Assim, a visão relacionada ao capital social, é inerente à visão ligada aos processos endógenos, e daí que as transformações locais descendam das relações recíprocas entre atores locais (Duque, 2013: 2).

Eduardo Figueira (2011) indica-nos que o desenvolvimento sustentável envolve debates mais amplos do que a mera participação dos atores. Na sua base estão três tipos de capital, no qual se inserem o capital humano, o capital físico/produzido e o capital natural, e é na combinação entre os demais, que o desenvolvimento acontece. Tal como outros autores, indica que o capital social é a forma estratégica dos atores para se integrarem e organizarem na promoção do crescimento e desenvolvimento dos diversos locais, isto é, parte da valorização que dão às relações sociais, baseadas na reciprocidade, coesão social e partilha de normas e valores (Figueira, 2011: 21).

O que pretendemos afirmar, é a importância que a partilha de normas e valores têm para os processos de envolvimento coletivo. O facto de a cultura representar uma comunidade, para além de ser partilhada por todos, é específica de cada território. Comprova-se, que a sua valorização, para além de fazer valer os valores únicos e originários de cada local, dá aos indivíduos libertação e espaço de fortalecimento da sua autoestima comunitária. É facto, que cada vez mais os indivíduos se identificam como indivíduos do mundo, e não apenas de um lugar só, e, portanto, é necessário construir uma sociedade que seja cada vez mais equitativa não dispensando os moldes da interculturalidade (Kashimoto, Marinho e Russeff, 2002: 36)

Inerente, está agora o ressalto para um intercâmbio entre indivíduos e modos de vidas distintos, fator que leva muitas vezes a situações de tensão, tornando-se um obstáculo ao desenvolvimento dos locais. Cabe assim aos indivíduos e às instituições locais, encontrar formas e ferramentas de inverter esses fenómenos, conduzindo a uma visão comum que contribua para um efetivo desenvolvimento local, estando o capital social associado a esse fator.

Capítulo 3 - Novo rural e novos habitantes do campo

3.1. “Neo-rural” e “Neorruralidade”

Os conceitos de Neo-rural e Neorruralidade, confrontam-nos com a realidade de um movimento de entrada no campo por novos habitantes. Neste âmbito, procuraremos esclarecer quem são estes indivíduos, assim como os impactos deste movimento para as áreas rurais.

O quadro seguinte é uma compilação de observações de diferentes autores, tendo em conta diversos contextos espaciotemporais, tentando encontrar semelhanças e diferenças que permitam dar conta deste movimento no seu todo.

Tabela 1. Abordagens ao conceito de “Neorrural” e “Neorruralidade”

Autores	Conceito	Definição
Leal (2014)	“Povoamento Neo-rural”	“surgimento dos indivíduos Neo-rurais no ano de 1968 , associado a um movimento que para além de ter durado até meados da década de 70 na Europa Norte-Occidental, foi especialmente importante na França associado à cultura hippie”.
Chevalier (1981)		Neo-rural: “indivíduos urbanos que tomam a decisão de inverter os seus trajetos fixando-se em locais mais rurais”;
Chevalier (1981)	“Neorruralidade”	“Fenómeno de retorno ao campo, oposto ao êxodo rural e de carácter multidimensional” ;“Normalmente referido como escolha de residência secundária..., no entanto, observou que pode ser mais complexo , e ao invés de revelar uma escolha poderá ser indicador de uma repulsa que os indivíduos sentem em relação aos meios urbanos”; não pode ser comparado ao fenómeno de “rurbanização”, dado que este se identifica por uma recriação do modelo rural tradicional em zonas que não totalmente rurais, oposta á sua visão sobre Neorruralidade, na qual pressupõe um total afastamento ao que é urbano;
Trimano (2019)		“Fenómeno de retorno ao rural , maioritariamente por indivíduos urbanos, observado no contexto francês”; “foca a dimensão espacial associada ao conceito de migração ou mobilidade, descurando os impactos e as reconfigurações em termos relacionais e identitários”.
Reis (2014)		“Estes novos indivíduos são assim designados, tanto pela sua mobilidade e pendularidade, como pelo facto de serem mais curiosos em alargar os seus conhecimentos e destacarem-se no mundo rural”
Roca (2011)		“surgimento dos indivíduos Neo-rurais no ano de 1968 , associado a um movimento que para além de ter durado até meados da década de 70 na Europa Norte-Occidental, foi especialmente importante na França associado á cultura hippie ”. “movimento extremamente complexo , e por vezes difícil de definir. Um exemplo dado, é o facto de “as motivações por detrás deste movimento, são as mais variadas, indo desde, socioeconómicas, culturais e/ou ambientais...”, “para além disso, estes podem ser considerados indivíduos que se mudaram pela primeira vez ou regressaram ao meio rural, podendo residir e/ou exercer atividades agrícolas ou não agrícolas”; mais heterógeno em termos de multiplicidade sociocultural”
Pereiro (2018)		“no contexto anglo-saxónico este movimento é definido como pós-ruralidade, no contexto francês é designado de neo-ruralidade”. “novos habitantes Neo-rurais; recém-chegados; retornados ou outros que se deslocam ao rural na procura do que imaginam ser uma melhor qualidade de vida ”

Nogueira e Fonte (1988)	"Neorruralismo"	"na Europa e América do Norte, as realidades deste movimento estão ligadas a "movimentos libertários e contraculturais", em que uma série de jovens de classe média decidiu entrar nos meios rurais na pretensão de uma vida em comunidade"
Quirós (2019)		"movimento mais evidente no contexto francês; em que as suas áreas rurais conheceram o movimento de indivíduos, contribuindo para o seu desenvolvimento";
Carneiro (2008)		"Embora nos contextos europeus e ocidentais tenha sido menos evidente, o contexto francês foi aquele que mais sofreu positivamente com este movimento, tendo as suas áreas rurais conhecido este movimento de indivíduos, contribuindo positivamente para o seu desenvolvimento"
Saleilles (2010)		"Indivíduos que viviam nas cidades e passam a buscar o campo como espaço de residência, em função, sobretudo, da tranquilidade e da proximidade com a natureza" ou, "indivíduos que não vivem inicialmente no campo, no entanto, apelam às suas vantagens aquando da fuga do meio urbano" "maior ou menor grau de identificação com os espaços, para este fenómeno ocorrer"
Candiotto & Corrêa (2008)		o "grau de identificação dos indivíduos, sendo estes portugueses ou não, com os espaços rurais tendo em conta os seus recursos naturais, são aspetos que podem estar na base da compreensão destes fenómenos".
Rivera (2009)		

Fonte: "Elaboração própria"

Na análise ao quadro acima, damos conta que diversos autores, mesmo em contextos e espaços temporais distintos, observam a realidade deste movimento.

O termo Neorruralidade refere um movimento, que não especificamente contrário ao do êxodo rural, diz respeito à entrada de indivíduos maioritariamente urbanos, nos meios rurais. Ainda que seja identificada a complexidade deste movimento, de modo geral está ligado a uma repulsa pelos meios urbanos, procurando o meio rural como espaço de paz e tranquilidade. Ora, neste âmbito, o termo Neo-rural serve para identificar cada um destes indivíduos, não os categorizando em termos sociais e identitários, mas apenas designar aquele que se muda da cidade para o campo.

Especificamente entre os seguintes autores, Nogué i Font (1988); Maria José Carneiro (2008); Séverine Saleilles (2010); Maria Nazaré Roca (2011); Duarte Leal (2014) e Julieta Quirós (2019), encontramos as semelhanças destes conceitos. Assim, reconhecem um fenómeno oposto ao do passado e caracterizado por ser multidimensional. Nas suas perspetivas, o surgimento dos indivíduos Neo-rurais ocorreu no ano de 1968, tendo durado até meados da década de 70. No entanto, enquanto na Europa Norte-Occidental este movimento para além de ser menos evidente, está ligado a “movimentos libertários e contraculturais”, sendo que no contexto francês está associado á cultura hippie, contribuindo positivamente para o desenvolvimento das suas áreas rurais. Ainda nesta ótica, Xerardo Pereiro (2018), aborda o papel que o turismo tem tido na associação a estes conceitos. Podemos dizer, que enquanto no contexto anglo-saxónico este movimento é definido como pós-ruralidade, no contexto francês é designado de neorruralidade. Apesar da maioria destes autores se referir quer a Neorruralidade quer a Neo-rural, Maria da Nazaré Roca (2011), defende a existência do conceito de “Neorruralismo”, no entanto faz uso das mesmas observações.

As análises construídas tanto por Michel Chevalier em 1981, como por Maria Nazaré Roca (2011) e Luciana Trimano (2019), mostram que mesmo num contexto espacial tão alargado, o movimento de entrada nos meios rurais, na maioria das vezes apenas foca a dimensão espacial descurando os impactos e as reconfigurações em termos relacionais e identitários. Por exemplo, Chevalier (1981: 34) refere que as suas formas heterógenas ainda não são conhecidas por todos, e assim, normalmente é referido como escolha de “residência secundária”. Maria Nazaré Roca (2011) por sua vez, defende que “as motivações por detrás deste movimento, podem ser as mais variadas” e, portanto, apela a uma análise deste movimento de acordo com as aspirações pessoais (Roca, 2011). Nestes termos, surge a necessidade de uma observação que tenha em conta perspetivas

diferentes, apontando no presente estudos não de forma uniforme, mas variando de acordo com as particularidades espaço temporais.

Desta forma, damos conta que o fenómeno da Neorruralidade pressupõe um total afastamento ao que é urbano. Dando conta neste caso, que este pode assumir uma pluralidade, tendo em conta modos de vidas distintos, inerentes a motivações e desejos igualmente distintos. É inerente a esta pluralidade, que este é notado como um movimento distinto do passado, e que ainda não pode ser confundido com nova ruralidade. Nesta perspetiva, Candiotto e Corrêa (2008), Maria Rivera (2009) e Xerardo Pereiro (2018), observam que se anteriormente o movimento de entrada nos meios rurais apenas focava a dimensão espacial, este encontra-se agora ligado a uma procura por um estilo de vida em função da tranquilidade e da proximidade com a natureza, o que na sua ótica o apelo ao maior ou menor grau de identificação com os espaços rurais tendo em conta os seus recursos naturais, são aspetos que podem estar na base da compreensão destes fenómenos.

Como se pode comprovar, o fenómeno da Neorruralidade e os indivíduos Neo-rurais, são temas que têm vindo ao longo dos tempos a ser desenvolvidos por diversos autores. No entanto a eles estão associadas uma pluralidade de questões. O que se pretende a partir deste ponto, é uma análise específica sobre quem são estes Neo-rurais, reconhecendo que estes podem assumir uma pluralidade adotando categorias sociais e identitárias distintas.

3.1.1. Neo-rurais como um conjunto heterogéneo de grupos sociais

Indo de encontro ao ponto anterior, este em que nos encontramos segue o caminho das observações desenvolvidas dando conta que na base do processo de transição para as áreas rurais estão os mais diversos motivos, desejos e objetivos. Deste modo, diversos autores, nomeadamente Roca (2011), observam a existência de um grupo de indivíduos heterógeno, desenvolvendo para o facto, uma “tipologia” assente num “caráter multicriterial”. Posto isto, o objetivo proposto, será o de analisar as diversas tipologias desenvolvidas pelos mais diversos autores, tendo em conta não só a realidade portuguesa, como as observadas em Espanha, França e ainda Argentina.

O quadro seguinte contempla as observações de cada um dos autores, de modo a facilitar a sua compreensão.

Tabela 2. Tipologia de Neo-rurais

Autores	Contexto	Características	Motivações
Roca (1999)	Portugal: Alto Minho	“reformados ou emigrantes de retorno”	“amenidades rurais”
Ruivo (2007)	Portugal: Albufeira da Barragem de Castelo de Bode	“indivíduos nomeadamente reformados ou emigrantes de retorno”	“amenidades rurais”, identificando as características naturais ou produzidas pelo Homem, incluindo terrenos incultos e cultivados, monumentos históricos e mesmo tradições culturais, como uma mais valia à satisfação dos seus desejos e aspirações”
Rivera (2009)	Espanha: Navarra	“indivíduos jovens, pertencentes à classe média-alta”	“procuram os espaços tanto por uma maior qualidade do ambiente habitacional e maior distância em relação aos meios urbanos, como pelo facto de estes serem economicamente mais acessíveis”.
Dinis e Malta (2009)	Portugal: Serra da Lousã	<ul style="list-style-type: none"> - “Os Serranos”, antigos habitantes e reformados agricultores; - “Os Neo-rurais”, indivíduos maioritariamente oriundos da Europa Central, embora se observem alguns portugueses de origem urbana. Com um padrão de comportamento próximo da cultura hippie, para além de detentores 	<ul style="list-style-type: none"> - Recorrem à agricultura não como fonte de rendimento, mas de obtenção de produtos para o seu próprio consumo e consumo da família; - Prestação sazonal de serviços na serra, como a limpeza de caminhos e recuperação de edifícios;

		<p>de formação superior ou formação profissional muito especializada;</p> <p>- Os “Detentores de Segunda Habitação”;</p>	<p>- “indivíduos que compraram uma casa e que a utilizam para lazer; presentes maioritariamente aos fins de semana e férias”;</p>
Camarero et. al (2009)	Espanha	<p>- “indivíduos, que contrariamente aos habitantes locais, têm uma estrutura etária e sexo diferentes”, “consideravelmente mais jovens, a sua geração é muito menos masculinizada do que a população local”.</p> <p>-“composições familiares em formação, com grande presença de vida casal e filhos pequenos, indivíduos mais escolarizados”</p>	<p>“menos ligados aos trabalhos agrícolas, em que a sua participação no mercado de trabalho, é maioritariamente extra local”.</p>
Saleilles (2010)	França; Espanha; Portugal	<p>- “indivíduos mais jovens, mais instruídos, com caráter mais empreendedor e inovador, “mais abertos ao mundo”,</p>	<p>“veem nestes espaços oportunidades de negócio mais ligados às questões ambientais, apelando a um envolvimento na comunidade, como forma de procura da sua identidade local e individual, e assim, mais do que empreendedores económicos apelam ao rural, como “empreendedor do estilo de vida”</p>
Costa (2011)	Portugal e Espanha	<p>“Agricultores de Sofá”, mais jovens, com maior grau de escolaridade e caráter empreendedor...”</p>	<p>“recebem ajuda financeira da União Europeia apenas para “manter o espaço” sem plantar, optando por viver no campo</p>

			sem abandonar o conforto que tinham na cidade”
Sancho (2013)	Espanha	<p>-“uma camada mais jovem, pertencente à segunda e terceira gerações de imigrantes, possuindo alto nível educacional”</p> <p>-“indivíduos reformados ou pré-reformados,</p>	<p>“maior propensão ao envolvimento na comunidade”, ...optam pelo campo não só vinculados à visão bucólica, como por causa da crise, procurando nestes espaços atividades mais ligadas ao território e fora dos mercados de trabalho com salários “rígidos urbanos” promovem modos de vida menos consumistas e com interesse em questões ambientais”</p> <p>consumistas e com interesse em questões ambientais”</p> <p>- “não tendo como propensão o desenvolvimento de nenhuma atividade nem uso da terra, optando por um lugar onde já adquiriram uma segunda residência ou tiveram uma residência familiar”.</p>
Reis (2014)	Aldeias históricas de Portugal	- Não específica nenhuma tipologia	“falta de identificação com a vida urbana, atração pela paisagem /motivações ecológicas, razões de desemprego ou de reforma, e ainda, a ideia de oportunidade em desenvolver atividades profissionais para muitos jovens empreendedores”.

Quirós (2019)	Argentina	<p>-“los de afuera”; “venidos”; “llegados”, “los porteños”, ou ainda “Jipis”;</p> <p>-“licenciado, artistas, comerciantes, artesãos”, indivíduos destacados pela sua “multiatividade”</p>	<p>- “procura de uma melhor forma de vida, não mais ligada à procura económica, mas antes de mais a uma qualidade de vida tranquila, ligada à natureza”</p>
----------------------	-----------	---	--

Fonte: “Elaboração própria”

Como vimos, as realidades observadas no quadro acima são referentes quer a tipologias distintas quer a contextos espaciais distintos.

Em relação ao contexto português, os autores Roca (1999); Paul Ruivo (2007); Dinis e Malta (2009), Saleilles (2010); Gabriela Costa (2011) e Paula Reis (2014), observamos maioritariamente duas categorias de indivíduos distintas. Assim, destacam deste indivíduos reformados e/ou pré-reformados, a indivíduos mais jovens, com qualificações mais elevadas e de carácter mais empreendedor. A sua entrada nas áreas rurais está de modo geral ligada aos aspetos naturais da paisagem, adotando motivações ecológicas, razões de desemprego ou de reforma, e ainda, a ideia de oportunidades de negócio mais ligados às questões ambientais, apelando a um envolvimento na comunidade. Desta forma, contrariamente ao que se pensava, apesar das áreas rurais serem já vistas pela sua multifuncionalidade, são aspetos ligados à paisagem e tranquilidade, os motivos mais evidentes para o processo de transição.

Do mesmo modo, no contexto espanhol, autores como Camarero et. al (2009); Rivera (2009); Saleilles (2010); Gabriela Costa (2011) e Jesus Sancho (2013), dão conta da existência de dois grandes grupos de indivíduos, salientando o grupo de reformados e jovens de classe média. Quanto aos indivíduos reformados, estes optam pelos espaços rurais não para desenvolverem alguma atividade, mas pelo facto de este espaço ser uma escolha para segunda residência. Quanto ao grupo dos jovens, estes possuem um nível educacional mais elevado e maior propensão ao envolvimento na comunidade, a procura destes espaços encontra-se ligada a modos de vida menos consumistas e com interesse em questões ambientais. Ainda neste contexto, Sancho (2013) dá conta da existência de composições familiares com grande presença de vida casal e filhos pequenos, em que a sua procura pelos espaços rurais está menos ligada aos trabalhos agrícolas, trabalhando maioritariamente fora desses espaços.

Saleilles (2010), tal como em Portugal e Espanha, também no contexto francês denota que nos espaços rurais, há uma evidente existência de indivíduos mais jovens, com maior grau de qualificação e de carácter mais empreendedor. Segundo ele, estes indivíduos veem o espaço como uma oportunidade, pois o facto de serem mais jovens e mais instruídos encontram-se ainda em atividade laboral, veem aquele espaço como sendo propenso à criação de um negócio ligado às questões ambientais. Para além destes aspetos, observamos uma particularidade, pois neste contexto em específico estes indivíduos têm como grande pretensão o envolvimento na comunidade como forma de procura da sua identidade local e individual, e assim, mais do que empreendedores económicos são agora empreendedores da própria vida.

No caso da Argentina, Quirós (2019) dão-nos conta de um caso bastante específico. Segundo o autor, todas as categorias associadas aos indivíduos Neo-rurais, partem de uma visão que outros indivíduos têm sobre eles. Desta forma, indica-nos a existência não de grupos específicos, mas de categorias diversas. No entanto, tal como nos outros contextos, observa que grande parte dos indivíduos procura uma melhor forma de vida, não ligada às questões económicas, mas uma vida tranquila, e ligada à natureza.

Embora nos tenhamos vindo a debruçar sobre a heterogeneidade de tipologias de indivíduos, facto é, que grande parte destes tem na base do seu processo de transição uma procura não de uma forma de vida individual, mas apelando a uma vida em comunidade na procura de um “nós”. Este facto indica que, apesar dessa heterogeneidade, a identificação ao local e aos habitantes locais, se tem como o seu propósito final. Estes novos atores trazem consigo experiências passadas e competências diversas, mais voltados agora para as questões ambientais e sociais. Deste modo, são responsáveis por transferir para os espaços, questões culturais e identitárias distintas, que unindo às já presentes implicam uma diversidade social e cultural. Assim, ainda que os Neo-rurais possam alterar os laços sociais rurais, estes hábitos e valores tipicamente urbanos são interpretados e assimilados à luz da cultura local (in Carmo, 2009).

3.1.2. “Neorruralismo” e práticas de dinâmicas sociais

O fenómeno de Neorruralismo está associado a um tipo de migração específico em que indivíduos de grupos heterogéneos decidem mudar o rumo das suas vidas a reestabelecer-se nos meios rurais. Associado ao processo de transição estão diversas perspetivas de diversos autores. Se algumas analisam o Neorruralismo fazendo associação deste fenómeno ao desenvolvimento local, outras destacam maioritariamente o papel de tensão gerado durante essa interação.

As análises efetuadas às principais motivações que levam estes indivíduos a procurar os meios rurais, lembram que muitos procuram nestes espaços um sentido de comunidade, o qual não encontram nos meios urbanos. Esta procura é encarada pelos diversos atores de formas diferentes, e se do lado de quem vai demarca um processo de transição pacífico, do lado de quem lá vive, muitas vezes é visto como uma invasão alheia. O processo de integração na comunidade pode assim estar condicionado por estes fatores e por isso o passo seguinte será o de perceber como é que a partir das práticas diárias se podem atenuar estas visões díspares.

Segundo Marlon Sastoque (2012), as dinâmicas sociais envolvem processos tão simples como as rotinas diárias, e tanto essas como as representações que cada um tem sobre elas, afetam o processo de transição rural. De acordo com este aspeto, especificamente no caso da inserção de novos indivíduos, a representação que estes têm dos espaços não está na maioria das vezes em consonância com a dos habitantes locais, conduzindo a um clima de tensão. Esta visão é igualmente partilhada por Sancho (2013), que passamos a citar: “a vida dos Neo-rurais é uma vida difícil, há um primeiro estágio de entusiasmo e depois há decepção”.

O conceito de hospitalidade adotado por Dan Cordeiro (2013), é aqui referido como um modo onde as estruturas sociais se articulam. Isto é, “a partilha da hospitalidade gera laços simbólicos e vínculos entre as pessoas envolvidas” (LASHLEY, 2004 cit in Cordeiro, 2013). E desta forma, o maior ou menor grau de hospitalidade de uma comunidade, torna o processo de transição mais pacífico, permitindo a total integração do indivíduo. Segundo Rui Pena Pires (2012), o conceito de integração, alude à ideia de “tornar inteiro”, isto é, representa o conjunto de processos a partir dos quais uma sociedade se constitui, combinando as diversas componentes aí existentes, nomeadamente as pessoas. Em termos sociais e tendo em conta os rituais diários presentes numa sociedade, é o modo como os indivíduos se relacionam quotidianamente, organizando as relações em termos de papéis e hierarquias. A partir deste ponto, atos individuais típicos de cada cultura e formas de vida, vão sendo transportados diariamente para um espaço em comum, e se à partida este facto poderia ser motivo de conflito, a não existência de integração não significa que uma sociedade esteja em conflito, tal como a existência de consenso não significa que os indivíduos se sintam integrados. Nesta perspetiva, o processo de integração requer muito mais do que estar em consenso sobre algo, necessitando de uma partilha de normas e valores diários. Desse modo, contrariamente ao que se pensava, o conflito permite a integração dos indivíduos, sendo através das práticas diárias motivando a atividade comunicacional, que as relações entre pessoas se ordenam. Nestes moldes, a importância do fenómeno neorrural não é do ponto de vista quantitativo, mas sim qualitativo, ou seja, o valor agregado que gera nas comunidades onde estão inseridos” (Sancho, 2013).

Estes fatores vão de encontro à complexidade do fenómeno, abordada já em ponto anterior, lembrando que uma análise geral do fenómeno não demonstra a realidade do processo, tornando-se imperativo analisar casos específicos. O reconhecimento é o de que mais que um movimento de transição geográfica, este envolve questões mais complexas em termos identitários e sociais. É assim, na diferença de poder e forma de

representar o local que este se vai construindo e dinamizando, sendo este maior desafio político e social dos espaços rurais.

Parte II- Análise empírica

Capítulo 1- Opções metodológicas e o delinear da pesquisa

1. Objetivos da investigação

Efetuada a discussão e problematização do objeto de estudo ao longo do enquadramento teórico, atentamos novamente necessário relembrar o que este comporta assim como os objetivos desta investigação, os quais orientaram e sustentaram toda a parte metodológica e pesquisa empírica.

Relativamente ao objeto de estudo, este foca-se principalmente em indivíduos que abandonaram os espaços urbanos em busca de meios mais rurais, indo de encontro ao objetivo geral, no qual tentamos perceber de que forma esses motivos e razões orientam as diversas decisões dos indivíduos assim como o que estes perspetivam futuramente nos meios onde se vão inserir.

O número relativamente reduzido de estudos realizados sobre os Neo-rurais e este modo de vida, despertou um enorme interesse em trabalhar esta temática, no sentido de explorar e caracterizar este grupo-alvo. A presente investigação insere-se num estudo exploratório cujo universo são diferentes indivíduos não importando a sua origem geográfica, que decidem efetuar o percurso de transição das áreas urbanas para as áreas rurais. Desta forma, neste capítulo, torna-se pertinente referir os métodos e técnicas utilizados, as razões da opção, os modos de seleção dos participantes e por fim os limites da investigação.

O facto de esta investigação abordar uma temática predominantemente de cariz indutivo, na nossa ótica, não é necessário formatar um modelo de análise, assumindo predominantemente uma postura exploratória. No entanto, cabe ressaltar, que o objetivo final será o de elaborar pistas de análise e de hipóteses explicativas.

2. Metodologia de Investigação

Na perspetiva de Quivy e Campenhoudt (1995), para uma melhor compreensão do fenómeno investigado, é necessário que os procedimentos metodológicos sejam

adequados ao mesmo, confrontando toda a parte empírica e levar a uma recolha de todas as informações pertinentes e à análise e interpretação das mesmas. Por isso, antes da explanação da escolha da metodologia mais adequada, importa definir-se o que é metodologia. Segundo Martins (2004:291), metodologia é “o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades” (in Demo, 1989). Neste âmbito, esta considera-se parte fundamental para os processos de pesquisa, pois toda a questão técnica implica uma discussão teórica.

No estudo em questão, pretendemos captar as perceções de cada um dos indivíduos e fazer deles o principal elemento para a obtenção de conhecimento, e, portanto, a adoção de uma metodologia que nos permita fazer um estudo onde haja possibilidade de uma maior profundidade (Guerra, 2014:22). Pelo seu carácter indutivo, neste tipo de metodologia, o processo tem início em algo específico que depois alarga para algo geral, onde se pretende identificar as características fulcrais do fenómeno em estudo (Guerra, 2014). Desta forma, começamos por explorar os antecedentes pessoais de cada um dos indivíduos, para de forma gradual chegarmos ao tema central da dissertação.

Segundo Martins (2004), uma das vantagens desta metodologia, é que apesar de esta fornecer informação em pouca quantidade, os seus dados são bastante ricos tendo em conta a sua amplitude e profundidade. Também Poupart (1997 in Guerra, 2014) refere as suas vantagens tendo em conta que, os seus dados por serem de ordem epistemológica, de ordem ética e política e de ordem metodológica, tornam o “instrumento privilegiado da análise das experiências e do sentido de ação” (Guerra, 2014:10).

Apesar destas vantagens, o facto de não ser habitual que um estudo qualitativo tenha definido desde logo o número de casos que terá de investigar, ou seja, não haja uma representação estatística, mas sim social (Guerra, 2014) faz com que o rigor e/ou a cientificidade do mesmo possa ser posta em causa. Depois, a proximidade entre o investigador e o objeto de estudo nos casos em que há interação direta, tornam necessário o desenvolvimento de empatia e de confiança para que a pessoa em estudo se sinta suficientemente à vontade para revelar a sua vida (Martins, 2004; Laland, 1998). Ainda nesta ótica, Piedade Laland (1998), refere uma outra questão relacionada com as memórias versus representações, ou seja, “não se trata, de ouvir uma história sem estrutura ou sentido, mas de ouvir falar a realidade segundo um traçado que é proposto”; “cabe depois ao sociólogo explicar esses discursos, descodificar-lhes o sentido, interpretá-los, aproximando a definição inicial do seu objeto com o real encontrado” (Laland, 1998: 874-875).

Apesar destas elucidações, tendo em conta os objetivos desta investigação e os referenciais da metodologia qualitativa, esta pareceu-nos ser a mais adequada, pois pretende-se compreender questões complexas e profundas, não captáveis em recolhas de dados extensivas (Guerra, 2014).

Segundo Augusto (2014), a opção por uma metodologia quantitativa ou qualitativa está relacionada com os objetivos da pesquisa e com os atributos dos objetos em estudo, demonstrando que existem diferentes métodos que são apropriados para responder a diferentes propósitos e questões de investigação. Nesta perspetiva, a Metodologia Qualitativa difere da Metodologia Quantitativa nos seus próprios fundamentos, tanto filosóficos quanto metateóricos e no que diz respeito à natureza da própria realidade, do conhecimento e dos princípios que inspiram e governam a investigação científica. Este tipo de metodologia, parte do pressuposto que o mundo social é composto por significados e símbolos que exigem a sua procura nem sempre de forma quantificável, estando tendencialmente ligada a um carácter exploratório e descritivo, assente na recolha de informação sobre atitudes, comportamentos ou opiniões de determinados grupos da sociedade (Quivy e Campenhoudt, 1995).

O facto de este tipo de metodologia partir da investigação de um fenómeno do particular para o geral, não incorpora o estabelecimento de hipóteses e variáveis, uma vez que estas poderiam alterar e influenciar a visão do investigador sobre as interpretações (Marconi e Lakatos, 2003). Como tal, é comum delimitar-se um planeamento da estrutura da investigação e um enquadramento mais genérico sobre o fenómeno que se pretende investigar para que não se perca o enfoque. Este tipo de pesquisa pretende assim dar-nos maior conhecimento e aprofundamento do tema que iremos abordar seguindo os pressupostos da compreensão dos significados, motivos, crenças, valores e atitudes.

Inerente a estes aspetos, esta metodologia é claramente a que melhor responde à problemática em estudo, já que estamos a referir-nos a indivíduos que iniciam um percurso de vida alternativo ao do seu passado, envolvendo uma nova integração na sociedade, reconhecendo-a nem sempre como pacífica. Mais ainda, foi feita uma interpretação dos fenómenos culturais e historicamente relevantes, na medida em que os fenómenos inerentes ao estudo são relativamente recentes.

3. Técnicas de recolha de dados

De acordo com o estudo em questão, é importante recorrer a técnicas e instrumentos de recolha de dados adequados ao mesmo, de forma a tornar a investigação credível e qualificada. No entanto, os objetivos da investigação dependem não só da recolha e adequação dos instrumentos, como também dos meios disponíveis, dos recursos e da própria disponibilidade dos investigados. A escolha dos métodos e técnicas de pesquisa é uma etapa determinante num processo de investigação, e o facto, de existir uma variedade de métodos e técnicas de investigação, obriga-nos a fazer uma opção metodológica.

A seleção das técnicas de recolha de informações está relacionada com o problema que se pretende investigar, e tendo em conta que este se insere num tipo de raciocínio no qual partindo de um número considerado de casos particulares, invoquem um conhecimento geral com foco no quotidiano dos indivíduos investigados, uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas diretas e semiestruturadas procurando conhecer as histórias de vida, revela-se a mais eficaz, ao permitir uma relação mais próxima com os participantes e uma significativa margem de resposta.

Optámos desta forma, pela entrevista semiestruturada, que serve para obter a informação desejada, através da subjetividade e vivência dos indivíduos numa dada situação. Segundo Duarte (2004), para que uma entrevista seja eficaz, o investigador deve ter muito bem definidos os objetivos da sua investigação, conhecendo com profundidade o contexto em que serão aplicadas as entrevistas. Além disso, o investigador deverá alinhar as questões e prepará-las devidamente antes de realizar as entrevistas. Numa fase de construção das entrevistas, deve ter-se em atenção as questões de investigação, os objetivos e/ou os pressupostos do enquadramento teórico. Neste tipo de entrevista, o investigador constrói de forma organizada um conjunto de questões relativas ao que se pretende ser estudado, mas permite que o entrevistado responda livremente e autonomamente sobre assuntos que poderão surgir ao longo da entrevista, relacionados com o tema principal.

O facto de pretendermos ir de encontro à escolha de uma nova vida, deparando-nos com o questionamento do que os levou adotar esse mesmo estilo de vida, destaca a importância de perceber todo o seu percurso de vida de forma a elucidar-nos acerca dos motivos e convicções. Neste âmbito, a recolha de dados pela entrevista permite falar diretamente com os indivíduos, e contrariamente a outro tipo de investigações não é necessário que os interlocutores com os quais nos propomos conversar necessitem de anonimato (Duarte, 2004). Este tipo de técnica, permite ao investigador “fazer uma

espécie de mergulho em profundidade” (Duarte, 2004), e assim, o próprio pesquisador compromete-se a seguir uma série de questões que serão previamente definidas, mas que, no entanto, serão efetuadas dentro de contexto semelhante ao de uma conversa informal.

As vantagens deste tipo de entrevista passam tanto pelo facto de nos darem oportunidades em termos do tempo em que são efetuadas, permitindo discorrer mais sobre uns assuntos em detrimento de outros que não se revelem tão pertinentes, como pelo facto de que a partir destas a própria interação que se efetua favorece um tipo de respostas mais espontâneas. Assim sendo, apesar deste tipo de entrevistas seguirem uma linha temática que é eminentemente biográfica, estão no entanto organizadas por grupos temáticos que têm uma ordem pré-definida e seguindo uma linha temporal e, portanto não se pergunta o que ocorre temporalmente no presente, antes de se perguntar o que ocorreu no passado. Ainda nesta perspectiva, dentro de cada grupo temático pode ser alterada a ordem das questões, permitindo suprimir e/ou acrescentar novas interrogações em função dos discursos dos sujeitos.

Como em toda e qualquer investigação, o grande objetivo é chegar a pistas de análise sobre o tema. No entanto, importa esclarecer que estas não se trata de conclusões, mas sim de hipóteses que nos permitam retirar algumas ilações.

Desta forma, após a recolha dos dados, é necessário que estes sejam analisados, passando por uma série de etapas até ao objetivo final. Assim, no que toca ao tratamento dos dados obtidos a partir das entrevistas, este foi realizado seguindo uma série de etapas. De forma inicial, procedeu-se à transcrição das entrevistas gravadas, reproduzindo-se de forma integral e leal o discurso dos entrevistados. Seguidamente às entrevistas transcritas, construíram-se as sinopses das mesmas de modo a auxiliar o tratamento da informação. Posteriormente, à construção das sinopses, procedeu-se à análise da informação recolhida, tendo como suporte a seguinte grelha de análise.

Tabela 3. Conceitos e Dimensões de Análise

Problemática	Dimensões de Análise
Antecedentes	<ul style="list-style-type: none"> • situação pessoal; • situação profissional; • motivos/razões; • referências e/ou contactos locais;
1º contacto	<ul style="list-style-type: none"> • expetativas e realidade; • processo de acolhimento;
Fixação e permanência	<ul style="list-style-type: none"> • situação profissional atual; • bens adquiridos; • principais obstáculos e processo de superação; • principais apoios locais;
Participação/ participação cívica	<ul style="list-style-type: none"> • situação pessoal face à participação; • envolvimento coletivo;
Futuro desejável	<ul style="list-style-type: none"> • pessoal; • profissional;
Refletir sobre o Portugal rural	<ul style="list-style-type: none"> • posição face ao futuro dos territórios rurais; • visão como agente de mudança; • propostas futuras para os territórios;

Fonte: “Elaboração própria”

3.1. Recolha e tratamento de dados

No âmbito da presente dissertação foram efetuadas 8 entrevistas no total, das quais duas são referentes a casais. Apesar de ambos terem participado nas entrevistas, estas foram feitas ao mesmo tempo, não necessitando de uma separação em termos de resposta.

Tendo em conta que o nosso objetivo era o de perceber o percurso que cada um destes indivíduos efetuou e que o fez chegar ao ponto em que profissionalmente/pessoalmente se encontram, foi necessário enquadrar e analisar a situação anterior face à mudança.

Num primeiro momento, realizamos a caracterização sociodemográfica do entrevistado e em alguns casos do cônjuge, nomeadamente quanto à idade, agregado familiar e habilitações. Num segundo momento, analisamos o percurso biográfico do entrevistado anteriormente à mudança, tentando perceber as motivações dessa transição, os seus receios e a sua relação com a cidade. Num terceiro momento, analisámos o início do seu processo de transição e adaptação no meio por eles escolhido, pretendendo verificar se as expetativas e a realidade se encontram em consonância. Propusemo-nos ainda em perceber o pós-adaptação, como é que estes indivíduos interagem agora com a “nova comunidade” e as novas dinâmicas sociais existentes. Findámos com uma opinião destes

indivíduos sobre o rural no geral para que também nos dessem informações sobre a visão futura que têm sobre estes e possíveis estratégias de combate às adversidades.

Dessa forma, iremos então proceder à apresentação e análise dos casos, destacando por um lado as singularidades que fazem de cada entrevista uma história de vida única, mas também comparando percursos, situações, opiniões.

4. Contextualização da recolha dos dados empíricos

4.1. Unidades Amostrais

Perante um estudo desenvolvido na área das Ciências Sociais, o contato direto com as pessoas é algo bastante importante para valorizar a fonte de informação disponível para os investigadores.

Tendo em conta a natureza do objeto de estudo e os objetivos definidos, atentamos que o propósito subjacente à construção da amostra não é o da quantidade nem a da representatividade. Assim, procurou-se antes de mais captar a diversidade que existe na população. A pesquisa exploratória contribui para melhor se conhecerem as características da população e, assim, definir o tamanho e variabilidade da amostra. Antes de mais, convém definir as características do público-alvo, isto é, o universo de onde foi extraída a nossa amostra.

A população aqui em estudo refere-se ao universo de indivíduos por nós considerados Neo-rurais, ou seja, pessoas que têm em comum a troca de vida na vida na cidade pelo campo, representando um conjunto de ideias e valores relacionados ao modo de vida no meio rural, os quais são desejados por quem vive em grandes centros urbanos. Assim, o público-alvo representa a diversidade de indivíduos, os quais escolhem as áreas rurais para nelas habitar e aí se desenvolverem pessoalmente e profissionalmente, não importando a sua origem geográfica, o local de escolha, a escolaridade, o sexo e a idade, bem como outras características de foro individual. Ainda, pessoas que encaram o campo como um espaço de oportunidades e estilo de vida que faz contraponto à poluição, e à vida agitada do grandes centros urbanos.

Inicialmente tínhamos definido alguns parâmetros nos quais gostaríamos que incidisse o nosso público-alvo, tais como o local geográfico e o ano de mudança, no entanto, tendo em conta que a nossa amostra se centra num grupo de indivíduos distintos, sendo estes os “novos habitantes do campo”, que a eles têm agregada uma história de vida, um

percurso e um trajeto que os levou à situação em que se encontram, tornou a sua procura mais dificultada.

O facto do nosso objeto de estudo ser um tipo de população que necessita de uma atividade exploratória e muitas vezes estar envolto numa certa invisibilidade, não permitiu uma grande antecipação nem grandes exigências a nível do perfil do respondente, assim, optamos por não limitar as características dos e das participantes e, aceitar todos os indivíduos que demonstraram o seu interesse no estudo.

O tipo de amostragem que maior recrutamento nos facultou foi a pesquisa exploratória com recurso a espaços da internet, onde o contacto com os interessados foi realizado através de correio eletrónico.

Apesar de alguma dificuldade encontrada através dos métodos descritos, conseguimos realizar 8 entrevistas, sendo duas delas representadas por um casal, compilando numa entrevista única.

Os respondentes apresentavam-se em diversas fases de transição, adaptação e vivência social permitindo-nos obter diferentes relatos e diferentes visões de si e das suas vivências pessoais.

As idades dos respondentes variam desde os 38 aos 70 anos. O local de residência atual dos respondentes também varia bastante o que permite abranger um leque de espaços e sociabilidades distintas, dos quais concelho da Covilhã (2), Viseu (1), Alenquer (1), Marvão (1), Serra da Estrela (2), Montesinho (1).

A maioria dos respondentes é licenciado nas mais diversas áreas, em que apenas 1 refere ter o 12º ano. Quanto às suas ocupações profissionais atuais variam entre reformado (1), advogada (1), alojamento local e desenvolvimento de projetos sustentáveis (3), agricultor (2), construtor/carpinteiro (1).

Assim, de acordo com Dias (2018), estamos perante um tipo de amostra não probabilística, que é utilizada quando não conseguimos durante uma pesquisa obter uma lista acerca de todo o universo que pretendemos investigar. Este tipo de amostragem difere da amostragem probabilística, porque esta última oferece a mesma oportunidade de resposta a todo o universo.

Dentro deste tipo de amostra podemos encontrar diversos tipos de amostragem, sendo que para o fim pretendido, a que será apontada refere-se à “Amostra em Bola de Neve”. Esta técnica de recolha, faz sentido para o caso estudado, pois não existe um universo de indivíduos pré-definido. E tal como o seu nome indica, a possibilidade de acesso aos

indivíduos é feita em forma de “bola”, em que partirá da conversa e de informações encontradas em documentos que o processo terá início, sendo que, muitas vezes é o encontro do primeiro indivíduo que leva ao conhecimento dos restantes e assim sucessivamente (Vinuto, 2014). Para o despoletar deste tipo de acesso será necessário, “plantar a semente”, ou seja, começa-se por lançar uma série de informações de forma a localizar alguns indivíduos reconhecidos como pertinentes e que vão de encontro à investigação proposta. O que acontece na fase inicial é que a partir do momento em que se vai ao encontro ao primeiro indivíduo ou grupo de indivíduos, o esperado é que estes forneçam os próximos contactos que farão parte da investigação e assim sucessivamente. No entanto, este tipo de amostragem por ser não probabilística tem em si uma série de implicações. Poderá provavelmente acontecer que estas pessoas não conheçam outros casos ou mesmo que conheçam casos já tenham sido indicados anteriormente, o que poderá levar primeiro a uma saturação da amostra e segundo a uma falta de novas informações.

Apesar das implicações que esta técnica poderá acarretar, reconhece-se, no entanto, que esta se torna a mais útil e necessária para o caso estudado. Vinuto (2014), apoiada em autores como Bernard (2005), afirma que para além desta ser a técnica mais adequada a uma recolha de população que seja de difícil acesso, é igualmente útil na procura de um tipo de população que não se consiga quantificar, ou seja, é um processo permanente coleta de informações, pois é a partir das redes sociais dos indivíduos que é fornecido ao entrevistador um conjunto cada vez maior de potenciais contactos. No entanto como já foi referido anteriormente é importante termos em conta o ponto de saturação sendo que este marco é identificado como o ponto em que a recolha destas informações terá a finalização (Vinuto, 2014).

De forma geral, este tipo de amostragem salienta-se como a mais pertinente para a investigação em questão, pois apesar das diversas implicações que poderá ter, o que de facto importa não é obter uma grande amostra, não se pretende o seu carácter quantitativo, mas sim qualitativo.

De acordo com o referenciado anteriormente, quando de métodos qualitativos se trata, não é expectável nem uma representatividade em termos estatísticos, nem que a amostra seja estabelecida à priori, sendo tal facto em muitos casos apontado como uma falha aos olhos dos métodos extensivos (Guerra, 2014; Gonçalves, 2004).

Será de seguida apresentada uma tabela onde se encontra toda esta informação referente à caracterização sociodemográfica dos entrevistados, sendo que a sua identificação seguirá uma ordem numeral de acordo com a data da entrevista.

Tabela 4. Caracterização Sociodemográfica dos Entrevistados

	Idade	Local de residência anterior e atual	Agregado familiar	Habilitações	Ocupação profissional anterior e atual
E1	70 e 48	Oeiras Barco	2	licenciado em Gestão de Empresas, MBA a parte académica; Direito, advogada	Anteriormente era bancário e agora reformado; Advogada continuando a exercer
E2	47 e 45	Porto Esculca	4	Licenciatura em biologia e pós graduação em biologia molecular; Licenciatura e MBA em marketing	Trabalhavam os 2 por conta de outrem, em Marketing e o Ricardo no laboratório de Genética Molecular. Atualmente integram o projeto Vida em Transição ligado à área de sustentabilidade
E3	38	Torres Novas Casal da Raposa	4	Licenciada em Direito	Jurista na Camara Municipal de Torres Novas; Atualmente é agricultora
E4	38	Lisboa Paul	1	Licenciado em Engenharia Eletrotécnica	Trabalhava num escritório em informática; Atualmente integra o projeto Ananda Marga ligado ao yoga e meditação
E5	39	Algarve Quinta Regadinha (Figueiró da Serra)	3	Mestrado em Agricultura Biológica	Trabalhou em investigações de campo, em agricultura biológica, em universidades e em produção biológica e também em venda biológica; Neste momento gere a sua própria quinta, onde cultiva e vende excedentes
E6	38 e 42	Sintra Santo António das Areias	3	licenciatura em Turismo. licenciatura em Ciência Política	Numa empresa de informática como administrativo, Na mesma empresa, mas no departamento de desenvolvimento. Atualmente a entrevistada tem a mesma ocupação, no entanto, ambos gerem um parque de campismo seu.
E7	37	Espinho Aldeia perto de Bragança	4	Licenciatura em Turismo	Repórter freelance Para além desse trabalho, atualmente tem um projeto de alojamento local
E8	37	Sintra Oliveira da Ponte	2	12º ano	Construtor/carpinteiro Atualmente exerce a mesma profissão

Fonte: “Elaboração própria”

De acordo com a tabela acima, faremos no capítulo seguinte, a apresentação e análise das entrevistas e dos materiais supramencionados, que nos possibilitarão em seguida elaborar as considerações finais.

Capítulo 2 - Análise dos dados recolhidos

5. Leitura e Interpretação dos dados recolhidos

A análise e interpretação dos dados presentes, para além de ser uma das etapas mais importantes aquando um trabalho desta natureza, segue as linhas orientadoras desenvolvidas ao longo do capítulo teórico. Consequentemente, neste ponto seguirá por duas partes que não iminentemente separadas e se encontram conectadas. Passará pela parte da leitura dos dados, isto é, o momento onde se trabalha a singularidade dos discursos individuais e, ao mesmo tempo, se comparam esses discursos face a temas comuns, confrontando em conexão os resultados obtidos são com a base literária (parte teórica) a partir da qual este trabalho foi orientado. O objetivo é posteriormente avançarmos para um resumo das principais ilações obtidas, onde relevaremos possíveis hipóteses e pistas que poderão servir de base a futuros trabalhos. Com isto, queremos referir que o seu objetivo está em consonância com uma série de questões às quais tentamos encontrar respostas, com destaca feito na introdução desta investigação.

5.1. Leitura e análise compreensiva dos dados recolhidos

De acordo com os dados obtidos pelas entrevistas, damos conta da existência de uma heterogeneidade quanto aos participantes em estudo. Este facto é verificado tanto no que respeita ao seu percurso pessoal e profissional anterior à mudança, como na sua situação atual e distribuição pelo território. Assim, alguns destes indivíduos destacam a sua vontade de participar na comunidade e mais ligados às questões que envolvem propriamente o rural, outros com menor envolvimento comunitário e mais focados em questões de bem-estar pessoal. Uma grande diversidade onde existem sentimentos, perspetivas e também necessidades comuns.

Tendo em conta as perspetivas e posicionamentos teóricos que orientam a análise das entrevistas, pareceu-nos pertinente perceber aquilo que muda e aquilo que permanece, quer em termos pessoais, quer em termos territoriais.

Conseguimos perceber uma série de fatores, incluindo uma série de mudanças a nível de valores, de práticas e de representações que parecem ser mais ou menos transversais entre todos. Estas mudanças traduzem-se na forma como os espaços são apropriados e sentidos, bem como na forma como estes futuramente devem ser desenvolvidos.

A análise do discurso dos entrevistados torna visível um declínio na forma como os territórios rurais têm vindo a ser construídos no presente. E ainda que alguns dos entrevistados observem já a existência de novos indivíduos, outros por sua vez, não observam o mesmo. Neste âmbito, se a grande maioria dos entrevistados considera ser

este fator uma mais valia e uma possibilidade futura, o entrevistado 5 afirma que este não será na verdade o possível cenário, o que nos leva a questionar se este facto se deve ao seu percurso pessoal e local onde se encontra, ou porventura este será de facto o cenário futuro possível.

Regra geral todos os entrevistados afirmaram que foram fatores ligados à natureza os principais motivos para a sua mudança, e ainda que alguns informem sobre questões profissionais, a tendência é ligada a fatores de bem estar e relação com a natureza, podendo ainda perceber em alguns casos uma certa rejeição por tudo o que é urbano. Estas situações, estão em grande parte explicadas pelo conceito relativo à Contraurbanização (Calheiros e Duque, 2013).

Exemplo desse facto, é o caso dos entrevistados E1, que para além de afirmarem fatores ligados à natureza, afirmam que foi também por conta de questões financeiras.

“cansaço também... a pressão de estarmos a viver naquele sítio que se estava a transformar em hostil”; “sempre tive tendência para procurar zonas onde tivesse mais natureza, menos intervenção humana. A vida da cidade a mim sempre me sufocou um pouco”; “todo aquele ritmo de vida ...tudo isso estava a minar-me porque se calhar não faz parte de mim” (E1).

Semelhantemente, no caso dos entrevistados E2, podemos perceber que para além da vida ligada à natureza, esta poderá não ter sido o fator determinante, reconhecendo motivos mais ligados a questões internas, de procura e conhecimento interior, mais ligado ao bem-estar emocional.

“nós começamos a questionar internamente o que realmente nós gostaríamos para nós. Começamos a querer ir mais profundo na nossa existência aqui na terra neste corpo”...” é claro que a vida sustentável está lá, é claro que viver para a natureza está lá, viver de uma forma saudável, comer saudável, respirar saudável também esta lá, mas o mais importante disto tudo foi nós quereremos procurar e mudar algo em nós próprios, de diferente” (E2).

No caso da entrevistada E3 conseguimos perceber que para além de motivos ligados ao fator natureza, a entrevistada informa que o estar ligada aos seus pais foi também um fator determinante para a mudança, nesta perspetiva e neste caso em particular percebemos que as raízes antecedentes foram um dos fatores mais importantes, para além disso durante a entrevista podemos perceber que a entrevistada acaba por “pegar”

no negócio do pai ligado à agricultura e portanto para além dos fatores anteriores podemos concluir que motivos profissionais são um outro fator.

“sempre gostei de viver no campo e queria dar esse estilo de vida aos meus filhos e o meu marido também gosta muito (...), e o facto de também estar ao pé dos meus pais... pela falta de espaço”. (E3)

Relativamente ao entrevistado E4, podemos perceber que o 1º fator associado à mudança se deveu claramente a questões profissionais, e ainda que invoque fatores ligados à natureza, podemos aperceber-nos que apenas após conhecer o projeto este poderá ter sido alavanca.

“eu logo de cedo percebi que não era aquilo, trabalhar num escritório tempo inteiro, (...), não me via muito a trabalhar para uma empresa (...) E ao mesmo tempo tinha cada vez mais vontade de estar em contacto com a natureza e depois acabei por conhecer um pessoal, uma organização chamada Ananda Marga”. (E4)

Seguindo a mesma ótica que os entrevistados anteriores, no caso dos entrevistados E5 e E7, podemos perceber que foram também questões ligadas à natureza e ao bem-estar, e tal como os entrevistados E1 informa uma certa deterioração da sua relação com tudo o que é urbano, reconhecendo uma certa rejeição.

“Comecei a pensar nisto quando tinha mais ou menos 17 anos, portanto desde essa altura que tenho tentado procurar conhecimentos e experiências que me capacitassem para fazer esta experiência” (...) “Ter qualidade de vida, essencialmente isso...” “a questão é da qualidade de vida (...) comecei a aperceber mesmo desta realidade urbana que para mim não me satisfazia”. (E5)

“Sobretudo vontade de viver no campo e aí ver crescer os nossos filhos, com vista a uma maior qualidade de vida para todos...” (E7)

Também no caso do entrevistado E6, damos conta de uma certa rejeição por tudo o que é urbano, para além disso tal como no caso dos entrevistados E3 e E4 foram também fatores ligados às questões profissionais, nesta ótica os entrevistados não se sentiam bem a trabalhar e a fazer o que vinham feita até então apelando a projetos seus.

“queremos melhorar, querer qualidade de vida sobretudo e sair de um grande centro urbano onde a qualidade de vida é nenhuma e termos o nosso próprio projeto de

negócio no interior e fora de um grande centro. (...), fazer uma coisa que nos dava gozo, que era ter um parque de campismo e morarmos no campo”. (E6)

No caso do entrevistado E8, este segue a tendência dos entrevistados E1 e E3, que contrariamente aos restantes que afirmam que em primeiro lugar foram fatores ligados à natureza, o entrevistado em questão para além de mencionar também esses fatores, afirma em primeiro lugar fatores ligados a questões profissionais.

“vim para aqui 1º porque tinha aqui trabalho, (...), a minha ideia já era arranjar um sítio como aquele onde vivo agora, (...), já tinha a ideia de viver numa região como esta e ter uma propriedade minha” (E8)

“foi por ter cá trabalho depois esta região tinha tudo o que eu queria, todas as condições que eu andava à procura para viver, (...), o caráter rural, a cultura ainda muito rural, haver um certo abandono, algumas espécies de animais selvagens...” (E8)

De acordo com as declarações proferidas pelos entrevistados, conseguimos perceber uma diversidade de fatores associados ao processo de mudança para as áreas rurais. Para além de fatores ligados à natureza, ao bem estar físico e emocional, encontramos dois outros fatores bastante particulares e que nos fazem entender este movimento como mais complexo do que se reconhecia à partida. De acordo com Maria Nazaré Roca (2011), quando se fala de movimento para as áreas rurais, este processo torna-se bastante mais complexo do que parece à partida. Em primeiro lugar porque os motivos associados a esta transição são os mais diversos, depois estes podem ser considerados indivíduos que se mudaram pela primeira vez ou regressaram ao meio rural, podendo residir e/ou exercer atividades agrícolas ou não agrícolas”, para além disso, contrariamente ao êxodo rural do passado, as características individuais tornam este “grupo” mais heterógeno em termos de multiplicidade sociocultural. No entanto, no estudo em questão, damos conta que regra geral os principais motivos associados à sua mudança ligam-se a fatores próximos da natureza e bem estar emocional, sendo que em alguns casos, para além destes fatores, conseguimos perceber também fatores ligados a motivos profissionais, e ainda um caso particular que afirma ter sido por conta das raízes.

Neste âmbito perante o contexto de diversidade encontrado, fica claro que cada um dos casos apresentados deva ser tido como um caso único, não existindo uma tendência nem uma regra aquando de uma mudança para um novo local. Nesta perspetiva, podemos referir que o movimento de Contraurbanização tal como se conhece, não se processa apenas de uma linha orientadora, o que abre portas a novas formas de percecionar as

áreas e as suas potencialidades, sugerindo que inerente às novas dinâmicas que se vão desenvolvendo, estes espaços possam ser redefinidos e revalorizados, comportando transformações económicas e sociais (Calheiros e Duque, 2013).

Seguindo as anteriores linhas orientadoras, no ponto seguinte referente exatamente às referências e/ou contactos locais, queríamos tentar perceber se quando decidiram mudar-se para a região em questão tinham alguma referência ou contacto local que facilitasse esse processo e tivesse sido um dos fatores determinantes, isto é, uma espécie de alavanca. Para além disso, perceber se este fator poderá ser também interessante para perceber o processo de adaptação e acolhimento, ou seja, se o facto de terem raízes e contactos locais facilitou a própria relação com a comunidade existente.

O processo de adaptação está intimamente ligado ao processo de envolvimento comunitário. Nesta perspetiva, salientamos que um maior envolvimento comunitário, parte não só da visão individual sobre os territórios onde se encontram, assim como de um maior sentimento de acolhimento. Justificamos esse facto em grande parte através do conceito de Contraurbanização. Ao definirmos um novo movimento, em que inerente a si surgem novas dinâmicas sociais e económicas, no entanto, estas nem sempre são encaradas por todos de igual forma e, portanto, como uma vantagem. Os trechos apresentados de seguida, servem de base a estas e outras questões avançadas mais à frente.

Relativamente aos entrevistados E1, podemos perceber que estes tinham já referências anteriores ligadas à natureza, no entanto, o fator referência local permite-nos perceber uma ligação à região em questão.

“os meus pais são de cá (...)” (E1)

No caso E2, nenhum dos entrevistados afirma ter tido anteriormente contacto com meios rurais, surgindo esse contacto apenas após conhecerem o projeto ao qual estão ligados.

“nenhum de nós teve vida de campo quando eramos novos, não temos nenhum familiar próximo em zonas rurais que nós visitássemos” (...), “antes de nos mudarmos conhecemos os fundadores do projeto”. (E2)

Relativamente a E3, tal como tínhamos percebido aquando da sua informação sobre os motivos que levaram à sua transição, a entrevistada tinha já referências locais ligadas aos seus pais, e que para além de ter sido um dos fatores determinantes para a sua mudança, foi um fator determinante na escolha da região em questão.

No entrevistado E4, observamos dois principais pontos de contacto com os entrevistados anteriores. Em primeiro lugar, tal como os entrevistados E2, este não tinha tido anteriormente contacto com regiões rurais referindo que as referências ao local foram por conta de projetos e neste caso de amigos. Para além de não ter sido determinante na sua transição foi apontado como um dos fatores que demarcou a escolha do local, observando as mesmas diretrizes que o Entrevistado E3. Ainda neste âmbito, seguimos o caso do Entrevistado E5, *“Eu já sabia que ia tentar procurar aqui nesta zona (...); “ficamos nesta aldeia porque viemos visitar uns amigos que já cá estavam a viver (...)e por haver já aqui um grupo de pessoas nesta localização que eu já tinha mais ou menos escolhido decidimos mudar para aqui.” (E5)*. Neste caso o processo de escolha e transição para o local, ocorreu de forma inversa. Se anteriormente os contactos ou referências locais, sejam elas por parte de familiares e/ou amigos, ou projetos se tornam numa das alavancas principais da sua mudança, este caso mostra-nos o inverso, afirmando o seu interesse na região mesmo antes de conhecer esses contactos.

Tal como no caso do entrevistado E5, no caso do entrevistado E6, a escolha da região ocorreu de forma exploratória, afirmando que essa escolha foi pela qual mais tinham interesse.

“A escolha não foi da freguesia em si, (...) “nós gostávamos muito desta região então decidimos começar a procurar terrenos na zona...”; “vimos muitos terrenos, muitas possibilidades em zonas relativamente próximas, mas calhou a que mais gostamos de ser esta”. (E6)

Particularmente no caso E8, o entrevistado afirma que a escolha da região na qual se encontra, esteve ligado a questões profissionais, afirmando que apenas após esse contacto esse foi determinante na escolha do local em questão.

“(...)só depois de cá estar é que me apercebi que realmente era aqui que queria ficar...” (E8)

Tendo em conta a diversidade de questões anteriores, podemos perceber que apenas E1 e E3 tinham anteriormente contacto e referências familiares nos locais onde agora se encontram, e se para estes esse foi um dos fatores que mais se destacou para a escolha do local em si, no caso dos restantes entrevistados esta mudança se deveu mais a um carácter exploratório.

Apesar de destacarmos a unicidade de cada percurso, é importante analisarmos algumas perspetivas de tendência:

-Tendo em conta os fatores anteriormente ditados, referimos que estes prevalecem não como escolha do local em si, mas sobre uma visão geral que os indivíduos têm sobre os territórios rurais, assim, o processo de mudança para as áreas rurais não é necessariamente determinada por raízes familiares;

- depois, que em todos os casos os indivíduos referem uma certa tendência em explorar as novas oportunidades que um território pode oferecer, revelando que é essa identificação das oportunidades que determina a fixação, na maior parte dos casos.

Enfatizamos que dentro dos indivíduos que decidem mudar-se para as áreas rurais se encontram uma diversidade de aspetos. Se alguns referem anteriores contactos às regiões em questão ou outros locais rurais, por sua vez, tal como acontece com o caso 2 nunca tinham tido nenhum contacto.

Estas perspetivas permitem-nos perceber um aspeto bastante interessante de analisar. Olhemos para o percurso de cada um dos indivíduos, em cada um dos excertos destacados mostramos formas e motivos distintos para a escolha do local e particularmente para o processo de transição. Foquemo-nos no caso em que os indivíduos contactam com as áreas rurais pela primeira vez. De facto, tendo em conta que os motivos maioritários para essa transição se ligam ao fator natureza, por vezes esse processo e esse contacto inicial não está em consonância com o realmente esperado. Desde já adiantamos que enquanto os que se mudaram pela primeira encaram estes espaços de uma forma, aqueles que ou já conhecem a região ou outros meios rurais, encaram-nas de forma distintas. Cabugueira (2000), afirma que apesar de todos os indivíduos em questão serem de origem portuguesa, nem todos tiveram durante as suas vidas referências às áreas rurais. Era de esperar que à partida aqueles que anteriormente já teriam tido contacto com essas áreas fossem aqueles que mais facilmente se encontrassem adaptados aos locais, no entanto, os relatos dos entrevistados dão-nos conta de dois principais fatores. Isto é, apesar de nos casos apresentados esses contactos e/ou referências locais facilitarem os modos de como a população vê estes indivíduos, o processo de adaptação é algo bem mais complexo do que a simples referência, envolvendo fatores de ordem pessoal e valores distintos, no entanto, referimos a singularidade de cada percurso. Apenas E1 e E3 tinham contactos locais mais próximos, isto é, as suas famílias são originárias do local, os restantes referem apenas “conhecer algumas pessoas”.

Os objetivos do ponto seguinte são referentes às expetativas e realidade e pretendem ainda servir de base ao que posteriormente vamos referir acerca do processo de

adaptação e acolhimento. Após a instalação dos indivíduos nos meios reconhecemos ser de particular importância analisar toda essa dinâmica.

Através do caso do entrevistado E8 retiramos algumas ilações. Por exemplo, o seu discurso permite-nos perceber que o processo de adaptação é algumas vezes um processo moroso, reconhecendo-lhe uma certa dificuldade. Recordemos que este tinha já tido contactos com localidades rurais. No entanto informa que o que acontece é que muitos indivíduos esperam algo do meio que na realidade se apercebem que não é exequível, quer em termos profissionais quer em termos de bem estar. Os motivos para fazer a transição são de facto importantes, mas nem sempre depois correspondem à realidade que esperavam e acabam por se sentir frustrados e dificultar todo o processo. O importante de perceber aqui é se realmente aquilo que eles esperavam e pretendiam foi de facto realizado, o que nos permite ainda perceber os modos de envolvimento e relacionamento com a comunidade onde se encontram.

Ainda que os entrevistados E1 refiram que o processo de adaptação é algo que nunca está acabado, e que E2, E4, E5 e E6 refiram alguns entraves durante o seu processo de adaptação, quer no caso do entrevistado E4 ligado a si e a questões de envolvimento, e no caso dos restantes ligados ao espaço físico, conseguimos perceber que regra geral se encontram todos eles adaptados, tendo sido bem acolhidos e que as suas expectativas ou estão em consonância com a realidade ou alguns casos foram mesmo superadas.

“(…), a simples referência aos meus sogros, fazia com que as pessoas nos abrissem a porta” (...) “Se não fosse isso não tinha sido muito difícil (...)” (E1).

Neste caso recordamos que tal como o entrevistado E8, a entrevistada deste casal tinha já contactos locais, o seu pai era da região, apesar de acima referirmos que essa referência “fazia com que as pessoas nos abrissem a porta, conseguimos perceber ainda uma outra dinâmica associada ao processo de adaptação. Nesta perspetiva, consideramos os contactos e/ou referências locais como propiciadores de uma mais fácil integração, no entanto, os discursos dos entrevistados informam, uma outra dinâmica, referindo que no que toca às questões locais, isto é, ao envolvimento coletivo, damos conta da existência de valores distintos, reforçando as ideias de um processo adaptativo mais complexo do que à partida se esperaria.

“Eu acho que estamos constantemente em adaptação, embora estejamos instalados. Porque de vez em quando surgem atitudes que nos causam surpresa, daí que temos que estar sempre alerta para nos ajustarmos aos hábitos” (E1).

Referente a este tema e tendo em conta o que adiantámos sobre as expetativas e realidade, não abordando diretamente se o que encontraram no local foi de facto o esperado, no caso dos entrevistados E1, podemos perceber que a simples referência ao local facilitou todo o processo. No entanto referem que o seu processo de adaptação continua sempre em aberto, que para além de já se sentirem da terra e terem sido bem acolhidos, o processo de adaptação é algo que nunca está totalmente acabado. Foquemos neste caso em questão para posteriormente avançarmos sobre o processo de envolvimento coletivo.

Relativamente aos entrevistados E2, apesar de referirem não ter expetativas quanto ao que poderiam encontrar, conseguimos perceber que o seu processo de adaptação passou por diferentes fases. Ora com a compra do terreno o esperado seria viver nesse espaço, no entanto referem ter vivido primeiro numa casa alugada, na aldeia e não propriamente no campo. Aqui em particular provavelmente as suas expetativas seriam as de encontrar um terreno e nele viver, o que não foi o caso pois esse processo demorou algum tempo.

“Eu não tinha grandes expetativas, nós não sabíamos exatamente o que esperar nem como é que ia ser.” (E2).

No caso da entrevistada E3, esta afirma sem entraves que as suas expetativas ficaram em consonância com a realidade.

As reacções foram ótimas(...)” (E3)

“houve assim vários focos a vários níveis... mandei-me um bocado sem conhecer bem onde me estava a meter (...) não conhecia as pessoas bem...”. (E4)

Tal como o entrevistado E4 refere, apesar de já conhecer algumas pessoas e ter como referência no local o projeto ao qual se encontra ligado, o seu processo de adaptação passou por várias fases, e mesmo não referindo claramente uma dificuldade, conseguimos perceber que o seu processo de adaptação foi algo gradual.

Seguindo as mesmas lógicas dos entrevistados anteriores, também no caso do entrevistado E5 percebemos que apesar de ser bem adaptado e se sentir bem acolhido, ao longo do seu processo reconheceu alguns entraves, mas que, no entanto, tal como refere “são um pequeno desafio”.

“toda a gente me recebeu muito bem, (...), a única coisa que foi assim menos positiva foi que só depois de termos comprados é que descobrimos que existia e ainda existe uma mina (...), mas é um pequeno desafio...”. (E5)

Os casos dos entrevistados E6, E7 e E8 seguem a tendência verificada até então.

“(…), estava Super entusiasmada com a mudança e acho que até superou as expetativas” (E6)

“A realidade acabou por ser melhor do que sonhámos(…)” (E7)

“(…), eu nasci numa aldeia e por isso já sabia como era viver no meio rural, e voltei por isso mesmo porque já conhecia o que era então...” (E8)

Face a estes discursos recordemos o excerto do entrevistado E8. Na sua perspetiva este processo de adaptação e de encontro entre as expetativas e a realidade parte muito da forma e da visão com que os indivíduos chegam aos meios, isto é, *“Regra geral a maior parte das pessoas vem com perspetivas irrealistas, a grande diferença está, não está nas ideias não está nas perspetivas, está na capacidade de adaptação e é isso, as pessoas que têm maior capacidade de resiliência e de se adaptar aguentam-se e transformam a vida delas, o contrário acontece muitas vezes também, diria que é um 50-50. Há muita gente que não consegue fazer a transição porque não alcança a ideia de que eles pensaram” (E8)*. Esta visão é igualmente partilhada por Sancho (2013), que passamos a citar: *“a vida dos Neo-rurais é uma vida difícil, há um primeiro estágio de entusiasmo e depois há decepção”*.

O processo de adaptação e acolhimento segue as linhas referidas anteriormente e servirá de base a duas grandes questões. Nesta dimensão começamos com uma análise deste processo da participação com conseqüente envolvimento coletivo e posterior desenvolvimento dos locais. Conseguimos perceber ao longo destas linhas que nem todos os indivíduos antes da mudança tinham contactos ao local. No entanto, referimos novamente esse fator tentando perceber se este foi de facto determinante para o seu processo de adaptação e conseqüente desenvolvimento das restantes dinâmicas da esfera social.

Nos casos em que os indivíduos não têm qualquer tipo de referência aos locais rurais, pressupõem-se que não conhecem a sua dinâmica e as formas de envolvimento. Neste caso, Rocha e Bursztyn (2005) referem a importância do processo de deliberação, isto é, a necessidade de existência de debates e reuniões que permitam motivar e conectar a

comunidade na procura de um consenso para que todos possam usufruir dos benefícios. Ora, nesta perspetiva, podemos referir que se esse processo de adaptação e acolhimento primeiro não estar concluído e segundo estes não forem bem aceites pela comunidade, a sua participação e envolvimento tornam-se mais difíceis e, portanto, a chegada a um consenso torna-se impossível.

A segunda questão e segue neste ponto, torna-se ainda mais importante, e pretende ser a base do que a seguir iremos abordar, sobre o processo de permanência. Apesar de regra geral se sentirem bem adaptados e bem acolhidos, é importante perceber se de facto pensam continuar no espaço onde estão ou se uma mudança futura poderá ser algo que está em pensamento. Pois recordando novamente o que o entrevistado E8 adiantou, muitos indivíduos após fazerem o seu processo de transição acabam por “desistir” e mudar-se novamente e, portanto, esse fator poderá ser indicador de que o seu processo de adaptação não foi concluído.

Tal como tínhamos já referido, ainda que neste momento todos se sintam adaptados e acolhidos, nem todos passaram e sentem esse processo da mesma forma. Estas mesmas ideias serão ilustradas no caso dos entrevistados E1 e E6. Nestas entrevistas podemos perceber que o seu processo de adaptação passou por algumas fases, referindo uma certo tipo de “choques culturais”, mas que, no entanto, não são nem foram determinantes para deturpar a visão positiva que têm sobre os territórios. Ainda assim, é de referir estes “choques culturais” aquando o que temos adiantado até então.

Se para uns esse processo é menos facilitado do que para outros requerendo a existência de debates e reuniões que permitam a conexão dos indivíduos, nas respostas dos entrevistados E2, E3, E5 e E7, o seu processo de adaptação e acolhimento foi um processo bastante fácil e imediato.

“nunca me senti fora, (...), ficámos logo bem integrados” (E2)

“As reações foram ótimas, as pessoas gostaram muito(...)” (E3).

“houve uma parte de estar um bocadinho sozinho, (...), só passado 6 meses de estar na Covilhã é que comecei a ter aquela componente que eu procurava, mais contacto com a natureza, com um projeto...” (E4).

“sim, pelas pessoas aqui das aldeias e também pelos vizinhos que já cá estavam, sim fomos muito bem acolhidos (...)” (E5)

“Às vezes temos alguns choques culturais, que eu acho que são inevitáveis... A partir do momento em que tivemos filhos e eles começam a frequentar escolas é que começamos a ter as primeiras reações, os choques culturais, começamos a ter que lidar com eles de uma forma mais direta e aí algumas coisas correram mal” (E6)

“Positiva” “Diria que foi quase imediato...” (E7)

“Não é que tenha tido um processo de adaptação, na verdade eu também nasci numa aldeia, posso dizer que sou filho da mesma cultura daqui e sou português, porque os estrangeiros esses sim, esses é mais complicado. Mas no meu caso não tive problemas...” (E8).

No caso do entrevistado E4 percebemos um caso em particular. Mesmo o entrevistado tendo aludido anteriormente a sua referência ao local ligada ao projeto “Ananda Marga”, o mesmo refere que o seu processo de adaptação foi algo gradual. Em primeiro lugar porque não se mudou imediatamente para a área rural, nem para essa componente de vida rural, e depois porque apesar de ter essa referência, esta não foi suficiente para facilitar a sua sensação de apoio.

Relativamente ao entrevistado E8 este refere um aspeto bastante importante e de referir, na sua visão, o facto de este ser português facilitou toda esta componente e este processo chegando mesmo a referir “os estrangeiros esses sim, esses é mais complicado”. Tendo por referência o conceito de capital social definido por Bourdieu, Eduardo Duque (2013) menciona que em primeiro lugar este permite aos indivíduos um maior envolvimento e uma maior preponderância para as adversidades locais. Verificamos que contrariamente ao esperado à partida nem as referências locais nem o facto de ser português torna esse processo mais fácil por si só, e por isso é que o excerto retirado do entrevistado E8 faz ainda mais sentido, porque no seu caso o ele ser português facilitou esse mas no entanto, dá-nos informações sobre o que acontece com indivíduos estrangeiros e que à partida pouco ou nada têm sobre os locais. O capital social é um recurso indispensável ao promover a interação entre os sujeitos tendo em conta o maior ou menor grau de pertença a certos grupos e redes sociais (Duque, 2013). Ora este facto mostra-nos que uma sociedade com maior expressividade de capital social, o compromisso cívico, propulsionará uma atitude de reciprocidade e, dessa forma, o fortalecimento da confiança mútua.

Os discursos analisados neste campo, dão conta de um outro aspeto que se encontra conectado com os referidos até então e que servirá de base aos processos de

desenvolvimento e envolvimento nos locais. Referimos a situação profissional, um fator importante de perceber, pois através das atividades que os indivíduos desenvolvem nos meios, conseguimos perceber a sua maior ou menor preponderância em contribuir para os mesmos, isto é, se de facto estes indivíduos estão interessados em desenvolver os locais, ou se estes estão mais focados numa transição do tipo bem estar pessoal. Para além disso, este é um fator que se encontra ligado aos processos de desenvolvimento local. Elisabete Figueiredo (2012), refere que são estes aspetos que estão na base da ligação dos espaços rurais a um novo reconhecimento, onde cabem agora uma diversidade de funções mais ligadas ao turismo e ao recreio, assumindo o espaço como multifuncional. Salienta-se que estas novas atividades para além de envolverem uma diversidade de funções, focam os atores como principais intervenientes, servindo-se do património e dos recursos locais. Nesta perspetiva, o património e o turismo são agora espaços de consumo, contribuindo para a promoção do desenvolvimento local. O que importa nestes locais não é “trazer algo novo”, mas antes promover o interesse das populações preservando o que é cultural e histórico com base em aspetos positivos determinados pela tradição e pelas relações harmoniosas entre Homem e natureza (Figueiredo, 2012).

De acordo com as informações recolhidas dos excertos E2, E3, E4, E5 e E6, notamos que estes indivíduos exercem atividades mais ligadas ao uso da terra e aos recursos locais, mesmo nos casos em que a sua atividade profissional anterior seja em áreas que não as ligadas ao uso da terra. Ainda nesta perspetiva, apresentamos o caso E2 que tinham já referido nunca ter contacto com as atividades e espaços rurais.

“compramos o terreno(...)” “Nós apoiamos famílias que querem mudar de vida, e fazer o mesmo percurso que nós, também temos uma pequena casa que nós alugamos e fazemos outros trabalhos.” (E2)

Neste discurso, podemos constatar que os entrevistados apesar de não exercerem atividades ligadas diretamente ao uso da terra, têm vindo a promover o que é local, fazendo uso do património e dos recursos locais.

“resolvi enveredar pela agricultura, o meu pai é agricultor e eu pensei mudar devido a ter começado a pensar no futuro disto e caso não houvesse investimento todo o trabalho do meu pai caía por terra e então resolvi mudar.” (E3)

“vivemos numa comunidade, eco aldeia...” (E4)

“antigamente geria quintas para outras pessoas e atualmente giro para mim...” (...)
“fazer conservas e assim...secar, fermentar produtos para acrescentarmos valor aos excedentes para vendermos.” (E5)

“...comprámos em maio de 2010” (E6)

Nesta perspetiva, a sua mudança para o território para além de ter significado uma mudança em termos de local e de forma de vida, significou uma mudança em termos de profissão. Todos mostram através da sua atividade profissional um grande envolvimento nos locais, corroborando que nestes casos o facto de tanto as suas expectativas e realidade estarem em consonância como o facto de se sentirem adaptados, permite aos indivíduos sentir um maior grau de pertença aos locais, possibilitando valorizar os recursos locais e fugir de ideais de frustração.

Olhemos, no entanto, para o caso dos entrevistados E7 e E8.

“A mesma que já exercíamos anteriormente. Em termos profissionais, a mudança trouxe-nos novas oportunidades, na atividade que já exercíamos.” (E7)

“Quando vim para aqui comecei a fazer o que faço, vim para aqui por causa disso, mas eu comecei a fazê-lo em Sintra” (E8)

Opostamente aos entrevistados anteriores que seguiam a tendência de desenvolver atividades ligadas ao uso da terra e contacto com a natureza, estes por sua vez mostram-nos uma outra dinâmica importante de perceber. Contrariamente a Saleilles (2010) e Sancho (2013), estes indivíduos não viram no espaço rural uma oportunidade de negócio mais ligados às questões ambientais, apelando a um envolvimento na comunidade. Se podemos constatar que a mudança foi vantajosa e trouxe algumas oportunidades, no entanto estas não estão propriamente ligadas ao uso da terra, o que não significa que não contribuam de outras formas para o território onde se encontram.

Apesar de E4 e E5 exercem atualmente atividades distintas das exercidas até então, em alguns pontos estas mantêm uma certa conexão com a atividade anterior. Por exemplo, no caso E4 a modificação de atividade do entrevistado permite-nos perceber que está mais próxima das questões ligadas à natureza, no entanto, recorda-nos que o facto de ser informático permite-lhe praticar ainda a sua profissão. No caso E5 a sua atividade atualmente mantêm a mesma tendência, e mais uma vez verificamos que a sua atividade atual tem alguns pontos de contacto com a exercida anteriormente. No seu discurso

constatamos uma distinção não relativa à atividade em si, mas ao seu posicionamento pessoal, recordando que anteriormente estava já ligado a atividades próximas do uso da terra, no entanto, o facto de atualmente se ter tornado o gestor da própria quinta mostra a dinâmica em envolver-se no território. Na ótica de José Eli Veiga (2006), estas novas atividades e formas de apropriação dos espaços, podem não estar diretamente inseridas em áreas de uso da terra, no entanto, aponta para fatores ligados ao espaço e às tradições que permanecem nesta nova ruralidade, conjugando atividades endógenas e exógenas à agricultura.

Apesar de nem em todos os casos a mudança de local significar mudança de profissão, quando assim o é, regra geral esta encontra-se ligada ao uso da terra e a questões ambientais e de relação com a natureza. O que acontece nestes casos, é um “novo rural” adaptado às dinâmicas presentes, moldando-se num território de múltiplos atores, com ocupações de expressão múltiplas, modificando a apropriação do espaço e as dinâmicas de desenvolvimento (Figueiredo). As transformações rurais assentam nos diversos significados que os indivíduos dão ao espaço natural, o que nos leva afirmar que analisar a realidade como homogénea parece não fazer sentido.

Os entrevistados E2, E3 e E6, mostram-nos claramente uma transição de profissão completamente distinta da anteriormente exercida. Relativamente ao caso E3, o seu pai tinha já um negócio ligado à agricultura e, portanto, a continuação desse trabalho contribui de certa forma para a área onde esta se encontra.

Também no caso do entrevistado E6, a tendência é seguida, e podemos perceber que adquiriram um terreno e construíram um parque de campismo que é hoje em dia a sua atividade profissional. Neste caso bastante particular, a atividade exercida pelos entrevistados foca a dimensão turística, contribuindo para a promoção dos espaços através do uso dos recursos locais.

Os extratos das entrevistas seguintes, seguem o que temos vindo adiantar sobre todo o envolvimento do processo de adaptação. Assim, quando analisamos os seus discursos queremos também perceber que aspetos menos positivos os indivíduos sentem nestes espaços e se de alguma forma estes são determinantes.

Ainda que nos casos E1, E2, E5 e E6 os entrevistados refiram alguns obstáculos durante o seu processo de fixação e permanência, estes são por eles considerados aspetos que não são determinantes para distorcer a visão positiva que têm sobre os territórios. Para além

disso, em nenhum dos casos é referido um arrependimento, sendo tendência geral a satisfação com a escolha por eles feita.

“Nós impusemo-nos contra a exploração mineira e começamos a nossa campanha de sensibilização das pessoas(...)e isso testou todas as nossas capacidades de comunicação, negociação e vemos até que ponto ia a confiança das pessoas em nós, e ainda assim conseguimos manter confiança...” (E1)

“Não podemos estar aqui sem ter carro, não há transportes...” (E1)

“O nosso terreno ardeu perdemos tudo o que tínhamos construído(...), 2 dias depois de regressarmos, debatemo-nos com muitas perguntas, uma delas era se queríamos mesmo continuar aqui, faz sentido?” “nunca nos arrependemos” “também podemos dizer que aqui temos uma família...” (E2)

“é difícil ter capacidade para gerir uma quinta sozinho e às vezes a gente pensa que temos que ir trabalhar para fora outra vez para um patrão, e isso é um medo que ainda tenho.” (E5)

“eu preciso de manter o meu posto de trabalho para conseguir manter o sustento do agregado familiar” “praticamente fazemos tudo fora da freguesia até porque é muito pobre não tem nada, esta freguesia é o dormitório do concelho” “Aqui mobilidade não existe” (E6)

No caso dos entrevistados E1, observam-se obstáculos relativos à falta de mobilidade, ainda assim, conseguimos perceber que os entrevistados consideram este como um pequeno detalhe o qual não é determinante na forma como veem os espaços.

Relativamente aos entrevistados E2, apesar da sua referência a um certo contratempo relativo ao seu terreno, conseguimos perceber que os entrevistados nunca se sentiram arrependidos da sua decisão.

“nunca foi o choque de repente estava no meio do campo e não tinha ligação à net, não foi desse género.” (E4)

O caso dos entrevistado E4, é algo bastante particular e importante de perceber. Referindo o seu processo de adaptação realizado de forma gradual em que a sua mudança contrariamente à maioria dos entrevistados, não foi propriamente da cidade para o campo, isto é, durante algum tempo o entrevistado mesmo estando envolvido no projeto

rural não vivia a tempo inteiro no campo, não sentiu totalmente os obstáculos com a mesma intensidade que os restantes, no entanto, refere que os maiores obstáculos por ele encontrados são apenas referentes ao facto de inicialmente se ter encontrado sozinho ao início, e portanto ligados a fatores mais pessoais. Através deste caso em particular conseguimos corroborar a questão relativamente às expectativas e realidade, ou seja, muitas vezes as visões que os indivíduos têm sobre os territórios por vezes são deturpadas aquando da sua chegada, e se nos casos em questão nenhum refere que o local em si tem desvantagens suficientes para essa visão, o caso dos entrevistado E4 mostra-nos que muitas vezes essa visão é intrínseca, se encontra dentro de cada um e de cada caso em particular. Ora, apesar de em alguns casos reconhecerem uma certa desvantagem na escolha do meio em questão, esta não é “culpa” do meio, mas sim do que estes esperam do mesmo.

As perspetivas do entrevistado E5, encontra-se conectadas em certos pontos com as do entrevistado E4. Ambos referem uma certa dificuldade e obstáculos nos meios que não está propriamente ligada às questões dos meios e dos seus recursos, sendo esta uma visão particular, interna, na forma como cada um gere esse processo de adaptação. O processo de adaptação nestes casos, informa-nos acerca da visão que estes indivíduos têm sobre o meio onde estão inseridos. O seu grau de adaptação permite-nos perceber não só a maior preponderância para o envolvimento como para o seu bem-estar pessoal. Eduardo Duque (2013) menciona um conceito a partir do qual conseguimos perceber a maior ou menor envolvimento dos indivíduos nos locais. Promover o capital social, permite ao indivíduos desenvolver um maior ou menor grau de pertença a certos grupos e redes sociais. Com isto, A numa sociedade com maior expressividade de capital social, o compromisso cívico, propulsionará uma atitude de reciprocidade e, dessa forma, o fortalecimento da confiança mútua.

No caso do entrevistado E6, deparamo-nos com uma dificuldade também sentida pelos entrevistados E1. Tal como nesse caso, o entrevistado refere a falta de mobilidade e de recursos, por vezes básicos, tendo nestes casos que se deslocar à freguesia mais próxima.

De modo geral, os entrevistados salientam alguns obstáculos nos meios onde se encontram, no entanto é importante retirar desde já algumas ilações. Ponto número um, apesar destes obstáculos, nenhum dos entrevistados os referem como propriamente negativos, mas que já eram esperados anteriormente de acordo com o meio em questão, depois é de referir que estes indivíduos partiram de meios urbanos onde o acesso à mobilidade é mais facilitado e, portanto, essa sua referência é notada como uma maior desvantagem.

Os relatos já analisados permitem-nos dizer que o processo de adaptação e mudança para as áreas rurais é bastante mais complexo quando analisados todos os fatores intrínsecos. Porque entendemos que dentro destes fatores existem outros que não apenas ligados aos sujeitos, existem outros de ordem externa, decorrentes do próprio meio e de quem o governa. Referimos as questões relativas aos apoios, que tal como noutros pontos segue linhas orientadoras já avançadas, tornando-se neste momento importante de perceber e analisar após termos referido que esta facilitação no processo de acolhimento poderá estar ligada às questões de envolvimento e desenvolvimento dos locais.

Com apoios, pretendemos perceber de que forma é que as organizações locais quer de tipo governamental quer de tipo não governamental contribuíram para o processo de transição e adaptação destes indivíduos, ou seja, se poderão ter sido facilitadores. Para além disso, estas visões darão posteriormente informações sobre a forma como os territórios se vão manter no seu futuro. Com isto queremos perceber a visão dos indivíduos sobre estes territórios e também de que forma é que as adversidades podem ser colmatadas.

Regra geral, conseguimos entender que em nenhum dos casos é demonstrada alguma falta de apoio. Sendo que E3, E4 e E5 referem ajuda por parte de organizações e governos locais, em que no caso dos governos locais o seu apoio esteve mais ligado a questões de “acharem bem ou mal”, enquanto no que toca às organizações, os apoios estão mais ligados a termos financeiros.

“(…), candidatei-me ao prémio jovem agricultor...” (E3)

“para o nosso projeto, também a nível europeu, agora temos muita ajuda por parte de fundos europeus” (E4)

“o antigo patrão acordou em fazer-nos um despedimento que possibilitou nós termos o subsídio de desemprego e depois também temos recebido os apoios da agricultura familiar” “junta de freguesia sim (...) temos tido muito apoio deles, ajudaram-nos também a arranjar o caminho de acesso à quinta e outros problemas que sejam relacionados com serviços públicos somos atendidos assim o mais rápido possível” (E5)

Apenas E1, E7 e E8 não referem qualquer tipo de ajuda. No caso E1 referem apoio por parte da população e dos organismos locais, mas apenas ligado aquela questão de “concordância”, no caso E7 estes referem mesmo que os próprios é que não tiveram interesse em ter esse apoio. A falta de apoio ou interesse por parte de organismos locais é um aspeto importante a ter em conta durante análise do processo de transição. Se em

todos os casos os indivíduos de modo mais ou menos intrínseco referem ou um certo interesse de envolvimento ou por vezes a realização de projetos locais, essa falta de apoio ou apenas uma certa “concordância” podem demonstrar a falta de interesse dos próprios locais relativamente ao seu desenvolvimento e envolvimento nas questões locais.

“Na altura o presidente da junta quis saber porquê e quem eramos...” (E1)

“Não. Sempre fomos muito independentes e não procurámos sequer algum tipo de apoio.” (E7)

A participação cívica, a forma como cada entrevistado se envolve na comunidade, são indicadores de dois aspetos importantes. Em primeiro lugar orientam-nos sobre a forma como estes foram acolhidos pela população, isto é, se estes novos habitantes se sentem confortáveis em participar ativamente no sítio onde se fixaram, e ainda percebemos o próprio envolvimento de toda a comunidade mesmo antes da existência destes habitantes, em segundo lugar, permitem dar-nos orientações sobre a forma como estes territórios se desenvolvem. Estas condições evidenciadas por Paula Reis (2014), mostram que o facto destes indivíduos se mudarem para o campo não significa que deixem de ter os seus hábitos, consumos e modos de vida urbanos, podendo muitas vezes significar formas de sociabilidade nem sempre pacíficas.

“...sou presidente dessa coletividade (...)” (E3)

“eu fui candidato autárquico, mas em Portalegre, (...), sou vice presidente da associação de pais do agrupamento de escolas..., acabo por ter participação cívica, associativismo, mas noutra freguesia.” “faço ainda parte de uma associação empresarial...” (E6)

“O meu marido faz parte de uma associação de moradores, que se revezam a servir no café da aldeia.” (E7)

Relativamente ao posicionamento pessoal face à participação local, na maioria dos casos damos conta de um certo envolvimento dos entrevistados. Sendo que nem todos fazem diretamente parte de associações ou organizações locais, conseguimos perceber que todas admitem participar de alguma forma. De todos, apenas E3, E6 e E7 admitem ter cargos com maior destaque nas questões de participação, sendo que a entrevistada E3 refere que “é presidente de uma coletividade”. No entanto, podemos perceber que os entrevistados E1 referem “uma certa aversão às associações no sentido formal”, e no caso de E2 refere a escassez de eventos e formas de participar ativamente. Neste âmbito,

podemos em parte corroborar o anteriormente descrito e compreender a escassez de envolvimento nos locais, podendo este facto dar informações sobre a forma como estes se têm desenvolvido até então, isto é, como é que os governos e associações locais se têm envolvido nestas questões e ainda se estes permitem e dão espaço aos indivíduos para participarem.

O conceito de participação é referente a uma conexão entre o indivíduo e a sociedade (Juliana Rocha e Maria Bursztyn, 2005), está intimamente ligado aos processos de envolvimento e desenvolvimento local. Assim, um maior grau de envolvimento parte da visão que estes têm de si sobre os meios onde se encontram, através do fortalecimento do capital social.

Em relação ainda às questões da participação, iremos de seguida perceber de que forma é que a comunidade se tem vindo a associar até então, isto é, como funciona a participação face aos processos de desenvolvimento local.

O desenvolvimento dos locais expressa um processo contínuo, no qual a comunidade procura uma melhoria da qualidade de vida, estando a viabilidade do processo dependente do maior grau de envolvimento coletivo. Se este é efetuado localmente, está dependente do espaço e dos seus indivíduos, sendo a própria comunidade que precisa de se mobilizar e associar em prol desses objetivos comuns (Duque, 2013).

Dos casos apresentados, apenas E1, E6 e E8 referem que a participação nos locais onde habitam tem sido dificultada pela relação entre a própria comunidade, isto é, que para além dos próprios não se querem envolver, os entrevistados sentem um certo tipo de tensão, que não é em relação a si, mas que existe entre os habitantes locais. Estes aspetos, dão conta de um destaque iminente importante de reforçar. Ainda que em todos os casos possa existir vontade associada à participação, Artur Cabugueira (2000), realça que à partida os indivíduos não possuem por si só as competências essenciais para que o desenvolvimento ocorra desta forma, explicando, no entanto, que estas podem ser desenvolvidas e aprendidas através dos processos de ensino, contribuindo para um ato de consciencialização cívica. Pressupondo que o envolvimento coletivo inclui indivíduos comuns e organizações locais, estas por sua vez, têm papel de maior destaque os quais se apropriam dos atores para dinamizar os recursos e as capacidades locais a partir das características e necessidades endógenas.

“Apesar deste assunto ser mau (mina), percebe-se que aproxima as pessoas” (...) “O que acontece particularmente no Barco, é que há um desinteresse por aquilo que é do Barco”

“As pessoas desligaram-se. As pessoas são conformistas, nunca se uniram em torno de qualquer questão” (E1)

“aqui não é muito fácil, eu acho que as pessoas não são fáceis para participar...” “é muito complicado fazer o que quer que seja aqui, Há muita rivalidade entre freguesias e entre as pessoas daqui.” “a vida associativa aqui é muito complicada... a própria população não ajuda” (E6)

“Nesta região onde eu vivo ...é fraca(...), é um povo muito quebrado e de velhas resiliás, é fácil conhecer todas as complicações que as pessoas criaram umas com as outras, são problemas entre pessoas daqui” “...estamos cá a pouco tempo(...),eu diria que mais uns anitos e a malta já se pode começar a unir. Neste momento acho que não é uma coisa fácil de acontecer. Há um caldeirão aqui de contrapontos” (E8)

Relativamente aos entrevistados E1, podemos perceber que anteriormente à questão da mina, pouco era o envolvimento entre a comunidade, sendo que os entrevistados referem mesmo, que apesar de este ser um assunto de discórdia e o conceito em si não ser o mais favorável, este serviu como forma de envolvimento local.

No caso dos entrevistados E2, E4, E5 e E7, relativamente a estas questões, estes referem a facilidade com que a população se envolve e colabora entre si, sendo que E2 e E5 referem mesmo o facto de por vezes essa participação não significar em atos oficiais ou organismos locais, demonstrando o grau de coesão existente entre a comunidade.

“Há aqui uma comunidade muito grande (...),é muito bonito ver a maneira como toda a gente se apoia de várias formas. Há muitas atividades feitas fora dos organismos oficiais...” (E2)

“acho que o povo é assim muito especial, acho que as pessoas têm um espírito muito bom, de associativo, as pessoas conhecem-se bem, há muitas dinâmicas aqui de associações...” (E4)

“observo nas pessoas da aldeia é que eles se juntam para fazerem tarefas juntos, ou para ajudar um vizinho arranjar um telhado” (...) “é também isso que os mantém unidos, é estarem juntos nos momentos em que é preciso que se ajudem e querem celebrar...” (E5)

“É uma forma de manter a comunidade viva, com a conservação de tradições como as festas religiosas e a abertura do café...” “Numa aldeia pequena, em que a maior parte

das pessoas são familiares entre si, é natural que às vezes haja conflitos. Mas existem muitos atos democráticos, (...), assuntos de interesse coletivo, que são decididos de forma democrática.” (E7)

Ainda neste âmbito, podemos perceber que apenas E3 refere uma questão importante de perceber. Apesar de denotar um certo tipo de envolvimento ou participação, refere a dificuldade que os indivíduos têm em assumir essa responsabilidade, isto é, a entrevistada ao contrário dos casos já apresentados não refere nem a falta de envolvimento por força de más relações nem o total envolvimento, mas sim que a comunidade se interessa, apenas poderá não saber como fazê-lo.

“as pessoas gostam de participar nas atividades, mas têm muita dificuldade em assumir a responsabilidade” “quando fazemos atividades as pessoas vêm, mas ter a responsabilidade de organizar as atividade, de avançar não, é muito difícil (...)” (...) “falta é as pessoas participarem mais...” (E3)

Relativamente a este caso, podemos dar conta daquela questão acerca da necessidade de ajuda por parte dos organismos públicos. Nesta perspetiva, podemos perceber que apesar de nesta localidade as pessoas quererem participar, a maior dificuldade encontrada é relativa às questões da responsabilidade. Este facto, pode assim dar-nos perspetivas sobre a dificuldade que os indivíduos têm em obter voz e fazer dela atos reais. Inerente a este facto, está a questão do processo de deliberação, isto é, a necessidade de existência de debates e reuniões que permitam motivar e conectar a comunidade na procura de um consenso para que todos possam usufruir dos benefícios (Rocha e Bursztyn, 2005: 46).

No caso E6 encontramos alguns pontos de contacto em relação aos entrevistados E3. Se nesse caso, apesar das pessoas participarem têm uma certa dificuldade em assumir responsabilidades e, portanto, em participar realmente, neste caso, notamos que é a própria população entre si a primeira a não se envolver, quer em termos formais quer em termos informais e nas próprias relações de sociabilidade.

O caso do entrevistado E8 vai de encontro ao já referido pelos entrevistados E6. Também na perspetiva deste entrevistado, as maiores complicações face às questões da participação passam pela própria comunidade, demonstrando que as próprias relações de sociabilidade são por vezes o maior entrave quando de participação e envolvimento coletivo se trata.

As questões relativas ao futuro tornam-se aqui um aspeto importante de observar quer para tentarmos perceber a forma como estes entrevistados se sentem e perspetivam o seu futuro nos territórios onde se encontram, quer em relação ao futuro dos territórios rurais em geral. O conceito de hospitalidade adotado por Dan Cordeiro (2013), é aqui referido como um modo onde as estruturas sociais se articulam. O maior ou menor grau de hospitalidade de uma comunidade, torna o processo de transição mais pacífico, permitindo a total integração do indivíduo.

Sabendo que a maioria dos casos apresentados, durante o seu processo de transição para além de terem que se ter adaptados às dinâmicas presentes, em alguns casos mostram uma vontade de envolvimento coletivo, passando por mudanças na sua profissão e desenvolvimento dos territórios rurais. A nossa investigação vai de encontro a esta perspetiva, o que pode ser ilustrado pelos discursos dos entrevistados.

“Nós não fazemos essa projeção (...)” (E2)

“Olhe espero que na mesma (...)em termos habitacionais estamos aqui, não vamos sair daqui” “Não, não vou mudar” (E3)

“(…), ainda integrado no projeto, mas com o meu espaço mais privado” (E4)

“se puder morro aqui nesta quinta” (E5)

“só saímos se formos obrigados” (E6)

“Não nos mudámos com data marcada, é um projeto de vida que não está nos nossos planos alterar” (E7)

“Ficar sim, sim, a minha vida corre bem, até bastante bem”(E8)

Embora alguns dos entrevistados não apontem diretamente o que pretendem para a sua vida futura, de modo geral, no que concerne à permanência nos locais, nenhum dos entrevistados apontou como perspetiva a saída do meio onde se encontram, pelo contrário, todos eles apontam que irão permanecer.

Apenas E1 mostra que o seu futuro é algo que se encontra “em aberto”, no entanto, estas questões não evidenciam a falta de vontade em permanecer no local, observando que o único entrave à sua permanência se refere ao futuro do território em si.

“O futuro...pois...eu diria que a utopia de ser mais livre, (...), o futuro da comunidade, temos 2 hipóteses, a hipótese pessimista e a otimista. A otimista é mantermo-nos aqui quietinhos, deixar-nos envelhecer tranquilamente por aqui. O pessimista é pegarmos nos tarecos e irmos à procura de um sítio onde possamos viver, que é assustador” (E1)

Seguindo as linhas anteriores em todos os casos podemos perceber que para além da sua permanência nos locais, todos perspetivam de alguma forma desenvolver-se profissionalmente. Dentro destes casos, recordando E2, E3 e E6, aquando da sua mudança para o espaço rural, este significou também uma mudança de profissão ligada aos aspetos da natureza e desenvolvimento dos locais, perspetivando um futuro favorável e crescimento pessoal. Relativamente a E4, E5 e E7, não tendo necessariamente a sua mudança de espaço significado uma mudança de profissão, as perspetivam de futuro estão em consonância com as anteriores ditadas. O conceito de integração alude à ideia de “tornar inteiro”, isto é, representa o conjunto de processos a partir dos quais uma sociedade se constitui, combinando as diversas componentes aí existentes, nomeadamente as pessoas (Rui Pena Pires, 2012). A partir deste ponto, atos individuais típicos de cada cultura e formas de vida, vão sendo transportados diariamente para um espaço em comum, mostrando que o processo de integração requer muito mais do que estar em consenso sobre algo, necessitando de uma partilha de normas e valores diários. Os excertos apresentados mostram-nos exatamente a forma como estes têm enfrentado os processos de integração, podendo dizer-se que o facto de estes pretenderem permanecer nos locais onde se encontram revelam um processo que se tem tornado até então favorável.

“Nós temos alguns sonhos, nomeadamente outras pessoas morarem aqui connosco, mas não temos nada que a gente diga queremos que isto aconteça.” (E2)

“espero que profissionalmente melhore...” (E3)

“o principal objetivo é que o projeto seja sustentável...”

“vejo isto aqui como uma base, mas a verdade gosto de fazer projetos lá fora...” (E4)

“Espero conseguir por esta quinta a produzir o máximo que possa e espero poder partilhar esta quinta e a produção desta quinta com outras pessoas, (...), tentar construir uma pequena comunidade que seja resiliente que seja capaz de passar pelos desafios que aí vêm” (E5)

“creio que o projeto de alojamento que criámos tem espaço para crescer. (...), creio que o projeto criará raízes.” (E7)

O caso E1 representando um casal em que um deles mantinha o emprego anterior e sendo outro reformado, conseguimos perceber que não foram motivos profissionais os principais para a sua mudança. No entanto, conseguimos perceber que futuramente perspetivam algum tipo de projeto local, não referindo ainda assim nada em concreto.

As questões relativas à visão futura acerca dos territórios rurais no geral, pretendem dar conta de dois grandes objetivos. Em primeiro lugar, através da sua visão iremos tentar perceber que opiniões estes têm acerca do desenvolvimento, bem como que medidas adotariam para combater o despovoamento, dando pistas sobre os impactos que estes pensam ter no território onde vivem. As linhas a seguir traçadas comportam uma espécie de compilação sobre o fenómeno de migração observado anteriormente, recordando ainda que é um ponto que não é final, mas que serve de entendimento a todo o processo em questão.

“É horrível.” (...) “Ao longo destes 2 anos tem vindo a perceber o que pode realmente acontecer a esta região. Não só desta aldeia, eu estou a falar desta região.” (E1)

“a nossa experiência de uma forma geral é que não há apoios para as pessoas virem para o meio rural” (...)“não é o melhor dos cenários” (E2)

“(...)as pessoas tão a ir embora (...),as casas começam a apodrecer, a ficar abandonadas, os terrenos por limpar, começa tudo a deteriorar-se dessa forma” (E3)

“há as oportunidades de trabalho que não existem tanto aqui, mas também cada vez mais agricultura ei acho que está a ser mais vivida que é um negócio do futuro, (...),Já existem muitos financiamentos para fixar as pessoas no interior, já existem muitos projetos.” “o futuro vai passar muito por criar novos projetos, novas ideias nesta zona do país (...)” (E4)

“que as pessoas que ainda o vivem e ainda o trabalham” (...) “têm uma perspetiva de monocultura” “...no sitio onde estou ou no resto das aldeias de Portugal o que eu observo é um abandono cada vez maior” (...) “vai continuar haver desertificação, acho que sim, não acredito que as pessoas da cidade venham viver para o campo.” “observo estrangeiros a virem, com uma mentalidade diferente...” (E5)

“aquela ideia dos 4800 euros para incentivar as pessoas a vir da cidade para o interior a mim parece-me interessante... uma série de notícias fiscais que deviam ter para vir para aqui, “ (E6)

”Sem grandes ofertas de emprego e com uma população envelhecida, o despovoamento é inevitável” (E7)

“Estas pessoas que cá estão regra geral até são pessoas interessantes, acho que o único erro foi não conseguirem construir um certo amor, uma certa consideração pelos seus filhos, ...não sabem valorizar o que têm e nem perceber que o que têm é valioso” (E8)

Ainda que maioritariamente os entrevistados observem que o futuro dos territórios rurais no geral não é o mais favorável, apontando fatores como “falta de apoio, falta de emprego e abandono”, conseguimos em alguns casos perceber visões um pouco mais favoráveis.

E3, E5 e E7 observam que o futuro destes territórios seguirá os moldes de despovoamento conhecidos até então. Contrariamente aos entrevistados E4 e E6 que afirmam a existência de diversos apoios para que os indivíduos se mudem para o interior, E2 consideram exatamente “pelo contrário”. E1, E5 e E8 observam em alguns pontos o mesmo cenário, demonstrando que o problema dos territórios rurais no geral não se encontra nos seus espaços, afirmando que a reversão destes fenómenos não passam pela inserção de outros atores mas daqueles que já lá habitam ou que sempre habitaram, reconhecendo que estes não o sabem valorizar. Nestes discursos conseguimos perceber por alguns casos a questão relativa aos apoios já anteriormente avançada. Os poderes governamentais locais revelam eles próprios a falta de interesse pelos espaços e por quem os habita. O que se denota é uma necessidade em fortalecer o tecido social, corroborando que uma boa gestão é fundamentada na governança, no poder compartilhado ou na ação coletiva gerenciada (Fisher, 2002 in Rocha e Bursztyn, 2005). O desenvolvimento parte assim essencialmente de três forças distintas, mas interdependentes, a disponibilidade dos recursos no meio, a ação das políticas macroeconómicas (governo), e a capacidade de a região em criar mecanismos que direcionem o crescimento por forças exógenas.

No que toca às perspetivas pessoais sobre o seu papel como agente de mudança, tendencialmente verificámos que os entrevistados não se referem a si especificamente com esse papel, reconhecendo-o apenas em alguns campos da sua vida.

“vejo que possa ser um agente de mudança a mostrar isso que no interior haverá mais oportunidades do que na cidade, a diferentes níveis, que aqui não é sítio escasso” (E4)

“pelo menos estou a tentar, vou tentando sim...” (E5)

“Acho que o papel poderá estar na autoestima que sentimos por parte dos habitantes locais, ao ver que há alguém que valoriza a sua aldeia e este território...” (E7)

Através das propostas para o futuro dos territórios, conseguimos perceber uma diversidade de questões. Enquanto E2 (por um lado), E3 e E6 consideram que uma das propostas que poderia estar na base da reversão dos fenómenos presentes seria a questão dos apoios, referindo-se em grande parte a apoios financeiros. Contrariamente a esta visão, os entrevistados E5 e E7 não consideram que “falta fazer nada”, mas que a inversão dos fenómenos que têm vindo a ocorrer e a possível fixação de pessoas nestes espaços, deva partir da vontade de cada um, sendo que a entrevistada E7 refere “Acho que projetos ou movimentos de atração para o interior têm poucas hipóteses de sucesso, se não partir de uma vontade intrínseca de mudança”. E4 e E8 não seguindo precisamente as linhas de orientação dos entrevistados E2, E3 e E6, não refere a falta de apoios nos moldes que temos avançado, mas que por exemplo, esta reversão passaria por uma atração da indústria e alguma ajuda por parte dos poderes locais, referindo 3 principais pilares “turismo, tecnologia e inovação”.

é preciso uma revolução, em tudo...” “começa pela educação das nossas crianças, a incentivar as pessoas a serem responsáveis pelas suas escolhas, porque o que eu vejo é uma cultura da dependência, esperar o que nos digam o que fazer.” “há apoios como os Novos Povoadores que ajudam a fazer essa transição.” (E2)

“Mais apoios, mais acesso aos meios de comunicação... acho que se houver mais apoios e mais emprego, se houver mais emprego as pessoas vêm” (E3)

“passa muito pelo turismo, (...), inovação a nível agrícola, acho que essas 3 áreas são fundamentais” (E4)

“eu acho que apoios e acessibilidade ao poder local é muito mais fácil aqui do que numa cidade e eu não acho que o governo seja obrigado a convencer as pessoas a ir para o interior..., eu acho que isso é uma necessidade que tem que vir das pessoas” (E5)

“numa fase inicial tem que passar por apoios, eu acho que muitas empresas deviam promover o teletrabalho, (...), promover essa fixação...” (E6)

”Acho que as pessoas têm de vir por vontade e impulso próprios. Acho que projetos ou movimentos de atração para o interior têm poucas hipóteses de sucesso, se não partir

de uma vontade intrínseca de mudança. Os incentivos económicos são pouco eficazes e de curta duração...“ manutenção e criação de serviços públicos: saúde, educação, transportes, pode ser uma mais-valia A atração pelos grandes centros urbanos é compreensível e inevitável, sobretudo por parte dos jovens.” (E7)

”acho que o que falta é indústria potenciar mais as pessoas que têm pequenos indústrias. bastava que a camara potenciasse um bocado os pequenos negócios, há pessoas com ideias e algumas delas boas, mas exequíveis e é preciso adaptá-las e isso tem que passar por um processo, ter uma “almofada” local. A juntas e camara acho que era isso que podiam potenciar, espaço para quem tivesse interesse para desenvolver o seu negócio, espaço real...” (E8).

Ainda que os problemas rurais e combate às adversidades sejam encarados pelos entrevistados de formas distintas, regra geral observámos que estes passam principalmente por dois fatores: pela fixação de indivíduos e apoios que permitam essa fixação. Embora os entrevistados abordam estes assuntos de perspetivas diferentes, analisam que os problemas dos territórios no geral não está nos seus recursos nem propriamente nas pessoas, mas sim na falta de vontade de terceiros em apoiar estes espaços. Conseguimos perceber, que no caso dos habitantes locais, estes por serem considerados pelos entrevistados como “não querem assumir a responsabilidade”, o que acontece não significa que não queiram participar, mas que lhes falta informação e espaço de voz, debates e reuniões onde possam explicar o seu ponto de vista e ser-lhes mostrado um caminho a seguir. Podemos dizer desta forma, que falta ajuda por parte dos governos locais, referindo a necessidade de uma boa gestão compartilhada.

Estes fatores vão de encontro à complexidade do fenómeno, abordada já em ponto anterior, lembrando que uma análise geral do fenómeno não demonstra a realidade do processo, tornando-se imperativo analisar casos específicos. O reconhecimento é o de que mais que um movimento de transição geográfica, este envolve questões mais complexas em termos identitários e sociais. É assim, na diferença de poder e forma de representar o local que este se vai construindo e dinamizando, sendo este maior desafio político e social dos espaços rurais.

5.2 Síntese das principais ilações retiradas das entrevistas

O campo agora apresentado segue as orientações acima ditadas permitindo reformular uma série de sínteses retiradas das mesmas. O pretendido neste ponto é findar, não de forma conclusiva, mas apenas explicativa, o que fomos retirando das entrevistas para posteriormente se procederem às considerações finais.

Assim, cabe agora analisar “o que ficamos a saber em relação à sua chegada e adaptação? O que orienta a escolha dos locais onde se fixam? Quais as principais dificuldades sentidas e que podemos aprender relativamente à forma de atrair mais e facilitar a fixação?”.

Não descurando o objetivo principal da nossa dissertação, “perceber o que leva diversos indivíduos a escolher as áreas rurais em detrimento dos espaços urbanos”, bem como os objetivos específicos- “o que as levou a mudar o seu modo de vida; como é que esta mudança alterou as suas vidas; como se integraram numa nova comunidade; quais os impactos que pensam ter no território onde agora vivem; que opiniões têm sobre o despovoamento e que medidas adotariam para o combater”; notados no início desta investigação, desejamos agora responder-lhes, circunscrevendo algumas ilações. Lembrados os objetivos aos quais preestabelecemos responder, há algumas inferências que podemos tirar de toda esta pesquisa:

-Em primeiro lugar, observamos o percurso biográfico destes entrevistados, observando uma heterogeneidade em termos de grupos sociais e formas de vida, isto é, provavelmente não existe um “padrão” associado a estes indivíduos, podendo o seu percurso pessoal e profissional contemplar uma série de fatores;

-Essa demonstração é feita não só através dos motivos que levaram estes indivíduos a querer mudar, como que formas de vida vinham adotar até então. Conseguimos assim perceber que a mudança para as áreas rurais, em grande parte dos indivíduos, é algo que os tem acompanhado desde cedo, ou seja, ainda que alguns dos entrevistados tenham efetuado o percurso a pouco tempo e relativamente rápido, esse pensamento acompanhava-os em grande parte da sua vida, mostrando que o processo de Contraurbanização é mais complexo e difícil de definir observando mudança não só demográfica como também social (Calheiros e Duque, 2013).

-Neste seguimento, as demonstrações sobre os motivos que levaram a essa mudança, está ligada aos modos como estes se sentem em relação aos territórios onde

anteriormente habitavam, revalorizando os espaços rurais e aspetos ligados à qualidade de vida e do ar;

-Estas perceções são igualmente importantes na hora de se integrarem numa nova comunidade, para além de se envolverem mais na comunidade reforçando a sua identidade local e pessoal, peticionam desenvolver projetos próprios próximos das áreas da sustentabilidade;

-Estes relatos mostram a forma como se acionou o processo de adaptação e acolhimento, revelando aspetos negativos e por vezes difíceis de gerir. No entanto os entrevistados referem que estas desvantagens ou dificuldades são pequenos entraves e que em nada modificam a visão idílica que têm sobre os territórios por eles escolhidos

-Neste sentido, é aqui que encontramos as diferentes formas como a própria comunidade local se interliga, conseguindo relatos de pessoas que aferem não existir qualquer tipo de envolvimento ou vontade de envolvimento local. Perante estes factos, os discursos obtidos demonstram a dificuldade de quem neles habita de encontrarem formas de se envolver, isto é, revelam que mesmo quem tem poder local por vezes não está interessado em envolver-se nem se interessa pelos problemas da localidade observando uma real necessidade de ajuda por parte de organismos mais interessados e mais capazes de dar voz a quem habita nos locais e conjugar aspetos endógenos com aspetos exógenos;

-Algo que apuramos nestes discursos refere a dificuldade em observarem visões futuras positivas. No entanto, em termos pessoais os respondentes salientam visões positivas demonstrando interesse em permanecer nos locais onde se encontram e desenvolver-se profissional e pessoalmente. Quanto ao futuro dos territórios os respondentes evidenciaram tendências de despovoamento e falta de interesse, tanto por quem neles habita como por terceiros;

-Estes relatos revelaram-nos ainda informações sobre o seu papel como agente de mudança nos territórios rurais, bem como o que estes propunham no combate às adversidade. Neste campo, observamos uma heterogeneidade de respostas destacando desde “apoios governamentais/não, governamentais; mais emprego; meios de comunicação e tecnologia;”, observando casos particularmente que afirmam estas não serem nenhuma das soluções, devendo o processo de transição e modificação dos territórios rurais passar por aspetos intrínsecos, a vontade pessoal e individual de querer mudar;

Desta forma, e tentando responder a um dos nossos objetivos, os fatores que nos suscitam ter um maior envolvimento no que toca aos motivos de mudança são: a melhoria da qualidade de vida; o cansaço e pressão de viver em zonas urbanas; viver para a natureza; viver de forma saudável; -sobretudo motivos de carácter rural. Cada um dos fatores teve um nível de influência nos indivíduos de formas distintas, apresentando formas e funções distintas na vida destes indivíduos, ainda assim, de uma forma ou de outra todos serviram de base para o início do seu processo de transição.

Em apenas oito indivíduos entrevistados, alguns deles incluindo casais, pudemos apurar uma grande diversidade tanto no que toca aos modos como vivem os espaços, quanto ao futuro pessoal pretendido e ao futuro do desenvolvimento dos locais. Assim, e tentando responder a um dos nossos objetivos, estes dados só por si, levam-nos a concluir que provavelmente não seja possível a existência de apenas “um tipo” de indivíduos a escolher estes locais como alguns autores teriam adiantado, nem uma única forma de efetuar os percursos de transição, corroborando que uma análise geral do fenómeno não demonstra a realidade do processo, tornando-se imperativo analisar casos específicos. O reconhecimento é o de que mais que um movimento de transição geográfica, este envolve questões mais complexas em termos identitários e sociais.

Considerações Finais

Constituindo esta pesquisa parte de uma dissertação de mestrado, e por isso de dimensão reduzida e temporalmente circunscrita, o nosso objetivo nunca foi o de produzir conclusões ou esperar que desta investigação resultassem dados passíveis de extrapolar para a população em geral. Para além disso, o termos optado por uma abordagem qualitativa, a qual não permite a extrapolação dos resultados sem haver uma representatividade social, revelou desde cedo dificuldades em angariar os participantes para o estudo. No entanto, também nunca foi nosso objetivo traçar verdades absolutas ou encontrar consensos sobre os temas tratados. Na verdade, o que pretendíamos era alcançar testemunhos reais que abrangessem opiniões, perceções, sentimentos sobre os diversos temas abordados durante as entrevistas. Estas por sua vez, foram realizadas por videochamada ou chamada telefónica, o que nos pareceu o método mais adequado tendo em conta a dispersão geográfica dos entrevistados. Esta dispersão ocorreu devido ao facto de não termos imposto nenhuma limitação desta natureza aquando do recrutamento destes indivíduos, o que caso contrário teria levado a uma unidade amostral mais reduzida do que aquela que conseguimos obter.

Uma outra pretensão era obter um maior conhecimento sobre a forma como os territórios rurais são desenvolvidos e sentidos por indivíduos dispersos e diferentes uns dos outros nas suas vivências pessoais, isto é, conhecer se estas perceções são sentidas de igual forma pelo território nacional, e se estas são influenciadas pelo tipo de local onde se encontram. Posto isto, apresentamos as considerações finais tendo em conta a informação recolhida da análise das entrevistas, tentando interligar toda essa informação com a teoria elucidada na Parte I desta investigação, tornando esta pesquisa mais interessante e promissora a investigações futuras.

No decurso da investigação, tanto no que respeita à revisão da literatura, como à análise dos dados empíricos, foi notório que todo o percurso de transição da cidade para o campo, envolve debates bastantes mais amplos do que a mera transição em termos geográficos, assim, desde o conhecimento de mudanças em termos pessoais e profissionais como no envolvimento comunitário, demonstra-se estar em conformidade com um movimento diferente daquele ocorrido no passado.

Após tudo o que foi referido ao longo da investigação, reitera-se, que os motivos de mudança e o percurso biográfico dos entrevistados são os fatores que mais informações dão sobre o movimento de transição, e que desta forma, cada percurso é diferentes nos seus diversos âmbitos, sendo necessária uma investigação caso a caso para que o

processo de transição seja compreendido na totalidade. Inerente a este processo está também o processo de adaptação e envolvimento nos locais, e por isso reitera-se este como um fenómeno social, o qual deve ser compreendido e interpretado de acordo com a experiência biográfica dos indivíduos, mas também de acordo com as estruturas sociais que influenciam as suas experiências de mudança, as quais se refletem nas experiências mais privadas e íntimas dos indivíduos.

Assim, torna-se especialmente importante explorar este tipo de mudança de forma global, envolvendo outros sentidos e perspectivas. De acordo com o já aqui explicitado, damos conta de um viés entre as perspectivas de como os territórios se podem desenvolver futuramente com influência dos atores locais, isto é, analisar as perspectivas de desenvolvimento centradas no real envolvimento coletivo abordando essas formas de várias perspectivas, pelo que, futuramente, seria interessante analisar e perceber as articulações entre indivíduos nos locais, observando as perspectivas de quem lá vive, referindo não apenas a visão da população em geral como dos respetivos órgãos governamentais.

Com a presente investigação espera-se não só ter atingido os objetivos propostos, bem como ter contribuído, para a compreensão do fenómeno de Contraurbanização e das distintas mudanças sociais ocorridas dessa transição.

Ao assumir-se inicialmente este estudo como exploratório, ficam a partir daqui, em aberto, pistas para futuras pesquisas e propostas de análise para possíveis investigações relativas às áreas rurais e formas de apropriação dos espaços. Para além de se procurar focar os aspetos mais tradicionais destas temáticas, pretendeu-se evidenciar questões mais contemporâneas, como o conceito de Neo-rural e Neorruralismo, o desenvolvimento sustentável, as questões da governança partilhada e processos de Contraurbanização.

Novas perspectivas de abordar e refletir sobre os fenómenos de migração e desenvolvimento local. Consideramos estas pistas relevantes para estimular futuras investigações sociológicas e noutras áreas próximas, especialmente estudos empíricos sobre as novas formas de interações sociais.

Bibliografia

Arcila, M. e Silva, A. (2013), La construcción social de lo rural. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*, nº5, pp. 24-41, Año 3, Argentina.

Augusto, A. (2014), Metodologías quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. *Fórum Sociológico*, Série II, pp.24.

Barreto, A. (1995), Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *Análise Social*, vol. Xxx, pp.841-855.

Barreto, R. (2004), O empoderamento de comunidades e o desenvolvimento local, *Conference Paper*, Companhia de água e Esgoto do Estado do Ceará, CAGECE, pp.1-13.

Cabugueira, A. (2000), Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspetos de política económica regional, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, pp. 103-136.

Calheiros, D. (2012), A Contraurbanização, paisagem e humanidade, *VII Congresso Português de Sociologia*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, pp. 3-13.

Camarero, L. et al. (2009), La población rural de España- De los desequilibrios a la sostenibilidad social, *Colección Estudios Sociales*, nº 27, pp.7-186.

Candiotto, L. e Corrêa, W. (2008), Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. *Campo território: revista de geografia agrária*, vol.3, nº 5, pp. 214-242.

Carmo, R. (2008), A dificuldade em gerar capital social: a questão da falta de confiança numa aldeia portuguesa, *RURiS*, vol. 2, nº 2, pp.159-180.

Carmo, R. (2009), A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, pp. 252-280.

Carneiro, M. J. (2008), Rural como categoria de pensamento, *RURiS*, volume 2, número 1, pp. 9-38.

Chevalier, M. (1981), Les phénomènes néo-ruraux, Université de Paris IV, *L'Espace Géographique*, nº 1, pp. 33-47.

Cordeiro, D. G. (2013), Hospitalidade de famílias rurais da serra fluminense: olhares de anfitriões, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

Costa, G. (2011), Um regresso com futuro, *Revista Valores, Ética e Responsabilidade*. Online, em <https://www.ver.pt/um-regresso-com-futuro/>, consultada a 23/03/2020.

Dias, M. (2018), 9 Técnicas de amostragem probabilística e não probabilística, em *OPUS Pesquisa e Opinião* (18/12/2018), Online em http://www.opuspesquisa.com/blog/tecnicas/amostragem/O_que_e_amostra_nao_probabilistica, consultado a 09/11/2019

Dinis, I. e Malta, M. (2009), Da Desvitalização à Nova Ruralidade: Identidades e Destinos do Território na Serra da Lousã, 1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, AMBIENTE E USOS DO TERRITÓRIO, Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC).

Domingues, C. (2012), Oportunidades e barreiras ao desenvolvimento do turismo rural na NUT III Serra da Estrela, Dissertação em Turismo, Inovação e Desenvolvimento, Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Duarte, R. (2004), Entrevistas em pesquisas qualitativas, *Educar*, Curitiba, nº 24, pp. 213-225. Editora UFPR.

Duque, E. (2013), Capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável, *Configurações Revista de sociologia*, pp. 189-201.

Favareto, A. da Silva (2006 [2007]), A longa evolução da relação rural-urbano para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural, tese de doutorado Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – Do agrário ao territorial, pp.157-190.

Ferrão, J. (2000), Relações entre mundo rural e mundo urbano, Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro, *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 33, pp. 45 - 54.

Figueira, E. (2011), Capital Social e o Processo de Participação no Desenvolvimento Local, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pp. 19-27.

Figueiredo, E. (2012), Rural Matters-significados do rural em Portugal: entre as representações sociais, os consumos e as estratégias de desenvolvimento, Universidade de Aveiro, pp- 68-78.

Figueiredo, E. (2018), entre o abandono e o idílio – representações sociais dos territórios rurais em Portugal, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro, *CULTIVAR - Cadernos de Análise e Prospetiva* n.º 11, pp.1-11.

Fonte e Nogué, J. (1988), el fenómeno neorrural, *Agricultura y sociedad*, nº47, pp. 145-175.

Fonte e Nogué, J. (2016), El reencuentro con el lugar: nuevas ruralidades, nuevos paisajes y cambio de paradigma, *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, vol. 62, pp. 489-502.

González, R. (2011), Los procesos de migración de amenidad y la competitividad de destinos turísticos de montaña del oeste canadiense y de la norpatagonia argentina, *Universidad Nacional del Comahue – Neuquén – Argentina, Estudios y Perspectivas en Turismo*, volumen 20, pp. 1102 – 1122.

Gkartzios, M. e Scott, M. (2012), Gentrifying the Rural? Planning and Market Processes in Rural Ireland, Central for Rural Economy, School of Agriculture, Food and Rural Development, Newcastle University, pp. 253-276.

Guerra, I. C. (2014), Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso, *Cascais, Príncipia Editora*, pp. 203-210.

Kashimoto, E., Marinho, M. e Russeff, I. (2002), Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento, *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol. 3, nº 4, pp. 35-42, Universidade Católica Dom Bosco.

Kieling, R. e Silveira, R. (2015), O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional, *Perspetiva, Erechim*, vol. 39, nº148, pp. 133-143.

Lalanda, P. (1998), Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, *Análise Social*, vol. XXXIII (148), pp.871-883.

Leal, D. (2014), O povoamento Neo-rural em Portugal Continental: riscos e oportunidades para o planeamento do espaço rural, dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico Lisboa.

Marconi, M e Lakatos, E. (2003), Fundamentos de Metodologia Científica, 5. ed. - São Paulo : Atlas, pp. 19-292.

Martins, H. (2004), Metodología qualitativa de pesquisa, *Educação e Pesquisa*, 30 (2), pp. 289-300

Matos, F. (2012), As alterações demográficas em Portugal- análise dos resultados provisórios dos censos de 2011, *Conference Paper*, Universidade do Porto, pp. 1281-1290.

Mitchell, C. (2008), Counterurbanization and the Growth of Canada's Rural and Small-Town Municipalities: 1996-2001, Department of Geography and Environmental Management, University of Waterloo, ON N2L 3G1, pp.117-132.

Mercier, C. e Simona, G. (1983), Le néo-ruralisme Nouvelles approches pour un phénomène nouveau, Département de Géographie - Université de Genève, pp. 253-265.

Monteiro, A. A. (2019), Territórios do interior, coesão territorial e modelos de governança a propósito do programa nacional para a coesão territorial, *Sociologia online*, n.º 19, junho, pp. 127-151.

Moss, L. e Glorioso, R. S. (2012), Nuevas indagaciones sobre la Migración de Amenidad y su futuro, Centro Internacional de Migración de Amenidad, *Glorioso, Moss & Associates Spokane*, USA & Kaslo, Canadá, pp. 1-8.

Nakayama, L. e Marioni, G. (2007), Migración por opción: el fenómeno migratorio en destinos turísticos de montaña, *IX Jornadas Argentinas de Estudios de Población, Asociación de Estudios de Población de la Argentina*, Huerta Grande, Córdoba, pp. 75-92.

Nascimento, L. (2018), A metamorfose do espaço rural em Portugal: mudança social e consumo, Ediciones Universidad de Salamanca CC BY NC ND | *REA - Revista Euroamericana de Antropología*, n.º 7, pp. 179-189.

Neves, J. (1996), Pesquisa Qualitativa-Caraterísticas, usos e possibilidades, *Caderno de pesquisas em administração*, São Paulo, vol.1, nº3, pp.1-5.

Nofre, J. e Vaz, D. (2017), Conhecimento, criatividade e Novas dinâmicas urbanas: repensar territórios de baixa densidade em Portugal, Departamento de Sociologia, Ubi, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 49, pp. 77-88.

Oliveira e Lima, J. (2003), Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável, *Rev. FAE*, Curitiba, vol.6, n.º2, pp.29-37.

Pereiro, X. (2018), Abordagem exploratória do turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal), *Análise Social*, liii (1.º), (n.º 226), pp. 58-87.

Pires, R. P. (2012), O problema da integração, *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXIV, pp. 55-87.

Quirós, J. (2019), Nacidos, criados, llegados: relaciones de clase y geometrías socioespaciales en la migración neorrural de la Argentina contemporánea, *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 28 (2), pp. 271-287.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1995), Manual de Investigação em Ciências Sociais, *Trajetos*, pp. 11-281.

Reis, P. (2014), Os atores do novo paradigma do mundo rural: os Neo-rurais das aldeias históricas de Portugal, Doutoranda em Turismo, Lazer e Cultura – Especialização em Turismo e Desenvolvimento Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Remoundou, K., Gkartzios, M. et al (2015), Conceptualizing Mobility in Times of Crisis: Towards Crisis-Led Counterurbanization? *Regional Studies*, pp. 1-12.

Ribeiro, P. (2013), êxodo urbano, gentrificação rural e o futuro da paisagem, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Rivera, N. e Campos, J. D. (2008), Territorio y nuevas ruralidades: un recorrido teórico sobre las transformaciones de la relación campo-ciudad, *Revista Eure*, vol. XXXIV, nº 102, pp. 77-95, Sección ARTÍCULOS.

Rivera, M. J. (2009), La neorruralidad y sus significados: El caso de Navarra, Universidad del País Vasco, Euskal Herriko Unibertsitatea, *Revista Internacional de Sociologia*, pp. 413-433.

Roca, M. (1999), Migração de regresso e desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso no Alto Minho, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, pp. 33-50.

Roca, M. (2011) Os Novos Rurais da Beira Interior: (Potenciais) Agentes de Desenvolvimento Local, Comunicação apresentada no Seminário Ibérico “Combate à Desertificação, abandono rural e despovoamento – intervenções raianas”, painel – Investigação e Desenvolvimento sobre a Raia, Idanha-a-Nova, 20 e 21 de Janeiro de 2011.

Rocha, Bursztyn, M. (2005) A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local, *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol. 7, nº. 11, pp. 45-52.

Ruivo, P. (2007), Amenidades rurais- que contributo? Estudo de caso em territórios rurais. *Atas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve, pp. 1-3.

Salleilles, S. (2010), Les trajectoires des entrepreneurs néo-ruraux, Université de Lyon, Université Jean Monnet de Saint-Étienne, *COACTIS*, pp. 1-17.

Sancho, J. (2013), El neorruralismo, un fenómeno revitalizador en los pueblos, *La Vanguardia*, *Revista*, *online*, em <https://www.lavanguardia.com/vida/20130526/54373716224/fenomeno-neorrural-campo-ciudad.html>. Consultado a 20/02/2020.

Santos, B. (s/d), Desenvolvimento, Capitalismo, Contraurbanização e Novas Ruralidades: ensaio sobre fatores que estimulam o fluxo da cidade em direção ao campo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

Santos, D. (2011), Dos modelos de desenvolvimento local aos projetos de animação cultural: conceitos, dimensões e desafios, nI Jornadas de Animação Cultural: que desafios. Leiria, 7-8 de Abril, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Santos, F. (2014), Pesquisa Qualitativa: o debate em torno de algumas questões metodológicas, *Revista Angolana de Sociologia*, nº14, pp. 11-24.

Sastoque, M. J. M. (2014), Una Tipología de los Nuevos Habitantes del Campo: aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia, *RESR*, Piracicaba-SP, vol. 51, pp. 31-48.

Sedas Nunes, A. (1963), Portugal, sociedade dualista em evolução, *Revista Internacional de Sociologia*, pp. 407-462.

Silva, L. (2008), Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal, Centro de estudos de etnologia portuguesa, outro país-novos olhares, terrenos clássicos, nº4, *Arquivos da Memória*, pp. 6-25.

Silva, S. (2008), Capital Humano e Capital Social: Construir Capacidades para o Desenvolvimento dos Territórios, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana: Exclusão, Sociedade e Território, Universidade de Lisboa, Faculdade de letras, Departamento de Geografia.

Teixeira e Oliveira, E. (2006), Recursos demográficos e desenvolvimento local: Análise do caso do Distrito da Guarda, Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda, pp. 1-19.

Trimano, L. (2015), Integración social y nueva ruralidad: ser ¿“hippie”? en el campo, en *Revista de Antropología Social* nº 24, pp. 317-348.

Trimano, L. (2019) ¿Qué es la neorruralidad? Reflexiones sobre la construcción de un objeto multidimensional, *Territorios*, pp.119-142.

Veiga, J. E. (2006), Nascimento de outra ruralidade, *ESTUDOSAVANÇADOS*, nº 20 (57), pp. 333-353.

Vinuto, J. (2014), A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto, *Temáticas*, Campinas, nº 22, (44): pp. 203-220.

ANEXOS

ANEXO 1-Guião da Entrevista

Que bem que se está no campo – mobilidade(s) e fixação no interior rural português

ENTREVISTA (60 min)

ANTECEDENTES

- Onde residia antes da mudança para esta região?
- Qual era a sua situação familiar e o que fazia profissionalmente?
- Data da mudança?
- Quanto tempo antes dessa mudança começou a pensar nela?
- Quais as razões / motivações que a desencadearam? Projetos concretos em carteira?
- Uma decisão consensual no seio da família ou objeto de negociação?
- Receios, adiamentos
- Houve apoios / incentivos exteriores, nomeadamente institucionais?

- Porquê a escolha deste concelho e freguesia?
- Tinha algumas referências ou algum contacto local, antes de para cá vir? Se sim, isso influenciou a sua escolha?
- O que menos gostava na sua anterior zona de residência? A opção de sair resultou mais de uma atração do rural ou de uma rejeição do urbano?
- Já tinha tido experiências anteriores de mudança de residência? Como foi “mudar de vida”?
- Ou alguém na sua família ou grupo de amigos mais próximos que o tenha feito?
- A mudança de local de residência significou também uma mudança de profissão?

1º CONTACTO

- Primeiras reações aquando da chegada?
- Que relação entre as expetativas (sonho) e a realidade enfrentada?

- Sensação de acolhimento, positiva ou negativa?
- Alguém à espera ou que facilitasse a fixação? Pontos de apoio?
- Da família, quem veio e quem ficou?

- Quanto tempo durou o processo de adaptação? Já está dado como encerrado?
- Algum contato com a Junta de Freguesia, Município ou estrutura associativa, visando facilitar a fixação?
- Sentiu-se sozinho/a ou bem acolhido/a?
- Foi a primeira vez que mudou de local de residência? E de casa? Como foi o seu histórico residencial?
- Como se desloca aqui (distâncias, meio transporte)? E onde morava? Como gere a mobilidade diária?

FIXAÇÃO E PERMANÊNCIA

- Que atividade económica/profissional exerce hoje em dia? Qual o meio de subsistência? Porquê e como o começou? Se não exerce nenhuma atividade, se pensou em criar alguma atividade no meio rural em que está inserido/a?
- Que ocupações dos restantes membros da família?
- Casa própria? Bens entretanto adquiridos? Algum projeto de agricultura ou ligado ao “imaginário” rural?
- Vantagens e desvantagens hoje identifica na escolha que fez?
- Principais obstáculos enfrentados (os cinco principais)? Face aos receios, quais se concretizaram?
- Como têm sido ultrapassados os problemas e os obstáculos? Quem ou o quê surge como maior fonte de problemas e obstáculos?
- Sente-se da terra? Veem-na/o assim?
- De onde surgem os maiores apoios?
- Perceção quanto ao impacto da sua fixação (e da sua família) neste território?
- Tem contato com outras pessoas / famílias em idêntica situação? Qual o feedback que delas recebe? Apoia-se nessa rede de conhecimentos?
- O que mais gosta e menos gosta desta freguesia?

PARTICIPAÇÃO / PARTICIPAÇÃO CÍVICA:

- As suas principais amizades são pessoas / famílias locais ou em vindas também de fora?
- Faz parte de alguma associação, cooperativa ou outra organização local?

- Colabora com algum grupo ou exerce alguma atividade cívica?
- Sente-se confortável a participar nos assuntos públicos da freguesia, ou sente-se ainda “estrangeiro”? Se sim, o que poderá contribuir para inverter tal situação?
- Sente que há tensões entre os “novos” e os “velhos” habitantes deste espaço? Sente que há choques de valores?
- Como vê a vida associativa local?
- E o espírito de cooperação entre as pessoas? O que acha que mais as une, e o que mais as separa?
- Sente que neste território faz falta criar mais alguma associação ou organização de natureza cooperativa? Se sim, em que área?
- O que pensa serem os principais problemas locais?
- E as principais vantagens comparativas?
- E as principais forças-motrices do desenvolvimento local?

FUTURO DESEJÁVEL:

- Como projeta a sua vida daqui a 5 e a 10 anos?
- Planos no curto e médio prazo?
- E aspirações principais?
- Qual a distância entre o que gostaria ver acontecer e o que pensa ir suceder?
- Qual o futuro da sua atividade económica ou projetos em que está envolvido/a?
- Já propôs a outras pessoas (familiares / amigos) a vinda para o meio rural?
- Por quanto mais tempo pensa viver aqui? E se pensa mudar-se, para onde? Como encara a mobilidade residencial?

REFLETIR SOBRE O PORTUGAL RURAL:

- Que leitura crítica faz do Portugal rural nesta altura?
- Acha que a fixação de novas pessoas e famílias nestes territórios, como é o seu caso, pode vir a alterar a paisagem rural?
- Em que domínios considera que os impactos podem ser maiores?
- Impactos positivos e negativos?
- () Acha que a fixação destas novas pessoas e famílias contribui para a ruralização ou desruralização destes espaços territoriais?
- Qual considera ser o seu papel enquanto agente de mudança nestes territórios?
- Qual julga que será o cenário destes territórios daqui a 10 ou 20 anos?

- O que falta fazer para atrair mais pessoas para esta região? Nacionais ou estrangeiras?
- Se tivesse maior poder de decisão e meios para atuar, o que propunha para:
 - atrair, instalar e fixar mais famílias nos meios rurais?
 - a freguesia onde reside?
 - os territórios rurais, no geral?

ANEXO 2-

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Pessoa isolada |__|

Família |__|

Se é família / agregado, quantas pessoas o compõem? _____

De onde veio / vieram? _____

Em que aldeia ou lugar se fixou /fixaram? _____

Desde quando? _____

Quem trabalha na aldeia de residência ou aldeia vizinha?

Em quê _____

Nome: _____

Contacto (email / telemóvel) _____

ANEXO 3- Sinopse das Entrevistas

Categorias e subcategorias	Entrevistas
Antecedentes	
<p>Situação pessoal anterior à mudança</p> <p>De acordo com Roca (2011), o movimento de transição para áreas rurais efetuado por indivíduos Neo-rurais, é algo extremamente complexo e por vezes difícil de definir. Um exemplo dado, é o facto de “as motivações por detrás deste movimento, são as mais variadas, indo desde, socioeconómicas, culturais e/ou ambientais...”, “para além disso, estes podem ser considerados indivíduos que se mudaram pela primeira vez ou regressaram ao meio rural, podendo residir e/ou exercer atividades agrícolas ou não agrícolas”; mais heterógeno em termos de multiplicidade sociocultural.</p> <p>Em relação ao contexto português, os autores Roca (1999); Paul Ruivo (2007); Dinis e Malta (2009), Saleilles (2010); Gabriela Costa (2011) e Paula Reis (2014), informam acerca da existência de duas categorias de indivíduos distintas. Assim, destacam desde indivíduos reformados e/ou pré-reformados, a indivíduos mais jovens, com qualificações mais elevadas e de carácter mais empreendedor. A sua entrada nas áreas rurais está de modo geral ligada aos aspetos naturais da paisagem, adotando motivações ecológicas, razões de desemprego ou de reforma, e ainda, a ideia de oportunidades de negócio mais ligados às questões ambientais, apelando a um envolvimento na comunidade.</p>	<p>E1 “casado pela terceira vez...tenho 3 filhos ...” “A minha adolescência foi em África... Fiz todo o liceu e só vim para Portugal quando terminei o liceu...”</p> <p>“Eu nasci numa zona rural, nasci em França, saí de lá aos 12..., portanto sempre vivi num mundo rural”</p> <p>E2 “somos casados e temos 2 filhos” “(…) eu já andava há uns anos, mesmo antes de conhecer a Silvia, à uns três anos já andava à procura de mudanças na minha vida, e depois de a conhecer essas mudanças tornaram-se ainda mais urgentes de várias formas...” “Demorou algum tempo e não se realizou mais cedo porque tu não percebes realmente aquilo que tu queres fazer é uma coisa que é viável...”</p> <p>E3 “Vivia com o meu marido e os meus filhos...” “no ano antes de casarmos começamos a pensar, vendemos o apartamento em Torres Novas e viemos para aqui.”</p> <p>E4 “a minha residência era Lisboa, mas já estou aqui no Paul há cerca de 10 anos” “na verdade não é uma transição assim da noite para o dia” “estava um pouco indeciso se vinha ou não vinha”</p> <p>E5 “estou casado...e temos uma filha” “Residíamos no Algarve, numa quinta onde eramos os quinteiros da quinta”. “Comecei a pensar nisto quando tinha mais ou menos 17 anos, portanto desde essa altura que tenho tentado procurar conhecimentos e experiências que me capacitassem para fazer esta experiência”</p>

	<p>E6 “tenho 38 anos e licenciatura em Turismo. Eu tenho 42 anos, tenho licenciatura em Ciência Política, e temos 2 filhos”, “fez agora 10 anos e depois mudamo-nos definitivamente em novembro.”</p> <p>E7 “Casada, com 2 filhos. Vivia em Espinho anteriormente”</p> <p>E8 “tenho 37 anos, tenho o 12º e tenho a minha companheira. Eu vivo nesta região há 7 anos, não vivi sempre no mesmo sítio... Até lá vivia numa casa alugada, durante 4 anos, só há 3 anos é que mudei para a propriedade. Vivia numa casa alugada aqui na região. Eu tive a estudar bastantes anos, nunca acabei o curso superior, depois fui para fora, fiz voluntariado durante 1 ano, depois trabalhei durante 1 ano como pastor...” “Não pensei em vir para aqui na verdade... mas sim a minha ideia já era arranjar um sítio como aquele onde vivo agora, agora exatamente aqui não tinha isso na cabeça. Mas já tinha a ideia de viver numa região como esta e ter uma propriedade minha”</p>
<p>Situação profissional anterior face à mudança</p>	<p>E1 “Fui bancário durante 20 anos e adorei (...),”dispensaram-me aos 47 anos para a pré-reforma e entrei quase por acidente no ensino superior a convite de um professor da licenciatura, onde permaneci 11 anos até quase aquilo falir” (...), “passei pelo ensino técnico profissional no Instituto de formação bancária onde permaneci 6 anos ...pronto estou reformado” “sou advogada, estou a exercer, exerço num escritório aqui em casa no piso de baixo”</p> <p>E2 “Estudei na universidade e depois fiz um MBA em marketing.” “licenciei-me em biologia e fiz uma pós graduação em biologia molecular” “Trabalhávamos os 2 por conta de outrem” (...) “eu trabalhei 6 meses e despedi-me de seguida, e foi aí que decidimos que não</p>

	<p>queríamos continuar o trabalho que estávamos a fazer no Porto e que queríamos mudar de vida.”</p> <p>E3 “eu trabalhava como jurista na Câmara Municipal de Torres Novas e o meu marido é profissional na área do desporto”</p> <p>E4 “tenho o curso de Engenharia Eletrotécnica (...) trabalhava em informática. Trabalhei numa empresa e depois comecei a trabalhar com vários clientes que ainda mantive quando vim para cá.”</p> <p>E5 “Tenho o mestrado em agricultura biológica.” (...) “Trabalhei em investigações de campo, em agricultura biológica, em universidades e depois ainda trabalhei em produção biológica e também em venda biológica”</p> <p>E6 “Trabalhava numa empresa de informática. Eu trabalhava como administrativo, e eu na mesma empresa, mas no departamento de desenvolvimento”</p> <p>E7 “Trabalhava como repórter freelance escrevi para algumas publicações, sobretudo dedicadas a viagens.”</p> <p>E8 Trabalhei como pastor e já em Sintra trabalhava na construção</p>
<p>Motivos/Razões da escolha</p> <p>-Regra geral todos os entrevistados afirmaram que foram fatores ligados à natureza os principais motivos para a sua mudança, e ainda que alguns informem sobre questões profissionais, a tendência é ligada a fatores de bem estar e relação com a natureza, podendo ainda perceber em alguns casos uma certa rejeição por tudo o que é urbano)</p> <p>-No caso da entrevistada E3 podemos ainda perceber um fator que pode ter sido dos mais</p>	<p>E1 “foram várias vicissitudes (...)Perda do cliente...metade da minha pensão fosse para pensão de alimentos... E então, estes dois fatores contribuíram, (e o cansaço também... a pressão de estarmos a viver naquele sítio que se estava a transformar em hostil. Perdemos um cliente, bom, perdemos a atividade no instituto e tornou-se hostil aquilo...”</p>

determinantes e que se encontra ligado às raízes, neste caso os seus pais).

Este fator será então interessante de perceber, tentando desmistificar no caso dos outros entrevistados se porventura poderão nos seus casos ter também sido um dos fatores)

“Eu sempre tive tendência para procurar zonas onde tivesse mais natureza, menos intervenção humana. A vida da cidade a mim sempre me sufocou um pouco”... “Os meus avós tinham acabado de falecer e esta casa estava fechada, completamente ao abandono e eu disse, olha temos a casa do Barco” “(...) todo aquele ritmo de vida ...tudo isso estava a minar-me porque se calhar não faz parte de mim, da minha maneira de estar na vida, então tudo isso...Fui eu que o desafiei, disse assim...temos agora a oportunidade de fazer uma mudança...”

(para além de fatores ligados à natureza, podemos perceber pela forma como o entrevistado aborda os motivos, que foi também por conta de questões financeiras)

E2

“há uns três anos já andava à procura de mudanças na minha vida” (...), “mas foi quando conhecemos um projeto, o projeto Vida Desperta”

“percebemos que era possível viver uma vida de alguma forma semelhante ao que nós levávamos em termos de conforto em termos de forma de vida”

“o que aconteceu foi que nós começamos a questionar internamente o que realmente nós gostaríamos para nós. Começamos a querer ir mais profundo na nossa existência aqui na terra neste corpo”...” é claro que a vida sustentável está lá, é claro que viver para a natureza está lá, viver de uma forma saudável, comer saudável, respirar saudável também está lá, mas o mais importante disto tudo foi nós quereremos procurar e mudar algo em nós próprios, de diferente”

“Eu já me questionava muito sobre que vida levar, qualquer parte do mundo que fosse, aquilo que eu via lá não era para mim uma vida saudável.”

(de acordo com estas informações podemos perceber que para além da vida ligada à natureza, esta poderá não ter sido o fator determinante. Podemos depreender que os motivos estão mais ligados a questões internas, de procura e conhecimento interior, mais ligado ao bem-estar emocional)

E3

“eu sempre gostei de viver no campo e queria dar esse estilo de vida aos meus filhos e o meu marido também gosta muito (...), e o facto de também estar ao pé dos meus pais (...)” “pela falta de espaço, não ter um jardim um espaço exterior onde estar, tínhamos um apartamento não tínhamos terraço nem nada e, portanto, foi tudo isso.”

(para além de motivos ligados ao fator natureza, a entrevistada informa que o estar ligada aos seus pais foi também um fator determinante para a mudança, nesta perspetiva e neste caso em particular percebemos que as raízes antecedentes foram um dos fatores mais importantes, para além disso durante a entrevista podemos perceber que a entrevistada acaba por “pegar” no negócio do pai ligado à agricultura e portanto para além dos fatores anteriores podemos concluir que motivos profissionais são um outro fator)

E4

“eu logo de cedo percebi que não era aquilo, trabalhar num escritório tempo inteiro, muito menos a trabalhar em coisas que eu sentia que não me, ou seja, não me via muito a trabalhar para uma empresa (...) E ao mesmo tempo tinha cada vez mais vontade de estar em contacto com a natureza e depois acabei por conhecer um pessoal, uma organização chamada Ananda Marga”

(neste caso em particular, podemos perceber que o 1º fator associado à mudança se deveu claramente a questões profissionais, e ainda que invoque fatores ligados à natureza, podemos aperceber-nos que apenas após conhecer o projeto este poderá ter sido alavanca)

E5

“Comecei a pensar nisto quando tinha mais ou menos 17 anos, portanto desde essa altura que tenho tentado procurar conhecimentos e experiências que me capacitassem para fazer esta experiência” (...) “Ter qualidade de vida, essencialmente isso...” “a questão é da qualidade de vida (...)

comecei a aperceber mesmo desta realidade urbana que para mim não me satisfazia”

(seguindo a mesma ótica que os entrevistados anteriores, podemos perceber que foram também questões ligadas à natureza e ao bem-estar, e tal como os entrevistados E1 informa uma certa deterioração da sua relação com tudo o que é urbano, reconhecendo uma certa rejeição)

E6

“Se calhar queremos melhorar, querer qualidade de vida sobretudo e sair de um grande centro urbano onde a qualidade de vida é nenhuma e termos o nosso próprio projeto de negócio no interior e fora de um grande centro.

Sim e fazer uma coisa que nos dava gozo, que era ter um parque de campismo e morarmos no campo”.

(mais uma vez damos conta de uma certa rejeição por tudo o que é urbano, para além disso tal como no caso dos entrevistados E3 e E4 foram também fatores ligados às questões profissionais, nesta ótica os entrevistados não se sentiam bem a trabalhar e a fazer o que vinham feita até então apelando a projetos seus)

E7

“Sobretudo vontade de viver no campo e aí ver crescer os nossos filhos, com vista a uma maior qualidade de vida para todos...”

“Desde há muito que viajávamos para o Parque Natural de Montesinho, em férias ou fins de semana. Ainda ponderámos outras regiões, mas a oferta escolar e cultural de Bragança acabou por determinar a escolha do concelho. A escolha freguesia foi mero acaso, que teve a ver com um terreno que se encontrava à venda.”

(mais uma vez são fatores ligados à natureza e bem estar)

E8

“Não pensei em vir para aqui na verdade...vim para aqui 1º porque tinha aqui trabalho, tinha aqui uma casa para fazer. Só estando já cá é que decidi ficar aqui, mas sim a minha ideia já era arranjar um sítio como aquele onde vivo agora, agora exatamente

	<p>aqui não tinha isso na cabeça. Mas já tinha a ideia de viver numa região como esta e ter uma propriedade minha”</p> <p>“foi por ter cá trabalho depois esta região tinha tudo o que eu queria, todas as condições que eu andava à procura para viver, por isso acabou por ser não só o trabalho mas a região em si, o carater rural, a cultura ainda muito rural, haver um certo abandono, algumas espécies de animais selvagens...isso foram características que me convenceram a ficar”</p> <p>(nesta caso em particular, ao contrário dos entrevistados anteriores que afirmam que em primeiro lugar foram fatores ligados à natureza, o entrevistado em questão para além de mencionar também esses fatores, afirma em primeiro lugar fatores ligados a questões profissionais.)</p>
<p>Referências e/ou contactos locais</p> <p>-Neste ponto queríamos tentar perceber se quando decidiram mudar-se para a região em questão tinham alguma referência ou contacto local que facilitasse esse processo e tivesse sido um dos fatores determinantes, uma espécie de alavanca.</p> <p>-Para além disso perceber este fator poderá ser também interessante para perceber o processo de adaptação e acolhimento, ou seja, se o facto de terem raízes e contactos locais facilitou esse processo e a própria relação com a comunidade existente)</p>	<p>E1</p> <p>“os meus pais são de cá, aliás são os proprietários da casa”</p> <p>(neste caso podemos perceber que os entrevistados tinham já referências anteriores ligadas à natureza, e neste caso ligadas à região em questão)</p> <p>E2</p> <p>“nenhum de nós teve vida de campo quando eramos novos, não temos nenhum familiar próximo em zonas rurais que nós visitássemos” “o projeto Vida Desperta ao qual estamos ligados”</p> <p>“antes de nos mudarmos conhecemos os fundadores do projeto”, “Viemos conhecer o projeto, viemos um fim de semana, uma semana, um mês, e aos bocadinhos percebemos que era aqui que queríamos ficar”</p> <p>(neste caso, nenhum dos entrevistados como afirmam tinha tido contacto com meios rurais anteriormente, e que apenas após conhecerem o projeto ao qual estão ligados tiveram essa referência)</p> <p>E3</p> <p>“eu faço o que meu pai fazia, isto é uma atividade de uma empresa já existente”</p> <p>(tal como tínhamos percebido aquando da sua informação sobre os motivos que levaram á sua transição, a entrevistada tinha</p>

já referências locais ligadas aos seus pais, e que para além de ter sido um dos fatores determinantes para a sua mudança, foi um fator determinante na escolha da região em questão)

E4

“acabei por conhecer um pessoal, uma organização chamada Ananda Marga”

(tal como no caso dos entrevistados E2, neste caso podemos perceber de igual forma que o conhecimento de um projeto para além de não ter sido o fator determinante na sua transição, foi determinante na escolha da região em questão)

E5

“Eu já sabia que ia tentar procurar aqui nesta zona porque é uma zona em Portugal onde há muita água” “ficamos nesta aldeia porque viemos visitar uns amigos que já cá estavam a viver (...) havia mais pessoas que já cá viviam com eles e por haver já aqui um grupo de pessoas nesta localização que eu já tinha mais ou menos escolhido decidimos mudar para aqui.”

(seguindo a mesma ótica avançada anteriormente, as referências ao local foram por conta de projetos e neste caso de amigos, e para além de não ter sido determinante na sua transição foi apontado como um dos fatores que determinou a escolha do local, se bem que neste caso em particular o entrevistado afirma já o seu interesse na região mesmo antes de conhecer esses contactos)

E6

“A escolha não foi da freguesia em si, nós tínhamos inicialmente pensado em algumas zonas” (...) “nós gostávamos muito desta região então decidimos começar a procurar terrenos na zona... calhou encontrarmos o terreno, teve para ser noutra freguesia” “vimos muitos terrenos, muitas possibilidades em zonas relativamente próximas, mas calhou a que mais gostamos de ser esta”

(tal como no caso do entrevistado E5, neste caso a escolha da região foi também feita

	<p>através de uma procura exploratória, afirmando que a decisão de escolha foi pela qual mais tinham interesse)</p> <p>E7 “Conhecíamos algumas pessoas, mas não foi esse o facto determinante.”</p> <p>E8 “ é assim como vim em trabalho, construir uma casa, essas eram as únicas pessoas, mas lá está é como lhe disse só depois de cá estar é que me apercebi que realmente era aqui que queria ficar...”</p> <p>(neste caso em particular o entrevistado afirma que a escolha da região na qual se encontra esteve ligado a questões profissionais, afirmando que apenas após ter tido esse contacto, esse foi determinante na escolha do local em questão)</p>
1º contacto	
<p>Expetativas e realidade</p> <p>-Os objetivos neste ponto pretendem servir de base ao que posteriormente vamos referir acerca do processo de adaptação e acolhimento. Após a instalação dos indivíduos nos meios é importante perceber toda essa dinâmica. Por exemplo, no caso do entrevistado E8 podemos perceber pelas suas informações que em alguns casos o processo de adaptação é algo que não é fácil de fazer, ou seja, muitos indivíduos esperam algo do meio que na realidade se apercebem que não é exequível, quer em termos profissionais quer em termos de bem estar. Ou seja, os motivos para fazer a transição são de facto importantes, mas nem sempre depois correspondem à realidade que esperavam e acabam por se sentir frustrados e dificultar todo o processo.</p> <p>-Ou seja, o importante de perceber aqui é se realmente aquilo que eles esperavam e pretendiam foi de facto realizado.</p> <p>Neste ponto, ainda que os entrevistados E1 refiram que o processo de adaptação é algo que nunca está acabado e que E2, E4, E5 e E6 refiram alguns entraves durante o seu processo de adaptação, quer no caso do entrevistado E4 ligado a si e a questões de envolvimento e no caso dos restantes ligados</p>	<p>E1 “Eu acho que a simples referência aos meus sogros, fazia com que as pessoas nos abrissem a porta” (...) “Se não fosse isso não tinha sido muito difícil porque nós somos...eu prezo muito a minha intimidade”</p> <p>(não abordando diretamente se o que encontram foi de facto o esperado, podemos perceber que a simples referência ao local facilitou todo o processo) No entanto referem que o seu processo de adaptação continua sempre em aberto, que para além de já se sentirem da terra e terem sido bem acolhidos, o processo de adaptação é algo que nunca está totalmente acabado. “Eu acho que estamos constantemente em adaptação, embora estejamos instalados. Porque de vez em quando surgem atitudes que nos causam surpresa, daí que temos que estar sempre alerta para nos ajustarmos aos hábitos”</p> <p>E2: “Eu não tinha grandes expetativas, nós não sabíamos exatamente o que esperar nem como é que ia ser.”</p> <p>(apesar de referirem não ter expetativas quanto ao que poderiam encontrar, conseguimos perceber que o seu processo de adaptação passou por diferentes fases. Ora com a compra do terreno o esperado</p>

ao espaço físico, conseguimos perceber que regra geral se encontram todos eles adaptados, tendo sido bem acolhidos e que o as suas expetativas ou estão em consonância com a realidade ou alguns casos foram mesmo superadas.

Relativo a este assunto, o entrevistado E8 aborda uma questão que importa referir e que devemos ter em conta. Na sua perspetiva este processo de adaptação e de encontro entre as expetativas e a realidade parte muito da forma e da visão com que os indivíduos chegam aos meios, isto é, “Regra geral a maior parte das pessoas vem com perspetivas irrealistas, a grande diferença está, não está nas ideias não está nas perspetivas, está na capacidade de adaptação e é isso, as pessoas que têm maior capacidade de resiliência e de se adaptar aguentam-se e transformam a vida delas, o contrário acontece muitas vezes também, diria que é um 50-50. Há muita gente que não consegue fazer a transição porque não alcançar a ideia de que eles pensaram”

seria viver nesse espaço, no entanto referem ter vivido primeiro numa casa alugada, na aldeia e não propriamente no campo, ou seja, provavelmente as suas expetativas seriam as de encontrar um terreno e nele viver, o que não foi o caso pois esse processo demorou algum tempo) “do terreno que compramos não estava terminada, era uma casa em ruína, e basicamente o que fizemos foi, moramos na aldeia e tentamos perceber como é que íamos reconstruir a casa”

E3

“As reações foram ótimas, as pessoas gostaram muito e gostam muito quando vêm casais novos viver aqui para aldeia porque acaba por haver, é como um renascimento”
(neste caso a entrevistada afirmou sem entraves que as suas expetativas ficaram em consonância com a realidade)

E4

“Foi um pouco...houve assim vários focos a vários níveis...1º porque eu mandei-me um bocado sem conhecer bem onde me estava a meter (...) não conhecia as pessoas bem, já conhecia algum pessoal, mas não assim tanto.”

(tal como o entrevistado refere, apesar de já conhecer algumas pessoas e ter como referência no local o projeto ao qual se encontra ligado, o seu processo de adaptação passou por várias fases, e mesmo não referindo claramente uma dificuldade, conseguimos perceber que o seu processo de adaptação foi algo gradual)

E5

“toda a gente me recebeu muito bem, continuo a ser bem recebido e tratado por toda a gente, portanto as reações foram positivas...a única coisa que foi assim menos positiva foi que só depois de termos comprados é que descobrimos que existia e ainda existe uma mina e portanto o vale onde nós estamos está um bocado contaminado com arsénio, mas é um pequeno desafio, é uma pequena contaminação que temos aqui na água...mas sei qual é que é o problema e que medidas é que temos que tomar.”

	<p>(seguindo as mesmas lógicas dos entrevistados anteriores, percebemos que apesar de ser bem adaptado e se sentir bem acolhido, ao longo do seu processo reconheceu alguns entraves, mas que, no entanto, tal como refere “são um pequeno desafio”</p> <p>E6 “Para mim a primeira semana foi um choque porque em relação à população as primeiras semanas foi assim...é porque nós estamos aqui numa bolha, nós vivemos numa quinta que está isolada não temos vizinhos praticamente” (...) “mas nesse aspeto foi bastante fácil até conhecermos algumas pessoas e criarmos amizades, estava Super entusiasmada com a mudança e acho que até superou as expetativas” (o caso que se apresenta segue a linha que temos vindo a referir)</p> <p>E7 “Não vínhamos com uma visão “romântica” da vida no campo, nem com ideias de nos dedicarmos à agricultura (apesar de, com o tempo, ter nascido uma horta). A intenção de mudar de vista, de sentir cada estação em pleno, de permitir que os nossos filhos tivessem vivências mais perto da terra foram expectativas plenamente realizadas.” “A realidade acabou por ser melhor do que sonhámos: ainda hoje ficamos deslumbrados sempre que vemos um corço das janelas de casa ou ouvimos as raposas à noite. Ver a neve a cair, mergulhar nos rios em lugares onde não há mais ninguém, ter uma enorme possibilidade de trilhos à porta de casa...” (claramente as expetativas ficaram em consonância com a realidade)</p> <p>E8 “eu nasci numa aldeia e por isso já sabia como era viver no meio rural, e voltei por isso mesmo porque já conhecia o que era então...” (a mesma tendência)</p>
<p>Processo de adaptação e acolhimento -o processo de adaptação e acolhimento servirá de base ao que a seguir iremos abordar acerca da participação com consequente envolvimento coletivo e posterior desenvolvimento dos locais.</p>	<p>E1 “Eu acho que estamos constantemente em adaptação, embora estejamos instalados. Porque de vez em quando surgem atitudes que nos causam surpresa, daí que temos que</p>

Inerente a este facto, está a questão do processo de deliberação, isto é, a necessidade de existência de debates e reuniões que permitam motivar e conectar a comunidade na procura de um consenso para que todos possam usufruir dos benefícios (Rocha e Bursztyn, 2005: 46). Ora, nesta perspetiva, podemos referir que se esse processo de adaptação e acolhimento primeiro não estar concluído e segundo estes não forem bem aceites pela comunidade, a sua participação e envolvimento tornam-se mais difíceis e, portanto, a chegada a um consenso torna-se impossível.

Ainda neste âmbito, referindo o caso destes indivíduos, que apesar de todos serem portugueses, como podemos perceber nem todos tiveram durante as suas vidas referências às áreas rurais, assim, Cabugueira (2000) refere que é nesta questão que se apela a uma ajuda por parte dos poderes públicos. Seguindo esta visão, como iremos ver mais à frente a relação que estes indivíduos têm com os poderes públicos é um fator bastante importante de ser analisado, quer para o processo de adaptação em si, quer para essa sensação de acolhimento e facilitamento de envolvimento de toda a comunidade.

-o processo de adaptação e acolhimento segue as linhas referidas anteriormente. Conseguimos perceber ao longo destas linhas que nem todos os indivíduos antes da mudança tinham contactos ao local. No entanto, mesmo nos casos em que esse fator está presente, é importante perceber se este foi de facto determinante para o seu processo de adaptação.

-Este ponto torna-se ainda mais importante, e pretende ser a base do que a seguir iremos abordar, sobre o processo de permanência. Isto é, apesar de regra geral se sentir bem adaptado e bem acolhido, é importante perceber se de facto pensam continuar no espaço onde estão ou se uma mudança futura poderá ser algo que está em pensamento. Pois recordando novamente o que o entrevistado E8 adiantou, muitos indivíduos após fazerem o seu processo de transição acabam por “desistir” e mudar-se

estar sempre alerta para nos ajustarmos aos hábitos.”

E2

“Eu nunca me senti fora, durou poucos meses, foi muito rápido” “Acho que ficámos logo bem integrados, as pessoas nunca nos renegaram apesar de terem as suas dúvidas de que nós íamos ficar, mas apoiaram”

E3

“As reações foram ótimas, as pessoas gostaram muito e gostam muito quando vêm casais novos viver aqui para aldeia porque acaba por haver, é como um renascimento vá (...)”

E4

“houve uma parte de estar um bocadinho sozinho não houve um grupo de amigos normal” (...) “Ainda foram uns 6 meses até encontrar o terreno e começar a fazer alguma coisa, só passado 6 meses de estar na Covilhã é que comecei a ter aquela componente que eu procurava, mais contacto com a natureza, com um projeto...”

E5

“sim, pelas pessoas aqui das aldeias e também pelos vizinhos que já cá estavam, sim fomos muito bem acolhidos...” (...) “nós antes de vivermos aqui na quinta, estivemos a morar na quinta de outros vizinhos, portanto mais ou menos 3 meses e tivemos esse tempo em que fomos conhecendo as pessoas da aldeia e fomos muito bem recebidos”

E6

“às vezes temos alguns choques culturais, que eu acho que são inevitáveis...o nosso negócio basicamente vive sem as pessoas daqui e nós até termos 2 filhos não precisamos aqui do meio para quase nada, mas aquelas necessidades precisar, estar dependente de alguma coisa daqui não tínhamos essa dependência, nunca precisamos de pedir trabalho aqui. A partir do momento em que tivemos filhos e eles começam a frequentar escolas é que começamos a ter as primeiras reações, os choques culturais, começamos a ter que lidar com eles de uma forma mais direta e aí

novamente e, portanto, esse fator poderá ser indicador de que o seu processo de adaptação não foi concluído.

-Referências a um processo de adaptação de forma gradual.

Tal como tínhamos já referido, apesar de neste momento todos se sentirem adaptados e acolhidos, nem todos passaram e sentem esse processo da mesma forma.

No caso dos entrevistados E1 e E6, podemos perceber que o seu processo de adaptação passou por algumas fases, referindo um certo tipo de “choques culturais”, mas que, no entanto, não são nem foram determinantes para deturpar a visão positiva que têm sobre os territórios.

No caso dos entrevistados E2, E3, E5 e E7, o seu processo de adaptação e acolhimento foi um processo bastante fácil e imediato.

No caso do entrevistado E4 percebemos um caso em particular. Mesmo o entrevistado ter referido anteriormente a sua referência ao local ligada ao projeto “Ananda Marga”, o mesmo refere que o seu processo de adaptação foi algo gradual. Em primeiro lugar porque não se mudou imediatamente para a área rural, nem para essa componente de vida rural, e depois porque apesar de ter essa referência, esta não foi suficiente para facilitar a sua sensação de apoio.

Relativamente ao entrevistado E8 este refere um aspeto bastante importante e de referir, na sua visão, o facto de este ser português facilitou toda esta componente e este processo chegando mesmo a referir “os estrangeiros esses sim, esses é mais complicado”.

-Este campo é ainda importante de perceber tendo em conta o que Bourdieu refere acerca do capital social. O capital social encontra-se ligado aos processos de desenvolvimento, sendo que na perspetiva de Eduardo Duque (2013) este é um recurso indispensável ao promover a interação entre os sujeitos tendo em conta o maior ou menor grau de pertença a certos grupos e redes sociais. Neste âmbito, numa sociedade com maior expressividade de capital social, o compromisso cívico, propulsionará uma atitude de reciprocidade

algumas coisas correram mal”; “Nós tivemos uma associação que ajudou na candidatura, mas foi um trabalho pago, mas a junta de freguesia e a câmara disseram que aceitavam o projeto que apoiavam”

E7

“Positiva” “Diria que foi quase imediato. O “quase” refere-se a deixar de ter mercearias à porta de casa ou de ter de pegar no carro para levar as crianças à escola, o que não acontecia na cidade onde podíamos fazer quase todas as tarefas a pé. As crianças também se adaptaram bem às novas escolas e rapidamente fizeram amigos.”

E8

“Não é que tenha tido um processo de adaptação, na verdade eu também nasci numa aldeia, posso dizer que sou filho da mesma cultura daqui e sou português, porque os estrangeiros esses sim, esses é mais complicado. Mas no meu caso não tive problemas é mais a questão de que há gente porreira e há gente que não vale a pena nos darmos, mas em qualquer lado. E é o mesmo aqui, fiz alguns amigos e há outros que percebi com os quais não valia a pena...”

<p>e, dessa forma, o fortalecimento da confiança mútua. Neste caso, é notavelmente importante nas áreas rurais tendo em conta a inserção de novos atores, pois o facto de cada um destes atores representar uma entidade individual, com as suas visões e os seus objetivos, este conceito é a resposta mais inteligente para inverter esta situação. E ainda nesta lógica, Bourdieu afirma que este é assim, produto dos investimentos que os indivíduos constroem nas relações de sociabilidade (in Carmo 2008:3).</p>	
<p>Fixação e Permanência</p>	
<p>Situação profissional atual e bens adquiridos</p> <p>-a situação profissional é aqui um campo importante de perceber, pois através das atividades que estes desenvolvem nos meios, conseguimos perceber a sua maior ou menor preponderância em contribuir para os mesmos, isto é, se de facto estes indivíduos estão interessados em desenvolver os locais, ou se estes estão mais focados numa transição do tipo bem estar pessoal.</p> <p>De acordo com as perspetivas de autores como Nazaré Roca (2011), os indivíduos Neo-rurais, são assim considerados por serem indivíduos que se mudaram pela primeira vez ou regressaram ao meio rural, podendo residir e/ou exercer atividades agrícolas ou não agrícolas". Ainda neste ponto, autores como Carneiro (2008) e Saleilles (2010) referem que para além de peticionarem uma vida em comunidade este contribuem ainda para o desenvolvimento dos meios onde fixam. Ora neste ponto, importa assim perceber que tipos de contributos os entrevistados em questão, estão a fornecer a estes meios.</p> <p>Saleilles (2010), relativamente a França e Sancho (2013) relativamente a Espanha, referem o individuo Neo-rural como aquele que vê nestes espaços oportunidades de negócio mais ligados às questões ambientais, apelando a um envolvimento na comunidade, procurando nestes espaços atividades mais ligadas ao território e fora dos mercados de trabalho com salários "rígidos urbanos" promovem modos de vida</p>	<p>E1 "sou advogada, estou a exercer, exerço num escritório aqui em casa no piso de baixo" "Os meus avós tinham acabado de falecer e esta casa estava fechada" "posso continuar a trabalhar porque temos internet, trabalho a partir de casa, tenho escritório em casa, é gestor, é administrador de uma empresa da família, de São Tomé" (à partida não é reconhecida numa expectativa de contribuição para os meios, no entanto mais à frente referem que uma possibilidade futura poderá passar por questões ligadas à agricultura, no entanto não temos referência de que forma é que essas serão feitas nem se de facto estas irão contribuir de alguma forma para a área onde se encontram)</p> <p>E2 "compramos o terreno e viemos viver para esta aldeia" "Nós apoiamos famílias que querem mudar de vida, e fazer o mesmo percurso que nós, também temos uma pequena casa que nós alugamos e fazemos outros trabalhos." (claramente percebemos a sua contribuição para a área onde encontram, pois ao apoiarem famílias que queiram efetuar o mesmo percurso, apesar destas poderem escolher outros territórios, no entanto, os territórios escolhidos serão de carácter rural), para além disso ao alugarem casas na região estão a contribuir de certa forma para a economia local e promoção do turismo.</p> <p>E3</p>

<p>menos consumistas e com interesse em questões ambientais” consumistas e com interesse em questões ambientais”.</p> <p>De acordo com as informações recolhidas dos diferentes entrevistados, E2, E3, E4, E5 e E6 exercem atividades mais ligadas ao uso da terra e aos recursos locais. Nesta perspetiva, a sua mudança para o território para além de ter significado uma mudança em termos de local e de forma de vida, significou uma mudança em termos de profissão.</p> <p>No entanto, enquanto que E4 e E5 apesar de exercem atividades inseridas em contextos distintos dos anteriores, a sua atividade tem alguns pontos de contacto com a exercida anteriormente.</p> <p>No caso dos entrevistados E2, E3 e E6, podemos perceber claramente uma transição de profissão completamente distinta da anteriormente exercida.</p> <p>No entanto, em todos os casos em que a mudança de local significou mudança de profissão, regra geral esta encontra-se ligada ao uso da terra e a questões ambientais e de relação com a natureza.</p>	<p>“resolvi enveredar pela agricultura, o meu pai é agricultor e eu pensei mudar devido a ter começado a pensar no futuro disto e caso não houvesse investimento todo o trabalho do meu pai caía por terra e então resolvi mudar.” (como referido pela entrevistada, o seu pai tinha já um negócio ligado à agricultura e, portanto, a sua continuação desse trabalho contribui de certa forma para a área onde esta se encontra).</p> <p>E4 “vivemos numa comunidade, eco aldeia, temos ainda só as infraestruturas comunitárias, não temo casas isoladas ainda”</p> <p>E5 (...) “eu antigamente geria quintas para outras pessoas e atualmente giro para mim...” (...) “ela o que faz mais é processar os excedentes da minha produção, fazer conservas e assim...secar, fermentar produtos para acrescentarmos valor aos excedentes para vendermos.” (este tipo de atividade claramente contribui para o espaço em questão. Em primeiro lugar faz uso do espaço natural e dos recursos endógenos, e depois estes ao serem vendidos contribuem para a economia local e promoção do interesse local)</p> <p>E6 “comprámos em maio de 2010” (Podemos perceber que adquiriram um terreno e construíram um parque de campismo que é hoje em dia a sua atividade profissional). Neste caso bastante particular, a atividade exercida pelos entrevistados foca a dimensão turística, contribuindo para a promoção dos espaços através do uso dos recursos locais.</p> <p>E7 “A mesma que já exercíamos anteriormente. O que mudou, entretanto, foi o mercado de revistas para quem trabalhávamos, mas isso não está relacionado com a mudança para o campo. Em termos profissionais, a mudança trouxe-nos novas oportunidades, na atividade que já exercíamos.”</p>
--	---

	<p>E8 “compramos uma propriedade minha e me mudei para a minha propriedade” “Quando vim para aqui comecei a fazer o que faço, vim para aqui por causa disso, mas eu comecei a fazê-lo em Sintra”</p>
<p>Principais Obstáculos e processo de superação Esta linha segue o que temos vindo adiantar sobre todo o envolvimento do processo de adaptação. Com isto queremos também perceber que aspetos menos positivos os indivíduos sentem nestes espaços e se de alguma forma estes são determinantes.</p> <p>Apesar de nos casos E1, E2, E5 e E6 referirem alguns obstáculos durante o seu processo de fixação e permanência, estes são por eles considerados aspetos que não são determinantes para distorcer a visão positiva que têm sobre os territórios. Para além disso, em nenhum dos casos é referido um arrependimento, sendo tendência geral a satisfação com a escolha por eles feita.</p>	<p>E1 “Nós impusemo-nos contra a exploração mineira e começamos a nossa campanha de sensibilização das pessoas(...)e isso testou todas as nossas capacidades de comunicação, negociação e vermos até que ponto ia a confiança das pessoas em nós, e ainda assim conseguimos manter confiança porque andamos aos altos e baixos e mesmo assim conseguimos manter a confiança”</p> <p>“Não podemos estar aqui sem ter carro, não há transportes para o Fundão, é a mobilidade. Há pouquíssimos transportes para a Covilhã. Temos poucas possibilidades. Há estes pequeninos inconvenientes.” (apesar da informação acerca da falta de mobilidade, conseguimos perceber que os entrevistados consideram este como um pequeno detalhe o qual não é determinante na forma como veem os espaços).</p> <p>E2 “O nosso terreno ardeu perdemos tudo o que tínhamos construído, exceto a infraestrutura da casa e o carro, e 2 dias depois de regressarmos, debatemo-nos com muitas perguntas, uma delas era se queríamos mesmo continuar aqui, faz sentido?” “nunca nos arrependemos” “Agora também podemos dizer que aqui temos uma família, uma segunda família com quem criamos laços e acho que há muito apoio mútuo. Acho que podemos dizer que já temos 2 famílias.” “nós temos apoio da comunidade quando necessário, da freguesia...mas muitas vezes é uma luta e sentimos que se não for o apoio da comunidade, sem isso é muito difícil.” (apesar deste contratempo, conseguimos perceber que os entrevistados nunca se sentiram arrependidos da sua decisão)</p> <p>E3 “Como eu faço o que meu pai fazia, isto é uma atividade de uma empresa já existente...”</p>

	<p>E4 “nunca foi o choque de repente estava no meio do campo e não tinha ligação à net, não foi desse género.” (como o processo do entrevistado foi feito de forma gradual, o seu processo de adaptação foi também feito dessa forma, e, portanto, os obstáculos por ele encontrados são apenas referentes àquela questão de se ter encontrado sozinho ao início).</p> <p>E5 (...) “é difícil ter capacidade para gerir uma quinta sozinho e às vezes a gente pensa que temos que ir trabalhar para fora outra vez para um patrão, e isso é um medo que ainda tenho.”</p> <p>E6 “eu preciso de manter o meu posto de trabalho para conseguir manter o sustento do agregado familiar” “praticamente fazemos tudo fora da freguesia até porque é muito pobre não tem nada, esta freguesia é o dormitório do concelho” “Aqui mobilidade não existe” (Neste caso, deparamo-nos com uma dificuldade também sentida pelos entrevistados E1. Tal como eles notam no local onde vivem, também neste caso é referida a falta de mobilidade e de recursos, por vezes básicos, tendo nestes casos que se deslocarem à freguesia mais próxima.)</p> <p>E7 “Viemos com os pés bem assentes, sem ideais românticos. Sendo assim não houve nada que nos tenha desiludido” (sem obstáculos presentes à partida)</p> <p>E8 Neste caso o entrevistado não refere nenhum tipo de obstáculo, e podemos perceber isso pelo facto de quando este referencia ter vivido anteriormente numa aldeia e estar já adaptado e à vontade com tudo o que é rural.</p>
<p>Principais apoios</p> <p>-A questão neste ponto referente aos apoios, segue todas as linhas de pensamento até então e torna-se neste momento importante</p>	<p>E1 “Na altura o presidente da junta quis saber porquê e quem eramos...”</p> <p>E2</p>

de perceber e analisar, após termos referido que esta facilitação no processo de acolhimento poderá estar ligada às questões de envolvimento e desenvolvimento dos locais.

-Com apoios, pretendemos perceber de que forma é que as organizações locais quer de tipo governamental quer de tipo não governamental contribuíram para o processo de transição e adaptação destes indivíduos.

Tal como afirma Cabugueira (2000), apela-se a uma ajuda por parte dos poderes públicos, pois estes têm maior conhecimento e poder sobre os problemas locais. Para além disso, em contexto europeu, observa-se a existência de agências de desenvolvimento como órgãos intermediários entre o Estado, o mercado e a sociedade. Estas por sua vez, estão mais aptas para recolher os impulsos baixo-cima e reconhecer as condições do meio pondo em prática os processos de desenvolvimento. Nestas perspetivas, apercebemo-nos da importância que estes apoios têm não só sobre os indivíduos que chegam aos seus espaços como para o desenvolvimento dos mesmos.

-Estas visões darão posteriormente informações sobre a forma como os territórios de vão manter no seu futuro. Com isto queremos perceber a visão dos indivíduos sobre estes territórios e também de que forma é que as adversidades podem ser colmatadas.

Regra geral, em nenhum dos casos é demonstrada alguma falta de apoio. Sendo que E3, E4 e E5 referem ajuda por parte de organizações e governos locais, sendo que no caso dos governos locais o seu apoio esteve mais ligado a questões de acharem bem ou mal, enquanto que as organizações apoiaram em termos financeiros.

Apenas E1, E7 e E8 não referem qualquer tipo de ajuda, apenas E1 refere só apoio e no caso E7 refere mesmo que estes é que não tiveram interesse em ter esse apoio.

“depois dos fogos houve muita gente que já não estava presente a algum tempo que nos ajudaram, inclusive financeiramente, sentimos uma ajuda enorme por parte da família e amigos. E mesmo de pessoas que nós não conhecíamos, foi fundamental.

Agora também podemos dizer que aqui temos uma família, uma segunda família com quem criamos laços e acho que há muito apoio mútuo.”

E3

“candidei-me ao prémio jovem agricultor”

E4

“para o nosso projeto, também a nível europeu, agora temos muita ajuda por parte de fundos europeus”

E5

“o antigo patrão acordou em fazer-nos um despedimento que possibilitou nós termos o subsídio de desemprego e depois também temos recebido os apoios da agricultura familiar” “junta de freguesia sim (...) temos tido muito apoio deles, ajudaram-nos também a arranjar o caminho de acesso à quinta e outros problemas que sejam relacionados com serviços públicos somos atendidos assim o mais rápido possível”

E6

“Nós tivemos uma associação que ajudou na candidatura, mas foi um trabalho pago, mas a junta de freguesia e a câmara disseram que aceitavam o projeto que apoiavam...E depois falamos com o presidente da junta e ele disse que era bem vindo”

“falámos com a Câmara Municipal e eles gostaram da ideia do projeto e que estavam abertos à construção do parque”

E7

“Não. Sempre fomos muito independentes e não procurámos sequer algum tipo de apoio. No entanto, tenho de referir que uma pessoa do Município nos mostrou a escola que os nossos filhos iam frequentar” “foi tudo tratado por nós, da compra do terreno à escolha do arquiteto e empreiteiro”

	E8:
Participação / Participação cívica	
<p>Situação pessoal face à participação</p> <p>A participação cívica, a forma como cada entrevistado se envolve na comunidade, são indicadores de dois aspetos importantes. Em primeiro lugar orientam-nos sobre a forma como estes foram acolhidos pela população, isto é, se estes novos habitantes se sentem confortáveis em participar ativamente no sítio onde se fixaram, depois percebemos também o próprio envolvimento de toda a comunidade, mesmo antes da existência destes habitantes, em segundo lugar, permitem dar-nos orientações sobre a forma como estes territórios se desenvolvem.</p> <p>Segundo Oliveira e Lima (2003), as teorias clássicas de desenvolvimento, valorizavam um paradigma “centro-abaixo”, excluindo setores fundamentais da sociedade local e da sociedade civil, entre os quais, a própria população. Porém, diversos avanços têm sugerindo perspetivas inversas, e se antes a comunidade nada tinha a dizer sobre os locais ou os modos como estes se desenvolviam, dão-lhes agora ênfase como promotores do próprio desenvolvimento. Deste modo, o desenvolvimento local parte agora de uma perspetiva endógena traduzida nos fatores internos às regiões, nomeadamente o envolvimento das comunidades. Nesta perspetiva, Juliana Rocha e Maria Bursztyń (2005: 45), abordam o conceito de participação, referindo uma conexão entre o indivíduo e a sociedade. A participação dos atores locais tornou-se o ponto fulcral para os processos nas diferentes fases, autenticando as reais necessidades, e sustentando as aspirações da sociedade através da identificação de políticas sustentáveis e estratégias de desenvolvimento.</p> <p>Relativamente ao posicionamento pessoal face à participação local, na maioria dos casos damos conta de um certo envolvimento dos entrevistados. Sendo que nem todos fazem diretamente parte de associações ou</p>	<p>E1 “eu tenho alguma aversão às associações no sentido formal, porque depois tendem a centrar-se numa única cara” (...) “Já tive uma colaboração mais estreita, tive que me afastar precisamente por causa destas tricas todas, tornou-se um pouco complicado” (...) (Relativamente à participação damos conta de dois aspetos importante: Em primeiro lugar a visão e posição da própria comunidade face a estas questões, primeiro percebemos que a população pouco se envolve nas questões locais e quando se envolve é sobre a “orientação” de alguém ou algum órgão, depois o seu posicionamento face a quem participa, neste caso a entrevistada refere que teve que se afastar posicionalmente destas questões pois alguns populares por conta de posições políticas e sociais distintas da entrevistada e dos órgãos governamentais acabavam por não saber diferenciar o que deixou a entrevistada desconfortável no que toca às questões da participação)</p> <p>E2 “Não há grandes eventos. O evento maior é a festa do verão que dura o fim de semana, em agosto, na época dos emigrantes. Nós vamos pelo menos 1 das noites, porque é uma forma de estarmos presentes e apoiarmos o evento, mas de resto não há muito mais acontecer”</p> <p>E3 “sou presidente dessa coletividade (...)”</p> <p>E4 “nós para já somos uma associação, a nossa organização é uma associação e eu estou envolvido em várias associações, na verdade há várias associações parceiras deste grupo e portanto estou envolvido em várias associações, depois a nível mais de junta de freguesia, camara municipal, nós temos bastante contactos com a camara municipal da Covilhã e do fundão, o nosso projeto passa</p>

<p>organizações locais, conseguimos perceber que todas admitem algum tipo de participação até certo ponto. De todos, apenas E3, E6 e E7 admitem ter cargos com maior destaque nas questões de participação, sendo que a entrevistada E3 refere que “é presidente de uma coletividade”. No entanto, podemos perceber que os entrevistados E1 referem “uma certa aversão às associações no sentido formal”, e no caso de E2 refere a escassez de eventos e formas de participar ativamente.</p> <p>Em relação ainda às questões da participação, iremos de seguida perceber agora de que forma é que a comunidade se tem vindo associar até então, isto é, como funciona a participação em cada um destes locais.</p>	<p>muito por fazer parcerias a nível do governo local”</p> <p>E5 “atualmente eu tenho tido alguns estrangeiros que me têm pedido para eu os ajudar a fazer alguma associação e eu vou ajudando naquilo que possa, mas até agora não foi criada nenhuma associação” (...),”sim aqui na zona há bastante associações que fazem e eu tento participar sempre que possa”</p> <p>E6 “eu fui candidato autárquico, mas em Portalegre, mas isto aqui é um meio muito pequeno e o meu partido é um partido mais urbano e eu para dar o meu contributo participei...Depois sou vice presidente da associação de pais do agrupamento de escolas onde os meus filhos estão, acabo por ter participação cívica, associativismo, mas noutra freguesia.” “em termos associativos eu faço ainda parte de uma associação empresarial que foi criada agora a pouco tempo que é uma associação de empresas de turismo”</p> <p>E7 “O meu marido faz parte de uma associação de moradores, que se revezam a servir no café da aldeia.”</p> <p>E8 “Sim, sim, na medida em que posso sim”</p>
<p>Situação local face à participação</p> <p>Face às questões da participação e envolvimento comunitário, fazemos referência ao conceito de capital social de novo. Tal como já tínhamos visto anteriormente, este capital, permite ao individuo interagir tendo em conta o maior ou menor grau de pertença face a determinados grupos (Duque, 2013). Dos casos apresentados, apenas E1, E6 e E8 referem que a participação nos locais onde habitam tem sido dificultada pela relação entre a própria comunidade, isto é, que para além dos próprios não se querem envolver, os entrevistados sentem um certo tipo de</p>	<p>E1 “Apesar deste assunto ser mau (mina), percebe-se que aproxima as pessoas” (...) “O que acontece particularmente no Barco, é que há um desinteresse por aquilo que é do Barco” “As pessoas desligaram-se. As pessoas são conformistas, nunca se uniram em torno de qualquer questão” (relativamente a este caso, podemos perceber que anteriormente à questão da mina, pouco era o envolvimento entre a comunidade, sendo que os entrevistados referem mesmo, que apesar de este ser um assunto de discórdia e o conceito em si não ser o mais favorável, este serviu como forma de envolvimento local)</p>

tensão, que não é em relação a si, mas que existem entre os habitantes locais. Nestes casos, podemos perceber que o conceito de capital social faz ainda mais sentido, e que provavelmente nestes casos este poderia ser o tipo de solução para que o envolvimento ocorra.

Apesar de Duque (2013) referir que em muitos casos o conceito de capital social pode ser entrave, justificando que no caso de indivíduos oriundos de diversos locais, estes possuem uma cultura própria, gerando um choque entre culturas, ou uma certa intolerância em relação a outros que se queiram aproximar, em nenhum dos casos apresentados os entrevistados referiram a existência de tensão.

No caso dos entrevistados E2, E4, E5 e E7, relativamente a estas questões, estes referem a facilidade com que a população se envolve e colabora entre si, sendo que E2 e E5 referem mesmo o facto de por vezes essa participação não significar em atos oficiais ou organismos locais, demonstrando o grau de coesão existente entre a comunidade.

Ainda neste âmbito, podemos perceber que apenas E3 refere uma questão importante de perceber. Apesar de denotar um certo tipo de envolvimento ou participação, refere a dificuldade que os indivíduos têm em assumir essa responsabilidade, isto é, a entrevistada ao contrário dos casos já apresentados não refere nem a falta de envolvimento por força de más relações nem o total envolvimento, mas sim que a comunidade se interessa, apenas poderá não saber como fazê-lo. Nesta perspetiva convocamos as abordagens de Artur Cabugueira face a estas questões.

Cabugueira (2000), realça que à partida os indivíduos não possuem por si só as competências essenciais para que o desenvolvimento ocorra desta forma, explicando, no entanto, que estas podem ser desenvolvidas e aprendidas através dos processos de ensino, contribuindo para um ato de consciencialização cívica. Ainda em relação a este caso, podemos dar conta daquela questão acerca da necessidade de ajuda por parte dos organismos públicos já anteriormente referida.

E2

“Há aqui uma comunidade muito grande (...), é muito bonito ver a maneira como toda a gente se apoia de várias formas. Há muitas atividades feitas fora dos organismos oficiais, há muitas festas, feiras para vender produtos caseiros, a escola alternativa, a determinada altura existia uma moeda alternativa chamada estrela, criada para essas feiras, apenas para a comunidade.”

E3

“as pessoas gostam de participar nas atividades, mas têm muita dificuldade em assumir a responsabilidade” “As pessoas gostam de participar e quando fazemos atividades as pessoas vêm, mas ter a responsabilidade de organizar as atividade, de avançar não, é muito difícil (...)” (...) “falta é as pessoas participarem mais, as pessoas é que deviam tentar sair um bocadinho da toca e participar um pouco mais”

(relativamente a este caso, podemos dar conta daquela questão acerca da necessidade de ajuda por parte dos organismos públicos. Nesta perspetiva, podemos perceber que apesar de nesta localidade as pessoas quererem participar, a maior dificuldade encontrada é relativa às questões da responsabilidade. Este facto, pode assim dar-nos perspetivas sobre a dificuldade que os indivíduos têm em obter voz e fazer dela atos reais).

E4

“acho que o povo é assim muito especial, acho que as pessoas têm um espírito muito bom, de associativo, as pessoas conhecem-se bem, há muitas dinâmicas aqui de associações que até recuperam tradições antigas”

E5

“observo nas pessoas da aldeia é que eles se juntam para fazerem tarefas juntos, ou para ajudar um vizinho arranjar um telhado” (...) “é também isso que os mantém unidos, é estarem juntos nos momentos em que é preciso que se ajudem e querem celebrar, pronto acho que é isso que junta as pessoas,

a necessidade de fazer coisas e a necessidade de as festejar também”

E6

“aqui não é muito fácil, eu acho que as pessoas não são fáceis para participar, mesmo os de cá dizem que as pessoas não são fáceis, para participar em ações” “é muito complicado fazer o que quer que seja aqui, Há muita rivalidade entre freguesias e entre as pessoas daqui.” “a vida associativa aqui é muito complicada... a própria população não ajuda”

(Neste caso, encontramos alguns pontos de contacto em relação aos entrevistados E3. Se nesse caso, apesar das pessoas participarem têm uma certa dificuldade em assumir responsabilidades e, portanto, em participar realmente, neste caso, notamos que é a própria população entre si a primeira a não se envolver, quer em termos formais quer em termos informais e nas próprias relações de sociabilidade).

E7

“É uma forma de manter a comunidade viva, com a conservação de tradições como as festas religiosas e a abertura do café, que permite o convívio entre as pessoas da aldeia e alguns que vêm dos arredores.” “Numa aldeia pequena, em que a maior parte das pessoas são familiares entre si, é natural que às vezes haja conflitos. Mas existem muitos atos democráticos, como a limpeza das “agueiras” para distribuição da água no verão ou assuntos de interesse coletivo, que são decididos de forma democrática.”

E8

“Nesta região onde eu vivo...aqui na zona da serra da estrela, gouveia...é fraca(...), é um povo muito quebrado e de velhas resílias, é fácil conhecer todas as complicações que as pessoas criaram umas com as outras, são problemas entre pessoas daqui” Mesmo com os chamados Neo-rurais e essa malta é preciso...estamos cá a pouco tempo(...),eu diria que mais uns anitos e a malta já se pode começar a unir. Neste momento acho que não é uma coisa fácil de acontecer. Há um caldeirão aqui de contrapontos”.

	(Este caso vai de encontro ao já referido pelos entrevistados E6. Também na perspetiva deste entrevistado, as maiores complicações face às questões da participação passam pela própria comunidade, demonstrando que as próprias relações de sociabilidade são por vezes o maior entrave quando de participação, aliás, envolvimento se trata).
Futuro desejável	
<p>Pessoal</p> <p>Tal como os pontos anteriormente analisados, a questão do futuro torna-se aqui aspeto importante de observar quer para tentarmos perceber a forma como estes entrevistados se sentem e perspetivam o seu futuro nos territórios onde se encontram, quer em relação aos territórios rurais em geral.</p> <p>Sendo que tínhamos anteriormente avançado que alguns dos entrevistados após a sua transição para as áreas rurais, para além de terem que se ter adaptado a essas dinâmicas, alguns mudaram de profissão e ingressaram em atividades mais ligadas às questões da natureza e sustentabilidade.</p> <p>As informações que analisaremos de seguida seguem o caminho de perspetivas encontradas por alguns autores face a indivíduos Neo-rurais.</p> <p>Reis (2014), relativamente a estes indivíduos observa que a sua grande maioria quando decide mudar-se para espaços rurais, perspetivam “destacar-se no mundo rural”. Ora é neste âmbito que de seguida analisaremos estas questões.</p> <p>De modo geral, em relação ao seu futuro pessoal e à permanência nos locais, nenhum dos entrevistados apontou como perspetiva a saída do meio onde se encontram, pelo contrário, todos eles apontam que irão permanecer. (depois pôr os exemplos).</p> <p>Apenas em E1 nos apercebemos que o seu futuro é algo que se encontra podendo dizer “em aberto”, no entanto, estas questões não evidenciam a falta de vontade em permanecer no local, apenas demonstrando essa abertura face às questões relativas à mina e ao futuro do próprio local.</p>	<p>E1 “O futuro...pois...eu diria que a utopia de ser mais livre, neste sentido se nos apetecer passar um fim-de-semana a Braga, porque não?! Nós hoje não temos essa possibilidade, mas isso tem a ver com as nossas questões pessoais, as nossas vidas pessoais, os nossos rendimentos” “Por outro lado, o futuro da comunidade, temos 2 hipóteses, a hipótese pessimista e a otimista. A otimista é mantermo-nos aqui quietinhos, deixar-nos envelhecer tranquilamente por aqui. O pessimista é pegarmos nos tarecos e irmos à procura de um sítio onde possamos viver, que é assustador” (no caso em questão, apercebemo-nos que na ótica dos entrevistados o seu futuro é algo que se encontra podendo dizer “em aberto”, no entanto, estas questões não evidenciam a falta de vontade em permanecer no local, apenas demonstrando essa abertura face às questões relativas à mina e ao futuro do próprio local).</p> <p>E2 “Nós não fazemos essa projeção, não fazemos esse nível de projeção” (...)</p> <p>E3 “Olhe espero que na mesma (...)em termos habitacionais estamos aqui, não vamos sair daqui” “Não, não vou mudar”</p> <p>E4 “(vejo-me) a ter o meu espaço, ou seja, ainda integrado no projeto, mas com o meu espaço mais privado”</p> <p>E5 “Não, não...se puder morro aqui nesta quinta”</p>

	<p>E6 "só saímos se formos obrigados"</p> <p>E7 "Não nos mudámos com data marcada, é um projeto de vida que não está nos nossos planos alterar"</p> <p>E8 "Ficar sim, sim, a minha vida corre bem, até bastante bem"</p>
<p>Profissional</p> <p>Seguindo as linhas anteriores em todos os casos podemos perceber que para além da sua permanência nos locais, todos perspetivam de alguma forma desenvolver-se profissionalmente. Dentro destes casos, recordando E2, E3 e E6, aquando da sua mudança para o espaço rural, este significou também uma mudança de profissão ligada aos aspetos da natureza e desenvolvimento dos locais, assim, nestes casos, todos perspetivam um futuro favorável e em crescimento. Relativamente a E4, E5 e E7, não tendo necessariamente a sua mudança de espaço significado uma mudança de profissão, as perspetivam de futuro estão em consonância com as anteriores ditadas. Apenas E1 comportava um casal em que ela mantinha o seu emprego e ele é reformado e portanto, apesar de neste caso a mudança não ter significado mudança de profissão, conseguimos perceber que futuramente perspetivam algum tipo de projeto local, não referindo no entanto nada em concreto.</p>	<p>E1 "eu sei que ele gostava de ser mais interventivo lá e também cá na comunidade, um projeto." "Não tenho ainda nada em mente. Eu adorei a minha fase profissional de ensino" "Eu vejo-me no futuro aqui, e sim com um projeto"</p> <p>E2 "Nós temos alguns sonhos, nomeadamente outras pessoas morarem aqui connosco, mas não temos nada que a gente diga queremos que isto aconteça."</p> <p>E3 "espero que profissionalmente melhore ainda"</p> <p>E4 "vejo isto aqui como uma base, mas a verdade gosto de fazer projetos lá fora, mesmo em lisboa e fora de Portugal, portanto vejo-me muito como aqui uma base que eu tenho, mas depois que me possibilite fazer coisas fora"</p> <p>E5 "Espero conseguir por esta quinta a produzir o máximo que possa e espero poder partilhar esta quinta e a produção desta quinta com outras pessoas, outros casais, outras crianças, outras famílias e tentar construir uma pequena comunidade que seja resiliente que seja capaz de passar pelos desafios que aí vêm"</p> <p>E6</p>

	<p>“o principal objetivo é que o projeto seja sustentável por isso e não precise do meu trabalho”</p> <p>E7 “creio que o projeto de alojamento que criámos tem espaço para crescer. É também provável que os estrangeiros olhem para Portugal como um país seguro, inclusive em termos sanitários, por isso creio que o projeto criará raízes.”</p> <p>E8: “Por mim é igual...”</p>
Refletir sobre o Portugal rural	
<p>Visão geral sobre os territórios rurais</p> <p>As questões relativas à visão futura acerca dos territórios rurais no geral, pretende dar conta de dois grandes objetivos. Em primeiro lugar, através da sua visão iremos tentar perceber que opiniões estes têm acerca do desenvolvimento bem como que medidas adotariam para o combater, por outro lado, o de perceber quais os impactos que estes pensam ter no território onde vivem.</p> <p>Estas questões seguem as linhas que temos vindo adiantar até então, sendo os pontos seguintes uma compilação por assim dizer, dessas análises e um ponto que não é final, mas que serve de entendimento a todo o processo em questão.</p> <p>Regra geral os entrevistados observam que o futuro dos territórios rurais no geral não é o mais favorável. E3, E5 e E7 observam que o futuro passam exatamente pelas questões do despovoamento, afirmando um futuro que continuará nos mesmos moldes que tem até então. Contrariamente aos entrevistados E4 e E6 que afirmam a existência de diversos apoios para que os indivíduos se mudem para o interior, E2 consideram exatamente que estes não existem referindo ainda “pelo contrário”. E1, E5 e E8 observam em alguns pontos o mesmo cenário, demonstrando que o problema dos territórios em questão é exatamente daqueles que já lá habitam ou que sempre habitaram, reconhecendo que estes não o sabem valorizar e que o futuro passará pelos mesmos moldes.</p>	<p>E1 “É horrível.” (...) “Ao longo destes 2 anos tem vindo a perceber o que pode realmente acontecer a esta região. Não só desta aldeia, eu estou a falar desta região.” “Ah sim, há um Portugal dos vencedores quase à americana, e um Portugal dos pacóvios.”</p> <p>E2 “a nossa experiência de uma forma geral é que não há apoios para as pessoas virem para o meio rural, antes pelo contrário (...) Infelizmente não é o melhor dos cenários”</p> <p>E3 “(…)as pessoas tão a ir embora (...),O meio começa-se a deteriorar, as casas começam a apodrecer, a ficar abandonadas, os terrenos por limpar, começa tudo a deteriorar-se dessa forma” (...) “as pessoas quando vêm para aqui vêm com o intuito de ter um espaço seu, de cuidar de zelar, portanto acho que é uma mais valia” (...) “Mais apoios, mais acesso aos meios de comunicação, falham um bocadinho (...)” “se houver mais emprego as pessoas vêm (...)”</p> <p>E4 “há as oportunidades de trabalho que não existem tanto aqui, mas também cada vez mais agricultura ei acho que está a ser mais vivida que é um negócio do futuro, se calhar tem é que ter uma postura diferentes mais aberta a tecnologia e novas metodologias (...),Já existem muitos financiamentos para fixar as pessoas no interior, já existem muitos</p>

projetos.” “temos boas estradas, temos internet rápida, temos todas as condições para criar aqui os projetos que quisermos (...) eu acho que o futuro vai passar muito por criar novos projetos, novas ideias nesta zona do país (...)”

E5

“O que eu observo que acho que podia ser melhorado no nosso mundo rural é que as pessoas que ainda o vivem e ainda o trabalham” (...) “têm uma perspetiva de monocultura muito incrustada na mente” (...) “Infelizmente eu acho que, seja especificamente aqui no sitio onde estou ou no resto das aldeias de Portugal o que eu observo é um abandono cada vez maior” (...) “vai continuar haver desertificação, acho que sim, não acredito que as pessoas da cidade venham viver para o campo.” “observo estrangeiros a virem, com uma mentalidade diferente e a tentarem plantar árvores e ajudar a terra regenerar, mas os netos os filhos das pessoas aqui locais não compreendem isso com muita facilidade, acho que a natureza vais estar cada vez mais abandonada e as pessoas vão continuar sem fazer bem sem saber como viver com esta natureza” (...) “acho que vai um desafio muito grande no futuro”

E6

“aquela ideia dos 4800 euros para incentivar as pessoas a vir da cidade para o interior a mim parece-me interessante...é bom que as pessoas sejam incentivadas... E uma série de notícias fiscais que deviam ter para vir para aqui, ou um médico vir trabalhar para cá...tanta coisa que devia ser feita”

E7

” Sem grandes ofertas de emprego e com uma população envelhecida, o despovoamento é inevitável” “Nesta região os casos são demasiados residuais para fazerem a diferença. Mas em alguns territórios do Alentejo, sei que algumas escolas reabriram por passarem a ter mais crianças, sobretudo filhos de estrangeiros que se mudaram para Portugal.” “O mundo está num processo de mudança tão

	<p>acelerado que não me atrevo a traçar qualquer cenário, seja positivo ou negativo.”</p> <p>E8 “Estas pessoas que cá estão regra geral até são pessoas interessantes, acho que o único erro foi não conseguirem construir um certo amor, uma certa consideração pelos seus filhos, por esta realidade que cá encontrem e que fez com que as gerações mais novas fossem todas embora essa é a maior critica que eu lhes tenho...não sabem valorizar o que têm e nem perceber que o que têm nas mãos é extremamente valioso”</p>
<p>Papel como agente de mudança</p> <p>Tendencialmente verificámos que os entrevistados, apesar de alguns não reconhecerem exatamente que são um agente de mudança, consideram-se sê-lo em alguns aspetos, sendo que na maioria dos casos referem que pelo menos no território em que estão consideram-se como tal.</p>	<p>E1 “Sim, vamos tentar entrar em contacto com as aldeias que pertencem à Covilhã, porque os guardiões são da serra da estrela e tentar perceber como podemos ser os facilitadores nas aldeias. E percebemos que na aldeia é difícil, mas nas aldeias vizinhas, que elementos, pessoas que possam pensar como nós, atrair pessoas, criar projetos” “nós agora temos um tema, integrado nos guardiões e que está relacionado com o território, de tornar o território mais atraente para que haja movimento para cá, e tudo o que envolva mobilidade”</p> <p>E2 “O que é preciso fazer eu não sei, mas estou a tentar mostrar às pessoas o que é verdadeiro, verdadeira informação”</p> <p>E3 “no meu caso, por exemplo havia um terreno grande que são 4 hectares, que tava desprezado era do meu bisavô, compramos aquilo ao primo do meu que tinha ficado com aquilo por herança, e agora esta lá um espetáculo e aconteceu também no terreno ao lado, também o adquirimos para plantar damasqueiros, ou seja, da minha parte vamos investindo e vamos mudando” (...) “Sem dúvida sim...”</p> <p>E4 “agente de mudança a um nível muito específico (...), vejo que possa ser um agente de mudança a mostrar isso que no interior</p>

	<p>haverá mais oportunidades do que na cidade, a diferentes níveis, que aqui não é sítio escasso”</p> <p>E5 “eu não tenho a certeza se sou ou não, mas pelo menos estou a tentar, vou tentando sim...”</p> <p>E6 “pelo menos na nossa família acabamos por ser, acabamos por mudar o nosso microcosmos, viemos mudar um bocadinho porque temos 2 alentejanitos já, acabámos por mudar alguma coisa e de influenciámos outras pessoas também, nem que seja só para ficar o bichinho.”</p> <p>E7 “Acho que o papel poderá estar na autoestima que sentimos por parte dos habitantes locais, ao ver que há alguém que valoriza a sua aldeia e este território”</p> <p>E8 “Sim para esta região estou, é um pequeno negócio, dou trabalho a pessoas daqui por isso acho que sou”</p>
<p>Propostas futuras para os territórios rurais</p> <p>Relativamente a propostas para o futuro dos territórios, conseguimos perceber uma diversidade de questões. Enquanto E2 (por um lado), E3 e E6 consideram que uma das propostas que poderia servir para a reversão dos fenómenos presentes seria a questão dos apoios, e neste âmbito referem-se em grande parte a apoios financeiros. Contrariamente a esta visão, os entrevistados E5 e E7 não consideram que “falta fazer nada”, mas que a inversão dos fenómenos que têm vindo a ocorrer e a possível fixação de pessoas nestes espaços, que deve partir da vontade de cada um, sendo que a entrevistada E7 refere “Acho que projetos ou movimentos de atração para o interior têm poucas hipóteses de sucesso, se não partir de uma vontade intrínseca de mudança”. E4 e E8 não seguindo diretamente as linhas de orientação dos entrevistados E2, E3 e E6, não se referindo a falta de apoios em si, mas que por exemplo, esta reversão passaria por uma atração da indústria e</p>	<p>E1: E2 “é preciso uma revolução, em tudo, não é só nisto, começa pela educação das nossas crianças, a incentivar as pessoas a serem responsáveis pelas suas escolhas, porque o que eu vejo é uma cultura da dependência, esperar o que nos digam o que fazer.” a nossa experiência de uma forma geral é que não há apoios para as pessoas virem para o meio rural, antes pelo contrário. mas há apoios como os Novos Povoadores que ajudam a fazer essa transição.”</p> <p>E3 “Mais apoios, mais acesso aos meios de comunicação... acho que se houver mais apoios e mais emprego, se houver mais emprego as pessoas vêm”</p> <p>E4 “passa muito pelo turismo, a camara do fundão aposta muito em tecnologia de fixar aqui empresas na área tecnológica, Idanha na</p>

<p>alguma ajuda por parte dos poderes locais, do mesmo medo que através de 3 principais pilares, poderíamos dar conta de um novo rural.</p>	<p>parte da agricultura, inovação a nível agrícola, acho que essas 3 áreas são fundamentais”</p> <p>E5 “eu acho que apoios e acessibilidade ao poder local é muito mais fácil aqui do que numa cidade e eu não acho que o governo seja obrigado a convencer as pessoas a ir para o interior..., eu acho que isso é uma necessidade que tem que vir das pessoas”</p> <p>E6 “numa fase inicial tem que passar por apoios, eu acho que muitas empresas deviam promover o teletrabalho, mas não é ficar lá, era vir para cá, promover essa fixação, essas empresas serem motivadas a ter um trabalhador seu aqui em teletrabalho”</p> <p>E7 ”Acho que as pessoas têm de vir por vontade e impulso próprios. Acho que projetos ou movimentos de atração para o interior têm poucas hipóteses de sucesso, se não partir de uma vontade intrínseca de mudança. Os incentivos económicos são pouco eficazes e de curta duração, se as pessoas não tiverem vontade de ficar.” “A manutenção e criação de serviços públicos: saúde, educação, transportes, pode ser uma mais-valia mas não sei se, por isso só, a existência desses serviços será suficiente. A atração pelos grandes centros urbanos é compreensível e inevitável, sobretudo por parte dos jovens.”</p> <p>E8 ”Eu pessoalmente acho que o que falta é indústria porque potenciava os núcleos mais pequenos, acho que o que é preciso é potenciar mais as pessoas que têm pequenos indústrias. Aqui acho que bastava que a camara potenciasse um bocado os pequenos negócios, a malta que tem ideias e que as tornassem reais, porque há pessoas com ideias e algumas delas boas mas exequíveis e é preciso adaptá-las e isso tem que passar por um processo, ter uma “almofada” local, acho que devia existir em todas as aldeias aqui um espaço que por exemplo, eu conheço uma pessoa numa outra aldeia que vendia trabalhos em lona e se quisesse vende-los</p>
---	---

	<p>aqui não tinha nem um espaço para alugar porque é tudo privado e de emigrantes e esses não estão interessados em alugar uma coisa que lhes venda menos de 300/400 euros por mês. A juntas e camara acho que era isso que podiam potenciar, espaço para quem tivesse interesse para desenvolver o seu negócio, espaço real, não é só o escritório é espaço mesmo, de preferência que cada aldeia tivesse o seu”</p>
--	---